

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**KAMYLA NUNES DE DEUS OLIVEIRA**

**“*ESTRATO DE SENHORES*”: ASPECTOS POLÍTICOS DA GUARDA NACIONAL NA  
PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1831-1873)**

**VITÓRIA  
2014**

**KAMYLA NUNES DE DEUS OLIVEIRA**

**“*ESTRATO DE SENHORES*”: ASPECTOS POLÍTICOS DA GUARDA NACIONAL NA  
PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1831-1873)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio.

**VITÓRIA  
2014**

**“ESTRATO DE SENHORES”: ASPECTOS POLÍTICOS DA GUARDA NACIONAL NA  
PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1831-1873)**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central UFES

O625e OLIVEIRA, Kamyla N. de Deus.

Estratos de senhores: aspectos políticos da Guarda Nacional na província do Espírito Santo (1831-1873). Kamyla Nunes de D. Oliveira.

Vitória: UFES, 2014. 175p.

(Coleção Narrativas e Imagens do Brasil, v.1)

1. Brasil Império 2. Guarda Nacional 3. Espírito Santo 4. História política

CDD 981.05

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Império
2. Brasil: História Política
3. Guarda Nacional
4. Espírito Santo

**KAMYLA NUNES DE DEUS OLIVEIRA**

**“ESTRATO DE SENHORES”: ASPECTOS POLÍTICOS DA GUARDA NACIONAL NA  
PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1831-1873)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em                    de                    de 2014.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio**  
PPGHIS/UFES – Orientador

---

**Prof. Dr. Fábio Franzini**  
PPGHIS/UNIFESP – Membro Titular

---

**Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco**  
PPGHIS/UFES - Membro Titular

---

**Prof. Dr. Patrícia Merlo**  
PPGHIS/UFES – Membro Titular

*À Ademir Nunes de Deus in memoriam.*

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho não seria possível sem o apoio daqueles que são meus alicerces. Primeiramente sou grata à Deus por revelar o Seu amor me cercado de pessoas generosas com as quais posso compartilhar a vida. Aos meus pais, Dário Moura de Oliveira e Ademilde Nunes de Deus Oliveira, não apenas por sempre terem me permitido priorizar os estudos, mesmo em tempos difíceis. Muito mais pelo amor e compreensão que me legam há um quarto de século, e que me permitiram saborear tantas vitórias e aprender com alguns fracassos. Grata também aos meus avós, Odilon Fraga de Deus e Marli Nunes de Deus, pelo amor que molda meu caráter, pelo exemplo de fé e perseverança em meio às duras adversidades da vida. Às minhas irmãs, Mariana Nunes de Deus Oliveira e Gabriela Nunes de Deus Oliveira, pelo companheirismo, pelas alegrias compartilhadas e por sempre serem minhas referências. Aos meus tios e primos, em especial às minhas tias Andreia Nunes de Deus e Lene Nunes de Deus pela compreensão e apoio constantes e pelos momentos de distração. Aos meus grandes amigos Christiany Ignácio Cavalcante e Vanderson Moreira Silva Alves pela constância e parceria eterna. E às amigas do discipulado que têm sido presentes. Aos meus amigos de graduação Levy Soares, Nicodemo Valim de Sena, Jéssica Lopes e Carlos Magno Busatto pelos muitos momentos compartilhados e pelo apoio ao longo dessa caminhada. Agradeço também ao grupo de pesquisa do professor Julio Cesar Bentivoglio, do qual faço parte, e que foi fundamental na conclusão desse trabalho. Um agradecimento todo especial ao meu orientador Julio Cesar Bentivoglio que desde 2009 me deu a oportunidade de pesquisar sobre a história do Espírito Santo, recebendo para tanto bolsa de iniciação científica. Sempre serei grata por ter apostado em mim, pela postura ética e por ter me ensinado, sobretudo nos últimos tempos, grandes lições que certamente contribuíram para o meu amadurecimento. Aos professores do PPGHIS pelas discussões

e saberes compartilhados, em especial ao Geraldo Antônio Soares que desde a graduação me motiva com seus questionamentos. Aos meus professores da graduação que tanto me ensinaram, em especial à Patrícia Maria da Silva Merlo, ao Sebastião Pimentel e ao André Luiz Bis Pirola. A toda equipe do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, em especial ao Michel Caldeira, sempre solícito. À CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa durante os dois anos de mestrado. Por fim, não posso deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho da EEEFM Belmiro Teixeira Pimenta e aos meus alunos pelo apoio muitas vezes inconsciente. Vocês me inspiram e me ensinam que outros caminhos são possíveis, que aprender é um exercício diário.

## **“ESTRATO DE SENHORES”: ASPECTOS POLÍTICOS DA GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1831-1873)**

**RESUMO:** Tendo em vista a necessidade de se examinar com precisão a atuação da Guarda Nacional nas províncias do Império, o presente trabalho se propõe ao estudo desta instituição na província do Espírito Santo, no período de 1831 a 1873. Com um enfoque que contempla as novas abordagens na história política, pretendo entender as articulações que se forjaram no seio da Guarda Nacional. Buscando identificar o “estrato de senhores”, do qual fala Uricoechea (1978), que comandava a milícia cidadã no Espírito Santo oitocentista, bem como delinear a importância política que tinham e observando de que forma contribuíram para a construção do Estado Imperial. Tendo como fontes os *Relatórios dos Presidentes de Província* (1831-1873), o *Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional* (1846-1871), o *Registro de patentes de promoção* (1848-1863), *Registro de patentes da G.N.* (1863-1873), *Registro da Correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional* (1869), o *Registro da Correspondência com os Comandantes Superiores do Sul, Norte e Centro* (1870), a *Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional* (1852-1880).

**Palavras-chave:** Guarda Nacional; Espírito Santo; Brasil Império.

**ABSTRACT:** Given the need to analyze accurately the role of the National Guard in the provinces of the Empire, this paper proposes the study of this institution in the Province of the Espírito Santo, in the period 1831-1873. With an approach that incorporates new approaches political history, pretend to understand the joints that were forged within the National Guard. Trying to identify the "stratum of Lords", which speaks Uricoechea (1978), who commanded the citizen militia in the Espírito Santo nineteenth century, as well as outlining the political importance they had and observing how they contributed to the construction of the Imperial State. Having as sources *Reports of Presidents of the Province* (1831-1873), the registry's *Matching Government on the National Guard* (1846-1871), the registration of patents promotion (1848-1863), registration of patents GN (1863-1873), *Official Record of Correspondence with the Supreme Commander of the National Guard* (1869), the *Record of Correspondence with the Supreme Commander of the South, North and Center* (1870), the *Registration of National Guard officers* (from 1852 to 1880 ).

**Keywords:** National Guard; Espírito Santo; Brazil Empire.



## **Lista de Abreviaturas**

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CLIB – Coleção de Leis do Império do Brasil

GN – Guarda Nacional

## **Lista de Gráficos**

1. Guarda Nacional no Espírito Santo (1838)	49
2. Crescimento da Guarda Nacional (1838-1867)	66

## **Lista de Tabelas**

1. Guarda Nacional nas Províncias 1845-1846	54
2. Guarda Nacional nas Províncias 1849-1852	55
3. Guarda Nacional nas Províncias 1853-1857	56
4. Guarda Nacional nas Províncias 1858 – 1862	58
5. Guarda Nacional no Espírito Santo 1857	63
6. Guarda Nacional no Espírito Santo 1862	64

## **Lista de Quadros**

1. Relação dos officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro Batalhões  
74
2. Matrícula do Serviço de Reserva Itapemirim 85
3. Livro de Matrícula dos Officiais da Guarda Nacional da Província do Espírito Santo  
(1852-1880)

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo I. Guarda Nacional e guardas nacionais provinciais: gênese da milícia cidadã.....	24
Capítulo II. Guarda Nacional do Espírito Santo: uma milícia em eterna organização.....	45
Capítulo III. “ <i>Estrato de senhores</i> ”: elite política no comando da Guarda Nacional.....	68
Considerações finais.....	89
Fontes.....	93
Referências bibliográficas.....	96
Anexos.....	109

## **Introdução**

A Guarda Nacional foi criada nos primeiros anos do período regencial, sendo considerada por muitos estudiosos como uma das medidas no bojo do processo de descentralização que aquele fértil período promoveu. A também denominada milícia cidadã procurou denotar a presença do Estado por toda extensão do Império, uma vez que ela deveria estar presente em todas as províncias brasileiras. Ao mesmo tempo, constituiu-se num espaço de expressão do domínio das elites locais que ocupavam os principais postos de comando da Guarda. Embora os objetivos que nortearam sua criação estivessem relacionados à manutenção da ordem no país, progressivamente a Guarda Nacional desvirtuou-se de suas funções iniciais e tornou-se importante instrumento de preservação da hierarquia social vigente no Brasil, como afirma Richard Graham<sup>1</sup>. Entendemos, assim, que a transformação da milícia pode ser explicada pelo mandonismo presente na sociedade brasileira desde os tempos coloniais<sup>2</sup>.

Por se tratar de uma instituição que perpassou todo o Segundo Reinado chegando à República, seu estudo não foi deixado de lado pela historiografia brasileira. Oliveira Vianna, em 1949, por exemplo, na contramão dos estudos mais tradicionais enxerga na Guarda Nacional uma medida de centralização promovida pela Corte.<sup>3</sup> Tal percepção também é compartilhada por Victor Nunes Leal<sup>4</sup>. Em meados da década de 1970 o tema ganhou novo fôlego com a publicação de *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850* de Jeanne Berrance de Castro. Neste trabalho, que foi o primeiro a abordar especificamente a Guarda Nacional, Castro (1977) ressalta a possibilidade de ascensão social existente nos primeiros anos da milícia, bem como os problemas decorrentes de tal prerrogativa que foi extinta para atender os interesses das elites conservadoras. Além disso, a autora faz notar que a atuação dos milicianos nos primeiros anos muito se distingue dos desmandos políticos que a marcaram posteriormente: foram grandes os

---

<sup>1</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.52.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** [online]. 1997, vol.40, n.2, p. 3.

<sup>3</sup> VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974. 2 v.

<sup>4</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativa no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1993.

esforços dos cidadãos, em sua maioria agricultores, para combater gratuitamente as revoltas e pacificar a nação.

Não menos importante foi a contribuição de Fernando Uricoechea (1978) em *O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. O autor destaca que no século XIX houve o retorno da patrimonialização nos aparatos do Estado brasileiro ainda em construção. E tal processo foi evidente na Guarda Nacional. A atuação da milícia cidadã foi planejada no sentido de por meio de uma rotina administrativa contribuir com o processo de construção do Estado. Desta forma, o Estado e a elite patrimonial se beneficiavam, pois ao se preocupar em manter seus interesses e a ordem, a elite construía e preservava o Estado brasileiro. Estes dois novos olhares sobre a Guarda Nacional suscitaram produções que abordaram a atuação da milícia nas diversas províncias.

Percebendo, como José de Almeida (1998), a necessidade de aprofundar apontamentos feitos pelos autores clássicos da historiografia da Guarda Nacional, desde a década de 1970 outros pesquisadores se debruçaram no estudo da mesma nas diferentes localidades brasileiras e com diferentes enfoques, realizando dissertações, monografias e artigos pontuais, mas que também contribuem para o entendimento geral da milícia. O próprio Adilson José de Almeida em sua dissertação “*Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852. A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada (1998)*” utilizou planos de uniformes da milícia cidadã, bem como de anúncios de jornais e até mesmo de textos literários para analisar os significados da indumentária dos guardas nacionais na sociedade brasileira oitocentista. Almeida (1998) dividiu as funções do uniforme da dita tropa auxiliar em funções pragmáticas - aquelas referentes à proteção do corpo do soldado; funções diacríticas - ligadas às diferenciações externas e, sobretudo, internas que as distinções presentes nos uniformes demarcavam; e funções simbólicas - relativas aos valores associados ao uso da farda.

Na década de 1970, Maria Auxiliadora Faria analisou na dissertação intitulada “*A Guarda Nacional em Minas (1831 – 1873)*” (1977) a atuação da Guarda na província mineira em dois níveis: pela composição social de seu serviço ativo e pelas tarefas cumpridas por este serviço nos municípios. A autora observou que num primeiro momento a milícia cidadã mineira cumpriu o papel para o qual foi criada ao debelar sedições. Mas, a partir



de 1842, assumiu um papel político, sendo utilizada tanto por lideranças políticas conservadoras quanto por liberais.

Adotando um enfoque weberiano, Flávio Henrique Dias Saldanha também abordou a atuação da Guarda Nacional em Minas Gerais em sua dissertação intitulada “*Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831- 1850*” (2004). Entendendo o sistema eletivo para o oficialato da milícia cívica como um mecanismo de teste do prestígio social dos oficiais civis, Flávio Saldanha defende que na cidade de Mariana, a qual ele analisa de forma mais precisa, a hierarquização social entre fazendeiros e roceiros era minimizada no momento mesmo do pleito individual e secreto para a nomeação dos postos da milícia cívica. Tanto assim que em 1850 o autor evidencia “um equilíbrio entre os oficiais fazendeiros e roceiros na ocupação de patentes, tanto inferiores quanto superiores.”<sup>5</sup> A supressão do sistema eletivo deu-se, assim, para evitar casos considerados disparates, tal como o citado.

Antonio Marco Ventura Martins, ao estudar a elite política de Franca em “*Um Império a constituir, uma ordem a consolidar: elites políticas e Estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852*” (2004), entende que a distribuição de patentes da milícia cidadã era um dos fatores de distinção da elite local. A preocupação de Marco Martins foi observar a atuação da elite política francana na constituição do Estado Imperial brasileiro e, para tanto, ele elegeu duas instituições como espaços congregadores daquele grupo dirigente: a Câmara Municipal e a Guarda Nacional. O autor observa “alta incidência de vereadores portadores de patentes da Guarda Nacional de 1833 a 1852”<sup>6</sup> na Câmara Municipal de Franca e deixa clara a intenção da elite de consolidar-se como grupo dirigente. Marco Martins não deixa de evidenciar que, como em grande parte do Império, a Guarda Nacional da província de São Paulo enfrentou dificuldades para estabelecer-se e manter-se. Dificuldades a exemplo da falta de fardamento e instrução para todos os guardas. O presidente da província, Chichorro da Gama, em 15 de março de 1832 lembra essa

---

<sup>5</sup> SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850.** 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004, p. 115.

<sup>6</sup> MARTINS, Antônio Marco Ventura. **Um Império a construir uma ordem a consolidar: elites e estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852.** Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004, p.156.

necessidade ao enviar à Câmara de Vitória alguns exemplares do uniforme das Guardas Nacionais, prossequindo: “*incluso acharão V.Mces. Exemplos do Decreto de 23 de Dezembro do anno passado, em que s’estabelece o uniforme das Guardas Nacionaes; bem como os Figurinos, a que o mesmo se refere afim de que se lhe dê ali a devida publicidade e cumprimento*”.<sup>7</sup>

Por isso, as reclamações eram recorrentes nos relatórios dos presidentes de província<sup>8</sup>. Apesar disso, o ministério da Justiça insistia para que, ao menos os altos oficiais se vestissem com o estilo necessário, como se depreende da fala de Felipe José Pereira Leal de 3 de abril de 1850:

*Ao mesmo comunicando ter aprovado o fardamento indicado para os dois Batalhões da Legião de que é Chefe (...) devendo V.S.<sup>a</sup> transmitir o figurino aos respectivos comandantes, recomendando-lhes que empreguem todo zelo a fim dos mesmos Batalhões serem fardados com a maior brevidade possível.*<sup>9</sup>

Convém citar dois trabalhos mais recentes que enfocaram a atuação da Guarda Nacional no Sul do Império. O primeiro deles é o livro *Clientelismo político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873* (2010), de André Átila Fertig, que adota a noção de clientelismo utilizada por Richard Graham (1997). André Fertig observou que a Guarda Nacional, de 1850 a 1873, atuou no sentido de integrar a província ao Império, constituindo-se num dos instrumentos fundamentais para a conservação e subordinação do Rio Grande do Sul. Sem deixar de analisar os desacordos entre o poder central e local. Numa dimensão simbólica, o autor também analisou como a milícia agiu como instrumento de integração dos alemães à nação, na medida em que os comandantes incentivavam o alistamento destes estrangeiros, numa clara evidência da política de branqueamento da nação.

---

<sup>7</sup> APEES. Livro 196 (Registro da Correspondência do Governo com diversas autoridades civis e militares da capital), Série 751, Fundo Governadoria, p.3.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>9</sup> APEES. Fundo Governadoria – Série Acioly. Livro 404 – Registro da correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1855).

O segundo trabalho corresponde à dissertação de Henrique Miqueias Mugge defendida em 2012 e intitulada *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul - segunda metade do século XIX*. Numa abordagem mais culturalista, Henrique Mugge analisou o cotidiano desses homens simples, porém prontos para pegar em armas. Divergindo de grande parte dos estudos que abordam a milícia como reflexo da hierarquização social, Henrique Mugge não observou uma hierarquização no quadro de oficiais da Vila de São Leopoldo, no período de 1850 a 1873. Assim como André Fertig, o autor também se debruçou sobre a integração dos alemães à milícia, aqui entendida como forma de torná-los cidadãos.

Dentre as inúmeras abordagens que nos são possíveis, ao analisarmos a atuação da G. N. no Espírito interessa-nos, sobretudo, averiguar até que ponto a milícia cidadã era utilizada como um instrumento político nas mãos da elite<sup>10</sup> da província. Neste sentido, nos aproveitamos de autores como Rodrigo Goularte que em sua dissertação intitulada *Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos* traça as bases da sociabilização dos deputados provinciais da primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo em 1835. Ao investigar quais eram os fundamentos do poder destes deputados, Goularte defende que estes senhores já estavam habituados com a prática política antes da instalação das Assembleias, estando também inseridos numa rede de socialização. Outro trabalho que nos auxilia na compreensão da gênese e do desenvolvimento da elite política provincial é a dissertação *Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880*, de Karulliny Silverol Siqueira. Karulliny Siqueira defende que a divisão dos partidos políticos no Espírito Santo, entre liberais e conservadores, deu-se tardiamente quando comparado com as demais províncias do Império. A autora identifica uma mudança a partir de 1860 no tipo de elite do Espírito Santo: de homogênea e coesa ela passa a ser heterogênea e dividida.

Na pista de tais pesquisas que muito elucidam o cenário político provincial do século XIX, entendo a Guarda Nacional como espaço de poder privilegiado ocupado por parte da

---

<sup>10</sup> Entendemos, com Heinz “que as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual (...). (HEINZ, 2006, p. 8)

elite<sup>11</sup> do Espírito Santo e busco identificar quem eram os indivíduos que compunham o *estrato de senhores* que estava à frente da política local, como também da instituição. As datas de duas leis foram por mim adotadas no estabelecimento das balizas temporais de minha pesquisa. O marco inicial, 1831, é justificado pela Lei de 18 de Agosto, que estabeleceu a criação da Guarda Nacional. O segundo marco relaciona-se à lei 2.395 de 10 de setembro de 1873 que sacramenta o fim da Guarda Nacional ao praticamente anulá-la como força militar.

Neste estudo, algumas dificuldades se impuseram em relação ao trabalho com as fontes. Além de muitas lacunas, ausência de informações mais sistemáticas e o caráter rarefeito da documentação referente à Guarda Nacional, os poucos dados levantados no tempo dedicado à pesquisa, não permitiram que se alcançassem as metas inicialmente planejadas. Apesar disso, as informações reunidas permitiram chegar a resultados modestos, contudo significativos em relação a um objeto ainda inexplorado pela historiografia capixaba.

As fontes encontradas e analisadas, em boa medida, foram obtidas no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, no Fundo Governadoria. Para entender o cotidiano dos milicianos nos foram úteis o Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871) - Livros 404, 405 e 407 da Série 751; Ofícios e mais papéis referentes à Guarda Nacional (1854 a 1858) - Livro 212 da Série 383; o Registro da Correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1869) - Livro 408 da Série 751; Registro da Correspondência do Governo com diversas autoridades civis e militares da capital (1831-1837) - Livros 195, 196 e 198 da Série 751. No mapeamento dos principais componentes da elite do Espírito Santo atuante na milícia, nos foram úteis: Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-80) - Livro 633 da Série 751; além dos Relatórios dos Presidentes de Província de 1831 a 1873. Estes relatórios estão disponíveis online no endereço: [http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo).

Dialogando com tais pressupostos concernentes à natureza da milícia cidadã, pretendo analisar os Relatórios dos Presidentes de Província (1831-1873) Registro da

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 8.

Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871), o Registro de patentes de promoção (1848-1863), Registro da correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1869), o Registro da Correspondência com os Comandantes Superiores do Sul, Norte e Centro (1870), a Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-1880), dentre outros documentos que ao longo da pesquisa no Arquivo Público contribuam na construção da história da Guarda Nacional no Espírito Santo. Com o intuito de precisar quem eram os cidadãos que compunham a milícia utilizarei o método prosopográfico. A prosopografia nos auxilia a identificar as características comuns dos indivíduos que fazem parte de determinado grupo. Assim, buscarei resgatar dados biográficos dos milicianos relacionando-os com suas posições no corpo da instituição.

A premissa implícita é que uma compreensão de quem os atores foram levará mais longe a explicação do funcionamento da instituição a que eles pertenceram, revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo de retórica política e tornar-nos-á mais capazes para entender suas realizações, assim como para interpretar mais corretamente os documentos que produziram.<sup>12</sup>

A utilização de documentos oficiais não é algo novo nem inusitado no estudo da milícia cidadã. Castro (1977), Uricoechea (1978) e tantos outros autores que se dedicaram a analisar esta corporação se debruçaram sobre vasta documentação, além de jornais, discursos e outros escritos da época. Os relatórios dos presidentes de província, uma das fontes utilizadas, eram documentos escritos pelos presidentes das províncias brasileiras e tinham um caráter de prestação de contas da administração ao governo central. Por isso, abordavam de forma geral os diversos aspectos das localidades e os acontecimentos transcorridos ao longo do mandato. Na seção dedicada à Guarda Nacional os presidentes informavam, de forma geral, as condições nas quais se achava a milícia cidadã na província, as dificuldades pelas quais passava, o número do efetivo no ano correspondente ao relatório bem como comentários acerca da província. Nas palavras de

---

<sup>12</sup> STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinotto. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011, p. 120.

José Murilo de Carvalho, a eles [presidentes de província] devemos quase todos os documentos e relatórios que são hoje as fontes mais ricas para o estudo da história imperial.<sup>13</sup>

Por serem de vital importância para o desenvolvimento desta pesquisa, tais fontes serão devidamente criticadas, buscando sempre o diálogo com a farta bibliografia do período Imperial. Como nos alerta Foucault em *Arqueologia do Saber* ao abordar a posição da história em relação ao documento:

ela se dá por tarefa primeira, nem tanto interpretá-lo, nem tanto determinar se ele diz a verdade e qual o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, delimita elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história essa matéria inerte através do qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e do qual apenas permanece o rastro: ela procura definir, no próprio tecido documental das unidades, conjuntos, séries, relações.<sup>14</sup>

As falas dos presidentes e dos oficiais se inscrevem num contexto próprio e por isso serão interpretadas tendo em vista os pressupostos vigentes na sociedade imperial e, mais precisamente, no Espírito Santo do século XIX. Além disto, lanço mão da contribuição da História Demográfica para tratar dos registros das patentes e de outros aspectos concernentes ao efetivo da Guarda Nacional, pois “o embasamento demográfico em qualquer estudo histórico de natureza social, econômica ou cultural é essencial.”<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 57.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972, p. 13-14.

<sup>15</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica.** São Paulo: Editora Pioneira, 1977, p.9.

O conjunto de documentos utilizado permitiu, a despeito das dificuldades quantitativa e qualitativamente impostas, que chegássemos a algumas conclusões mais gerais, que certamente, constituem um primeiro, mas importante passo, à espera de novos estudos, sobretudo que possam valer-se de documentação existente no Arquivo Nacional ou no Arquivo do Exército, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Várias são as interpretações acerca da criação da Guarda Nacional. Não poderia ser diferente, uma vez que tal instituição está intimamente ligada à formação do Estado Imperial Brasileiro, que possui distintas análises. Numa tentativa de agrupar os olhares dos diversos autores que se esforçaram para descrever o significado da criação e da atuação da milícia cidadã, Maria Auxiliadora Faria distingue três posições distintas. A primeira dessas posições entende a Guarda Nacional desde o momento de sua criação como instrumento político-militar das classes dominantes. A milícia é apresentada como força anti-Exército, para sustentar militarmente a estrutura econômica do país, fundada no latifúndio na mão-de-obra escrava. Entre os autores que defendem esta posição destacam-se João Batista Magalhães (1958), Nelson Werneck Sodré (1965), Heloiza Rodrigues Fernandes (1974) e Fernando Uricochea (1978).

A segunda posição não enfatiza o caráter anti-Exército que ela poderia ter adquirido. Relevante mesmo é a estreita relação existente entre o seu processo evolutivo de força civil paramilitar para milícia eleitoreira, a serviço do conservadorismo brasileiro. O primeiro autor a chamar atenção para este aspecto é Tavares Bastos em *A província: estudo sobre a descentralização do Brasil* (1870). Jeanne Berrance de Castro, em *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850* (1977) segue a linha interpretativa de Bastos (1870) ao relacionar o papel político da milícia às contradições entre liberais e conservadores. Segundo a autora são exatamente as alternâncias de orientações centralizantes e descentralizantes no quadro político imperial que imprimem à milícia o aspecto eleitoreiro. A Guarda, para Castro, era instrumento eleitoralmente útil das classes governantes.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> FARIA, Maria Auxiliadora. **A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)**. 1977. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977, p. 2-4.

Por sua vez, a terceira posição entende a G.N. como elemento reforçador do poder local. Este aspecto não está totalmente ausente nas interpretações anteriores. No entanto, a ênfase com que agora é tratado indica a existência de uma contradição entre os fins para os quais é criada e reorganizada a milícia, e a forma como se apresenta no nível dos municípios. O enfoque sugere a ideia de que o sistema centralizado de poder pretendido pelo Governo Imperial é minado em suas próprias bases de sustentação. Nesta terceira posição destacam-se Oliveira Vianna (1949) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976).<sup>17</sup>

A Lei Orgânica de 18 de agosto de 1831 possui grande semelhança com a lei francesa de cinco meses antes que reorganizou a Guarda Nacional francesa. Isto não é motivo de surpresa, pois o projeto da lei brasileira tomou como modelo a *Garde Nationale*. Tal origem da Guarda Nacional foi objeto de críticas, como se verá. O primeiro artigo da Lei orgânica de 18 de agosto de 1831 é emblemático:

As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem, e a tranqüilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e as costas<sup>18</sup>.

Fica então estabelecida qual seria a missão da Guarda Nacional: manter a ordem nas províncias, combatendo movimentos separatistas e de outra natureza que ameaçassem a institucionalização da nova ordem legal. Contudo, a atuação dos guardas nacionais durante os anos tomou outras direções além das citadas. O caráter político, com o passar dos anos, tornou-se preponderante muito embora a lei de criação da milícia determinasse aos cidadãos-soldados o apolitismo<sup>19</sup>. Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os corpos auxiliares das milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais. O serviço que

---

<sup>17</sup> URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978, p. 5.

<sup>18</sup> BRASIL, **Coleção de Leis do Império do Brasil**, doravante CLIB. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 12 de out. de 2011).

<sup>19</sup> FARIAS, **Op.cit.**, p.9.



tais corpos desempenharam ficou a cargo da milícia cidadã que se criara. Assim, os guardas nacionais executavam serviços ordinários dentro do município, serviços ordinários de destacamento fora do município - estes eram remunerados - e serviços de auxílio ao Exército de Linha. Além disso, o serviço dos milicianos era solicitado para capturar criminosos, segundo requisição feita pelos juízes locais e delegados de polícia; para patrulhamento e policiamento das cidades, assim como das guarnições de cidades e prisões; para destruir quilombos, reprimir o tráfico de escravos, dentre outros serviços.<sup>20</sup>

A Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850 marca, segundo Castro (1977), a segunda fase da Guarda Nacional. As modificações das regras de acesso aos postos de liderança foram as mais marcantes no processo de aristocratização dos quadros dirigentes e da transformação da Guarda Nacional em milícia eleitoreira. As nomeações para o cargo de oficial substituíram as eleições, sendo o posicionamento do guarda nacional fator influente na sua qualificação como oficial. Além disso, estabeleceu-se a vitaliciedade dos postos de oficiais, numa tentativa de coibir os desmandos dos adversários políticos e dar continuidade nos serviços da milícia. A centralização geral da política imperial refletiu-se igualmente na milícia cidadã, que perdeu o seu caráter municipal subordinando-se inteiramente às autoridades central e provincial, do Ministro da Justiça e dos Presidentes de Província <sup>21</sup>.

A Guarda Nacional no Espírito foi um exemplo de instituição em busca da organização para seu funcionamento previsto na Lei de 18 de agosto de 1831. Exemplo também de milícia que se desvirtuou dos propósitos para os quais foi criada. As queixas e relatos das más condições da Guarda Nacional no Espírito Santo se sucedem nos relatórios dos presidentes de província. Foi a análise destes documentos que me levaram a concluir que como instrumento de Força Pública a Guarda Nacional falhou no Espírito Santo. Contudo,

---

<sup>20</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 24.

<sup>21</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico: t. 2**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 274-296, p. 286.

se não foi eficiente no sentido enunciado não se pode negar a importância política que a milícia cidadã teve nessa província.

Partindo da perspectiva apontada por Uricoechea (1978) entendemos que o sucesso da corporação como agência instrumental estava firmado, em grande parte, na existência de um estrato de senhores capaz de dedicar suas energias a atividades diletantes <sup>22</sup>. A atuação da milícia cidadã foi planejada no sentido de por meio de uma rotina administrativa contribuir com o processo de construção do Estado. Desta forma, o Estado e a elite patrimonial se beneficiavam, pois ao se preocupar em manter seus interesses e a ordem a elite construía e preservava o Estado brasileiro. Nisto consiste o retorno da patrimonialização do governo local elencada pelo autor:

Típica da disposição rotineira era o estabelecimento da parada de cada companhia na fazenda ou cercado do seu respectivo comandante. Mais típica era a utilização de residência particular do comandante como o local oficial para tramitação dos assuntos oficiais da corporação e a custódia dos arquivos e registros de secretarias dos comandos. Com muita frequência o material para o serviço burocrático era fornecido pessoalmente pelos comandantes <sup>23</sup>.

No Espírito Santo essa dinâmica também ocorria, estando à frente da Guarda Nacional abastados fazendeiros. Como destaca Bittencourt (2006), a produção cafeeira representou a salvação do Espírito Santo e de fato alcançou já no século XIX lugar de destaque na produção agrícola local. A produção da rubiácea e a consequente necessidade de escoamento fomentaram a construção de uma infra-estrutura no Espírito Santo que atendesse esta demanda. Além de propiciar o aprimoramento da infra-estrutura da província a economia cafeeira também promoveu a ocupação de áreas até então não desbravadas. O norte e o sul da província eram os pontos mais dinâmicos. No norte destacava-se o Porto de São Mateus, que verificava intenso movimento de embarcações. Já no sul, a principal artéria fluvial era o Rio Itapemirim. Esta nova realidade econômica da província fez surgir um grupo senhores, muitos deles fazendeiros, detentores de poder econômico e político e que estavam à frente da milícia cidadã.

---

<sup>22</sup> URICOECHEA, *Op. cit.*, p. 150.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 152.

Podem ser citados o barão de Aimorés, proprietário da Fazenda São Domingos; Graciano Santos Neves da Fazenda do Palhar; José Gomes Sodré, da Fazenda Córrego Grande; Reginaldo Gomes dos Santos, da fazenda Campo Redondo; Jacinto Rodrigues, da Fazenda Jurema; Manoel Ribeiro Silveiras, da Fazenda Roda d'Água; Barão de Timbuí, da Fazenda Itaúnas, dentre outros. Estes cidadãos são citados nos registros das correspondências relativas à Guarda Nacional, corroborando as afirmações de Uricochea (1978) a respeito do domínio dos *honoratiores* militares sobre a Guarda Nacional.

Na pista de tais pesquisas que muito elucidam o cenário político provincial do século XIX, entendo a Guarda Nacional como local privilegiado da elite do Espírito Santo. Por meio da análise dos registros de patentes da Guarda Nacional no Espírito Santo, bem como de outras documentações que se encontram no APEES, intentarei mapear quais eram os homens que compunham no Espírito Santo este *estrato de senhores* de que fala Uricochea. Quem eram estes senhores que ocupavam as mais altas patentes da milícia cidadã? Qual a importância política que esta elite tinha nesta província? Quais eram suas profissões? E de que forma contribuíram na construção e preservação do Estado brasileiro. Realizar, portanto, um estudo prosopográfico que ainda não foi feito.

O objetivo geral deste estudo, portanto, foi o de identificar as lideranças políticas locais e as redes de poder que se estabeleciam no interior da Guarda Nacional no Espírito Santo no século XIX, relacionado-as à política local bem como à dinâmica de construção do Estado Imperial. Com este estudo pretendo contribuir no deslindamento da história política do Espírito Santo no período Imperial. Assim, pretendeu-se identificar quais eram os homens que compunham as mais altas patentes da milícia cidadã no Espírito Santo; quais eram suas profissões; a importância destes senhores na política da província do Espírito Santo; o que representava a G. N. nessa província em seu aspecto político e as principais atividades e atuação realizadas pela milícia cidadã.

Como questão de fundo, havia a preocupação de pensar a Guarda Nacional no Espírito Santo à luz da renovação da história política, em consonância ao postulado em *Por uma História Política*, obra organizada por Réne Rémond:

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto, deviam reter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas (REMOND, 2003, p.16).

Na havia mais, portanto, espaço para aquela conhecida história dos reis que relegava ao segundo plano, quando não omitia, a história dos povos e das sociedades. Neste sentido, foram de fundamental importância as contribuições de Marx e Freud. O primeiro deslocou o “motor da história” para a economia, secundarizando a importância das relações políticas. Já o segundo, ao colocar em “plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político.” (REMOND, 2003, p. 20) O retorno do político verificado há poucas décadas só foi possível devido à renovação pela qual a história política passou. Tal mudança se deu pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais:

Abrçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa (REMOND, 2003, p. 36).

Após sua renovação, são muitas as possibilidades que a história política oferece. Sua interdisciplinaridade faz com que suas fronteiras não sejam claramente fixadas e que sua

definição seja por demais abstrata. Para Rémond, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder (REMOND, 2003, p. 444).

Como uma das possibilidades desta nova história política, trabalhamos com o conceito de elite, especificamente, de elite política. Há um amplo debate a respeito da noção de elite e de fato não há um consenso sobre sua definição. Não obstante, sigo a definição deste conceito tal como destaca José Murilo de Carvalho em sua abordagem sobre a elite política imperial, em *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*:

(...) quando falarmos aqui de elites não nos referimos a grandes homens e às teorias que, à moda de Carlyle, procuram explicar os acontecimentos em função de sua atuação. Falamos de grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite. (CARVALHO, 2011, p.20)

Neste sentido, entendemos os componentes da Guarda Nacional do Espírito Santo como um “grupo especial de elite” e buscamos compreender o que os distinguiu como grupo social. Intentarei ainda, com o auxílio de Pierre Bourdieu, determinar quais os fundamentos do poder dos guardas nacionais, qual seria o capital simbólico desses cidadãos.

A partir da legislação e da institucionalização da G. N. no Espírito Santo, pretende-se atar os fios que unem os indivíduos às instituições, levando-se em conta que à frente, e portanto na direção da milícia, estava a elite local, de modo que será importante compreender não somente os aspectos prosopográficos de alguns dos coronéis e dirigentes da Guarda, como também refletir sobre uma contradição apontada por alguns autores que a marcaram desde a sua criação: os princípios liberais que nortearam seu surgimento não condiziam com a realidade elitista e escravagista que deveria defender. Por isso, a história dessa milícia está imbricada de mudanças e rearranjos que objetivavam adequar a Guarda aos propósitos políticos aos quais deveria atender. Esse entendimento das ideias liberais, como fora do lugar – perspectiva defendida por Roberto Schwartz – não reflete o ideário político tampouco as práticas que se viviam no Império Brasileiro: a rigor o liberalismo brasileiro expressava uma defesa radical dos indivíduos

detentores da propriedade, um liberalismo conservador inspirado diretamente do liberalismo inglês emanado pelo pensamento de John Locke, quanto das instituições liberais francesas, dentre elas a Guarda Nacional. Evidentemente que o amálgama desse ideário é bastante particular e adaptado às circunstâncias políticas e sociais brasileiras. Eram liberais, mas a seu modo.

## **Capítulo I.**

**Guarda Nacional e guardas nacionais provinciais: gênese da milícia  
cidadã.**

A história do Império brasileiro é marcada, desde seu início, por um constante esforço de manter a unidade territorial, estabelecendo a paz naquelas localidades que não aderiram ao projeto de construção do Estado. O processo de consolidação do Brasil como país independente foi longo e marcado por muitas resistências. Nesse contexto, a presença de um aparato governamental desde 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil, foi de grande importância na centralização territorial embora não tenha sido fator decisivo, como destaca José Murilo de Carvalho. Para este autor a presença da Corte no Brasil não garantia a opção pela monarquia e pela centralização. A independência viria com ou sem o rei e a monarquia, e o fato de ter ocorrido com estes entes foi uma opção política dentre as outras possíveis:

(...) a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. (...) A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política.<sup>24</sup>

Não obstante, o imperador D. Pedro I teve que lidar com algumas resistências para manter a ordem, como ressalta Neves (2011):

Ainda que em sua maioria unificado, a solidez do império brasileiro era aparente, pois havia a questão fundamental da distribuição de poder, entre a autoridade nacional no Rio de Janeiro e os governos provinciais, que se encontrava longe ainda de se resolver. E as medidas adotadas por D. Pedro I (...) faziam ressurgir o temido espectro do despotismo, identificado à falta de autonomia do passado, provocando descontentamentos nas “pátrias locais”, que se prolongariam pelo Primeiro Reinado e culminariam na época da Regência.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> CARVALHO, *Op. cit.*, p. 21.

<sup>25</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos P.. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 130.



Aponta-se, assim, como um destes obstáculos o fato de algumas províncias não reconhecerem a soberania do Brasil independente sobre elas e, por isso, terem que ser subjugadas. Tais províncias, como Bahia, Piauí e Maranhão, Pará e Cisplatina tinham grande número de portugueses em sua população. Foi pelo uso da força que estas províncias foram pacificadas. No plano externo, foi preciso obter o reconhecimento das potências europeias, árduo trabalho diplomático que muito custou ao país.

O ideal da manutenção da ordem fica claro na Constituição de 1824, que é unitária e centralizadora. Às províncias não era dada muita autonomia, sendo seus presidentes nomeados pelo governo imperial. O Legislativo era composto por Câmara e Senado, este último tendo eleição vitalícia e sendo escolhido pelo próprio imperador em última instância. O voto era indireto e censitário, e para se candidatar a renda mínima exigida era de 400 mil réis. Vozes dissonantes se levantaram contra esta Constituição outorgada, mas logo foram reprimidas a exemplo da Confederação do Equador (1824). A repressão a este movimento deixou claro o caráter autoritário do governo que se formava.

Para além disso, era importante para o Estado imperial nascente conhecer a realidade provincial, atingir capilaridade administrativa, conhecendo e integrando sempre que possível as elites políticas regionais à união, adquirindo legitimidade e adesão. Para Antonio Marcos V. Martins,

era necessário ultrapassar apenas o conhecimento dessas outras realidades, além de explorar suas riquezas; o que impunha, na verdade, uma preocupação de outra ordem. Era preciso integrar essa imensa porção desgarrada ao fio litorâneo, onde se estabelecia o mundo do governo com sua Corte.<sup>26</sup>

O Primeiro Reinado, como destacam Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira, foi um importante período na construção do Estado Imperial, uma vez que abarcou a criação de instituições fundamentais durante os anos seguintes. Não obstante, a historiografia tem abordado esta fase como “período tampão ou de transição entre a proclamação da

---

<sup>26</sup> MARTINS, A. M. V. **Um Império a constituir, uma ordem a consolidar**. Ribeirão Preto: RGE, 2004, p.52.

independência e a verdadeira libertação nacional, que seria o 7 de abril de 1831.”<sup>27</sup> São deste período a Constituição de 1824, o Código Criminal, a lei que criou o juiz de paz, o Supremo Tribunal de Justiça, dentro outros. Constituiu-se, também, num momento de elaboração de projetos que refletiam as diferentes visões da nação que se pretendia consolidar. Além disso, a participação popular era intensa:

A população estava longe de estar a reboque das camadas dirigentes. O povo foi ator político fundamental na trama do Primeiro Reinado, tanto por meio de revoltas ou burburinhos quanto usando mecanismos formais, como petições, queixas e representações.<sup>28</sup>

Os anos que se seguiram foram de intensa luta política e de enfrentamento entre o Imperador e o Parlamento. Com a morte de D. João VI em Portugal, em 1826, o sucessor seria D. Pedro I. No entanto, este renunciou em favor de sua filha Maria da Glória, então com sete anos. Foi também nesse período que o Brasil se envolveu na Guerra da Cisplatina. Esta batalha foi bastante dispendiosa, contribuindo para o enfraquecimento da figura do imperador. Politicamente a situação de D. Pedro também não era positiva. Havia boatos de prisões de deputados liberais, de jornalistas, de nomeações de portugueses para cargos importantes. O esgarçamento da figura do imperador e da própria estrutura centralizadora da monarquia era claro. A insatisfação não se restringiu ao Parlamento e à imprensa: já havia tomado as camadas mais baixas, que nas ruas exerciam forte pressão popular por meio de protestos. Esta conjuntura levou D Pedro I a abdicar em favor de seu filho, a 7 de abril de 1831. Neste mesmo dia, o Congresso elegeu a Regência Provisória para estar à frente do Império, uma vez que D Pedro II tinha apenas cinco anos de idade.

Este novo período que se inicia pós-renúncia de D. Pedro I é visto por muitos autores como a consolidação da independência do Brasil. Tal consolidação, contudo, não foi alcançada pacificamente. Pelo contrário, resultou de lutas nos campos político e social. O período regencial, inicialmente, foi retratado pela historiografia como sendo uma fase conturbada e anárquica. Porém, à medida que os estudos sobre esta fase da história

---

<sup>27</sup> PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 140.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 142.

brasileira foram se aprofundando, percebeu-se que a Regência foi um momento frutífero na construção do Brasil Império. Momento em que diversas ideias e projetos para a nação foram discutidos, até mesmo pelas camadas mais populares. Na expressão de Marco Morel, a Regência foi “um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais.”<sup>29</sup> Neste laboratório, o espaço público se constituiu como a arena das diversas manifestações e formas de ação política e, neste contexto, os jornais e panfletos veiculavam as ideias e projetos dos diferentes grupos. Basile (2009) destaca a importância da pressão popular para que o 7 de Abril ocorresse, e como a participação do povo se fez sentir nas ruas em diferentes momentos durante o período.<sup>30</sup>

Foi ainda nesta fase que as facções políticas, que no fim deste período deram origem aos partidos, se delinearam. Quanto à formação dos partidos políticos no Brasil, Bentivoglio (2010) elucida alguns pontos até então desconsiderados ou não destacados. A historiografia, segundo o autor, continua entendendo o processo de condução das forças políticas rumo à constituição político-partidária relacionando os partidos à construção do Estado-Nação. E esta perspectiva é falha por desconsiderar os conceitos de partido e a compreensão que os próprios atores políticos do século XIX tinham do termo em diferentes momentos. Partido, até 1850, conotava grupo político e identificava posição e objetivos mais imediatos. E neste sentido era visto como uma divisão que debilitava o cenário político. Portanto, não foram os partidos políticos, tal como hoje os concebemos, que conduziram a política brasileira de 1822 até meados de 1842, mas sim forças políticas que em determinados momentos se coligaram a partir de algumas causas comuns. E essas forças residiam muito mais em pessoas que em instituições partidárias formais.<sup>31</sup>

Não obstante, a divisão básica que se faz dos grupos políticos estabelece que os liberais dividiam-se em liberais radicais (os farroupilhas) e liberais exaltados (os jurujubas) e se reuniam em torno da associação Sociedade Federal; os restauradores (caramurus)

---

<sup>29</sup> MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 9.

<sup>30</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.59.

<sup>31</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. **Diálogos**, v.14, n.3, p. 535-556, 2010.

queriam a volta de D. Pedro I ao poder e se reuniam em torno da Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira. E, por fim, havia a facção dos moderados (chimangos), que se reunia em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional. Sérgio Buarque de Holanda (1995) dá ênfase a esta última associação, pois ela foi o instrumento mais eficaz dessa composição política:

O conagraçamento político realizado pela Sociedade parece que alcançou âmbito muito mais amplo do que teria sido o programa do seu fundador. (...) Membros da Regência e do Parlamento, militares, agitadores políticos, filiam-se à Sociedade. (...) A Sociedade atuava através das representações que dirigia à Câmara ou ao Governo e acima de tudo através do aliciamento pelo contato pessoal das opiniões dos membros do Parlamento, do Ministério e da Regência.<sup>32</sup>

Assim, Holanda (1995) dá pistas para a afirmação de Bentivoglio (2010) de que a política vivia, sobretudo, de pessoas, de forças políticas e não exatamente de partidos. Ou seja, as forças políticas locais e regionais, até meados de 1850, possuíam formas de mobilização e de organização que não expressam partidos políticos na rigorosa acepção política do termo.

Como já exposto, no mesmo 7 de Abril foi eleita uma Regência Trina Provisória para se evitar o vácuo do poder. Tal eleição já denotou a disputa de poder que marcaria o período, afinal se num primeiro momento os grupos políticos haviam formado um mesmo bloco de oposição ao imperador, ocorrida a abdicação, estes mesmos grupos logo deixaram claro que tinham ambições e projetos políticos diferentes e que, portanto, lutariam pela permanência no poder. Por estarem mais articulados politicamente, os moderados levaram vantagem sobre os exaltados na composição do governo. A Regência Trina Provisória foi constituída então pelos senadores José Joaquim Carneiro de Campos e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Sendo aberta a sessão legislativa de 1831, foi eleita a Regência Trina Permanente, que manteve o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que governou ao lado dos deputados João Bráulio Muniz e José da Costa Carvalho, denotando a vitória dos moderados. Como

---

<sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. t.2, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 13.

Ministro da Justiça a Regência Trina Permanente nomeou Diogo Antônio Feijó, que se mostrou enérgico na repressão dos movimentos contestatórios.

Cabe destacar a contribuição de Miriam Dolhnikoff, que lança nova luz sobre o período ao defender que o projeto liberal, forte a partir de 1831, permaneceu até 1889. A abdicação de D. Pedro I em 1831 abria o caminho para a implementação de um novo projeto de Estado que combinasse unidade com autonomia provincial e participação das elites provinciais no centro de decisões.<sup>33</sup> A análise de Dolhnikoff vai de encontro à historiografia brasileira, sobretudo à tese clássica de Ilmar Mattos (1984) da proeminência dos conservadores na construção da Nação<sup>34</sup>, pois a autora considera que o projeto federalista saiu vencedor, embora tenha que ter feito, no bojo da negociação política, algumas concessões<sup>35</sup>.

O domínio dos moderados, que se inspiravam nas ideias do liberalismo clássico de Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant<sup>36</sup>, fez-se notar em dois documentos que deram o tom do período: o Código do Processo Criminal, de 1832, e o Ato Adicional, de 1834. Tais legislações eram uma tentativa de solucionar questões que geravam insatisfação nas províncias desde o Primeiro Reinado. Dentre outros aspectos, o Código Criminal trata da organização judiciária do país, dividindo as províncias em comarcas, termos e distritos de paz:

O Código preparado por Alves Branco iria corresponder à mais ousada experiência de legislação liberal jamais tentada no País. Consagrava no mais amplo sentido os ideais de autonomia local e autogoverno, incorporando, precisando e ampliando as conquistas fundamentais da opinião liberal no Primeiro Reinado. (...)

---

<sup>33</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p. 25.

<sup>34</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: ACESS, 1984.

<sup>35</sup> DOHLNIKOFF, M. *Op. cit.*, p.14.

<sup>36</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II**: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 61.

O Código do Processo Criminal estabelecia, em essência, a justiça democrática, isto é, a justiça confiada na mais ampla medida às magistraturas de escolha popular. O papel da justiça togada quase se pode dizer que ficava reduzida a uma assistência pericial.<sup>37</sup>

Desaparecem os cargos de ouvidoria, juízes ordinários, juízes de fora todos da organização portuguesa. Como novidade surge a figura do juiz de paz<sup>38</sup>, que tinha jurisdição sobre um pequeno território e era eleito:

O juiz de paz que recebia seu mandato da delegação imediata do voto popular, constituía a peça mais importante do sistema. Acumulava funções judiciais e policiais. Além da justiça primária das conciliações, é também juiz nas contravenções e nos crimes sujeitos às penalidades mínimas. Cabe-lhe em exclusividade a formação de culpa e da pronúncia.<sup>39</sup>

A prática deste Código levou a sérios desvirtuamentos, uma vez que os chefes locais controlavam as eleições, podendo intimidar e neutralizar seus adversários. Igualmente eram acompanhados por indivíduos que acabavam por impor sua autoridade à revelia da lei. Nesse sentido, em meados de 1841 o ministro Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde do Uruguai, revela:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há aí quem lha subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal entendida liberdade, desconhece a força das leis e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos.<sup>40</sup>

---

<sup>37</sup> DOHLNIKOFF, *Op. cit.*, p. 27.

<sup>38</sup> Alexandre de Oliveira Bazilio de SOUZA em sua dissertação de mestrado intitulada **Das urnas para as urnas: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889)**, defendida em 2012 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, ressalta a importância do juiz de paz na construção da cidadania brasileira, enfocando a transformação pela qual a instituição passou após a reforma judiciária de 1871.

<sup>39</sup> DOHLNIKOFF, M. *Op. cit.*, p. 28.

<sup>40</sup> Apud: MARTINS, A. M. V. *Op. cit.*, p.57.

Por sua vez, o Ato Adicional promulgado em 12 de agosto de 1834 suprimiu o Conselho de Estado e instituiu a regência una, sendo o regente eleito a cada quatro anos por meio de voto secreto e direto. Além disso, o Ato criou as Assembleias Provinciais e fixou sua ampla competência: decidiriam acerca da divisão administrativa, judiciária e eclesiástica, da fixação de força policial, da suspensão e demissão de magistrados e do provimento de empregos públicos.

(...) os legisladores de 34 estabeleceram um regime de rigorosa concentração administrativa em âmbito provincial, fazendo depender das Assembleias Provinciais toda a vida econômica municipal, mesmo as providências mais simples como a criação de empregos, a fixação dos respectivos ordenados, as desapropriações, etc.<sup>41</sup>

Ou seja, a criação de tais Assembleias foi um grande passo descentralizador uma vez que diversas decisões jurídicas e administrativas ficaram a cargo das províncias.

Como estabelecido pelo Ato Adicional, ocorreu a eleição do primeiro regente uno: Diogo Antônio Feijó foi eleito em 1835, governando de 18 de outubro de 1835 a 18 de dezembro de 1837. A eleição de Feijó sagrou a vitória dos moderados, uma vez que ele derrotou o exaltado Holanda Cavalcanti. O fato de ser implacável no combate às revoltas provinciais marcou a passagem do Padre Feijó na Regência. Tal posição austera, inclusive, já havia sido demonstrada quando o mesmo havia sido Ministro da Justiça. As crises sucessivas que abalaram esse período denotam que as medidas tomadas pelo governo não eram suficientes para acalmar os ânimos da população e dos diversos grupos políticos, sobretudo dos exaltados. O país, então, foi tomado de alto a baixo por revoltas que deixavam claro que as províncias não estavam totalmente subordinadas ao governo central.

Marcello Basile (2009) divide as revoltas regenciais em três ciclos: um primeiro ciclo foi marcado por movimentos urbanos de *povo* e *tropa*, pouco organizados, de dimensões pequenas e que tinham diversas reivindicações, como a insatisfação dos caramurus e dos exaltados com o governo moderado, os sentimentos antilusitanos, o descontentamento dos setores militares e a crise econômica. A segunda onda de revoltas se deu após o Ato Adicional, sendo fruto, portanto, da ampla descentralização e poder dado às províncias.

---

<sup>41</sup> HOLANDA, S. B. de. *Op. cit.*, p. 38.

Por seus interesses não corresponderem aos do governo central, muitas províncias extravasaram seus descontentamentos. Foi o caso da Cabanagem no Pará, da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, da Sabinada em Salvador e da Balaiada no Maranhão. Por último, o terceiro tipo de revolta elencado pelo autor é constituído pelas rebeliões protagonizadas por escravos, sendo as mais marcantes as rebeliões de Carrancas, dos Malês e de Manuel Congo.<sup>42</sup>

A província do Espírito Santo, neste contexto, permanecia em seu estado de *profunda tranquilidade*, como relatam os presidentes de província. José Teixeira de Oliveira (2008) cita algumas desordens nos Municípios de São Mateus e Barra de São Mateus. Estas turbulências foram causadas, segundo o autor, pelo elemento português.<sup>43</sup> Porém, a natureza e expressividade de tais desordens não são comparáveis àquelas das demais províncias. Segundo Karulliny Siqueira (2011), esse afastamento do Espírito Santo das turbulências políticas, deveu-se à existência de uma elite coesa e homogênea que se articulou para manter o projeto baseado na ordem e na pacificação.<sup>44</sup> Afinal, como tensão, já bastavam as constantes investidas dos índios botocudos, desde o período colonial.

Tais crises e insatisfações explicitavam a incapacidade do governo moderado de pacificar o país, estabelecendo a ordem. Diante deste quadro de forte pressão popular, de revoltas e disputas políticas, o regente Diogo Feijó renuncia, sendo sucedido por Pedro de Araujo Lima. Iniciava-se o período conhecido como Regresso, no qual medidas conservadoras foram tomadas no intuito de restabelecer uma ordem perdida devido às medidas tomadas pelos liberais no período que ficaram à frente do país. Assim, os regressistas procuraram reformar as legislações promulgadas pelos moderados, o Código do Processo Criminal e o Ato Adicional. Após projetos debatidos e revisões efetuadas, foi aprovada a lei 105 de 12 de maio de 1840, conhecida como Lei de Interpretação do Ato Adicional, que visava à centralização do aparato judicial. Estabeleceu ainda que a polícia limitar-se-ia apenas ao

---

<sup>42</sup> BASILE, M. *Op. cit.*, p 68-72.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: APEES, 2008, p. 342.

<sup>44</sup>SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880**. 2011. 231 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 52.



âmbito municipal e administrativo e não ao judiciário; as Assembleias Provinciais ficaram proibidas de legislarem sobre empregos criados pelo governo geral para cumprir funções relativas aos objetos de competência do centro.<sup>45</sup> Já a reforma do Código de Processo Criminal, de 3 de dezembro de 1841, tinha por principal objetivo retirar dos juízes de paz as atribuições referentes ao processo criminal:

A reforma do Código criou os cargos de delegados e de subdelegados, que passaram a ser os responsáveis por tais funções. Eram nomeados pelo chefe de polícia, que por sua vez era escolhido entre os desembargadores e os juízes de direito. As demais atribuições do processo criminal ficavam a cargo dos juízes de direito e de promotores, que deveriam ser nomeados pelo imperador.<sup>46</sup>

As atribuições do juiz de paz foram reduzidas e criou-se toda uma hierarquia policial e judiciária de nomeação imperial. De qualquer modo cabia a ele encaminhar as listas dos guardas nacionais para o presidente da província. A figura de destaque na província passou a ser o chefe de polícia que, ao contrário do juiz de paz, era nomeado pelo imperador. Dolhnikoff (2005), contudo, defende que a fiscalização e a tutela não significavam a ausência de autonomia provincial, mas capacidade do centro de impedir que esta autonomia resultasse em prejuízo dos interesses gerais:

Mesmo depois da Interpretação do Ato Adicional, continuava prevalecendo o cerne do arranjo institucional implementado na década de 1830. (...) as Assembléias brasileiras tinham competência para decidir unilateralmente sobre matéria tributária e outras de igual importância. (...) As Assembléias brasileiras não dependiam de convocação do Executivo para se reunir e não podiam ser dissolvidas, características que não perderam com a revisão conservadora.<sup>47</sup>

Estas reformas formaram a base do Segundo Reinado (a do Processo Criminal, inclusive, foi aprovada já neste período). O movimento do “regresso” prosseguiu promovendo

---

<sup>45</sup> DOLHNIKOFF, M. *Op. cit.*, p. 137.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.135.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 147.

medidas centralizadoras após 1840, como o restabelecimento do Conselho de Estado em 1841. Este processo de centralização política e de reforço da figura do imperador completou-se com a reforma da Guarda Nacional. Por meio desta reforma, ocorrida em 1850, o princípio eletivo dos oficiais foi extinto, dando lugar à nomeação pelos presidentes de província. Observa-se, então, uma busca por reforçar a hierarquia dentro da milícia e favorecer um estrato de senhores locais.<sup>48</sup> Assim, no chamado processo de centralização os presidentes de província são *estrangeiros* que rodam pelas províncias do império, leais ao Imperador. A criação da Guarda Nacional dá e reconhece a autoridade dos potentados locais, ou seja, procura não exatamente submetê-los, mas aproximá-los do Estado. Nas palavras de Uruguai:

Um governo bem organizado não deve governar tudo diretamente, e substituir em todo e por tudo a sua iniciativa, ação e atividade à de todos. Há muitos assuntos nos quais a ação do interesse particular ou local é mais ativa, mais pronta, mais eficaz, mais econômica do que a do governo.<sup>49</sup>

Tais reformas promovidas pelos regressistas não foram, contudo, suficientes para pacificar todo o país: algumas revoltas ainda não haviam sido debeladas, como a Revolução Farroupilha. Diante de tal situação, os progressistas articularam o Golpe Parlamentar da Maioridade. Em 1840, o Clube da Maioridade foi criado. A antecipação da maioridade de D. Pedro II, contudo, já era pensada desde 1835. No dia 23 de julho de 1840, o jovem D. Pedro de Alcântara, com apenas 14 anos e 7 meses, começou o seu governo e colocou fim ao tumultuado e fértil período regencial.

Foi sobre este pano de fundo que a Guarda Nacional foi criada em 1831. Nas palavras de Fernando Uricoechea (1978):

O país não estava pacificado de forma alguma; o Estado não tinha inteira confiança na sua autoridade efetiva e válida; o provincialismo e o separatismo ainda eram sentimentos vigorosos e, além disso, o exército

---

<sup>48</sup> MATTOS, I. R. *Op. cit.*, p. 184.

<sup>49</sup> SOUZA, José Paulino Soares de. **Ensaio sobre o direito administrativo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1860, tomo 2, p.356.

real era formado de oficiais portugueses leais ao rei e à ideia da restauração.<sup>50</sup>

A primeira indicação concreta para a criação da Guarda Nacional ocorreu em outubro de 1830 na Câmara Municipal de São Paulo, por sugestão do Dr. Cândido Gonçalves Gomide. Tal indicação tinha o objetivo de manter a Constituição contra golpes da facção liberticida, pois era grande o medo da restauração.<sup>51</sup> A Constituição de 1824, em seu artigo 145, já abria a prerrogativa para que se criasse uma força composta por cidadãos ao enunciar que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos ou internos.”<sup>52</sup> Assim, a Câmara Municipal de São Paulo reivindicava uma lei para que tal força fosse regulamentada. Após o envio à Corte de um documento que requisitava a criação da milícia cidadã, foi nomeada uma comissão para redigir o projeto em maio de 1831. Compunham a Comissão: José Joaquim Vieira Souto, Raimundo José da Cunha Matos e Evaristo Ferreira da Veiga. De maio a agosto discutiu-se o projeto, que foi aprovado pela Assembleia no dia 18 de agosto de 1831. A criação da Guarda Nacional é, habitualmente, atribuída ao então Ministro da Justiça Antônio Feijó. Jeanne Castro (1977), porém, alerta que:

Tem sido atribuída a Feijó a paternidade da Guarda Nacional brasileira, mas, até o momento não encontramos nenhuma documentação que o comprove. Provavelmente, pelo fato de ter sido Feijó o Ministro da Justiça em 1831 e estar a Guarda Nacional sujeita àquele ministério bem como ter dado todo o seu apoio à milícia cívica, ligou seu nome à corporação<sup>53</sup>.

O primeiro capítulo de sua lei de criação explicita claramente sua função ao instituir que:

---

<sup>50</sup> URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978. p. 137.

<sup>51</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 18.

<sup>52</sup> BRASIL. **Constituição** (1824). Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: 1824, p. 19.

<sup>53</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 20.

As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem, e a tranqüilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e as costas (CLIB)<sup>54</sup>.

Ficava então estabelecida qual seria a missão da Guarda Nacional: manter a ordem nas províncias, combatendo movimentos separatistas e de outra natureza que ameaçassem a institucionalização da nova ordem legal. Contudo, a atuação dos guardas nacionais durante os anos tomou outras direções além das citadas. O caráter político, com o passar dos anos, tornou-se preponderante muito embora a lei de criação da milícia determinasse aos cidadãos-soldados o apolitismo.<sup>55</sup> Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os corpos auxiliares das milícias e Ordenanças e das Guardas Municipais. O serviço que tais corpos desempenharam ficou a cargo da milícia cidadã que se criara. Assim, os guardas nacionais executavam serviços ordinários dentro do município, serviços ordinários de destacamento fora do município (estes eram remunerados) e serviços de auxílio ao Exército de Linha. Além disso, o serviço dos milicianos era solicitado para capturar criminosos, segundo requisição feita pelos juízes locais e delegados de polícia; para patrulhamento e policiamento das cidades, assim como das guarnições de cidades e prisões; para destruir quilombos, reprimir o tráfico de escravos, dentre outros serviços<sup>56</sup>.

A Lei Orgânica de 18 de agosto de 1831 possui grande semelhança com a lei francesa de cinco meses antes que reorganizou a Guarda Nacional francesa. Isto não é motivo de surpresa, pois o projeto da lei brasileira tomou como modelo a *Garde Nationale*. Tal origem alienígena da Guarda Nacional foi objeto de críticas posteriormente. Porém, há de se ressaltar que a criação da instituição também foi pensada com base nas experiências com milícias que o país já havia tido.

---

<sup>54</sup> BRASIL, **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Lei de 18 de ago. de 1831, p. 49.

<sup>55</sup> FARIA, Maria Auxiliadora. **A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)**. 1977. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977, p. 9.

<sup>56</sup> CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977, p. 24.

Dos estudos acerca da Guarda Nacional, três se destacam por enfocarem a milícia em profundidade, destacando suas nuances, assim como suas relações com a construção do Estado Brasileiro. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, escrito por Jeanne Berrance de Castro, foi a primeira obra a tratar especificamente desta instituição.<sup>57</sup> Trata-se da tese de doutorado da autora defendida em 1968 e publicada em 1977. Por ser a primeira pesquisadora a se debruçar sobre a Guarda Nacional, as interpretações dadas por Jeanne Castro serviram de guia para os demais pesquisadores que estudaram este mesmo objeto. Ela ressalta a possibilidade de ascensão social<sup>58</sup> existente nos primeiros anos da milícia, bem como os problemas decorrentes de tal prerrogativa que foi extinta para atender os interesses das elites conservadoras. Além disso, a autora faz notar que a atuação dos milicianos nos primeiros anos muito se distingue dos desmandos políticos que a marcaram posteriormente: foram grandes os esforços dos milicianos, em sua maioria trabalhadores humildes, para combater gratuitamente as revoltas e pacificar a Nação.

Castro (1977) divide a existência da milícia cidadã em três fases, mostrando que nem sempre teve a Guarda Nacional o aspecto aristocrático e político como o mais preponderante. A primeira fase, então, vai de 1831 até a reforma da Lei de 1850 e foi o momento de pacificação popular; a segunda fase, de 1850 a 1889, marca o início da aristocratização dos quadros dirigentes, transformando a Guarda Nacional em milícia eleitoreira; e a terceira fase, a republicana, na qual ocorreu a absorção progressiva da milícia pelo Exército, sendo seu fim em 1922.

Desta forma, a autora defende que na primeira fase os guardas nacionais desempenharam grande papel na pacificação nacional, com destaque para o esforço dos

---

<sup>57</sup> Em 1962, na coleção História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, Jeanne de Castro apresenta parte de seu estudo sobre a Guarda Nacional na seção referente à reorganização das forças armadas no Império. É nesta coleção, portanto, que encontramos o primeiro estudo exclusivo sobre a Guarda Nacional.

<sup>58</sup> Flávio Henrique Dias Saldanha, ao analisar a atuação da Guarda Nacional na vila de Mariana, verifica que o sistema eletivo contribuía para a negação das elites políticas imperiais ao permitir que roceiros galgassem postos de alta patente, como ocorreu na vila supracitada. Assim, tal sistema constituía um grau de horizontalização social. SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. Minas Gerais, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, p. 115.

simples trabalhadores que tiveram que superar a falta de recursos adequados para manter a ordem no país. É também nessa fase que o sistema eletivo para o oficialato vigorou, numa breve tentativa de igualitarismo social e racial. Mas tal originalidade logo sofreu críticas e foi modificada nas províncias, afinal ia de encontro com toda estrutura vigente no país. A reorganização da Guarda Nacional por meio da lei de 1850 já não contava com nenhuma instância de procedimento eletivo.

Por meio da lei nº 602 de 19 de setembro de 1850, a segunda fase da Guarda Nacional se impôs. As modificações das regras de acesso aos postos de liderança foram as mais marcantes no processo de aristocratização dos quadros dirigentes e da transformação da Guarda Nacional em milícia eleitoreira. As nomeações substituíram as eleições, sendo o posicionamento político do guarda nacional fator influente na sua qualificação como oficial. Além disso, estabeleceu-se a vitaliciedade dos postos de oficiais – que era um pedido de diversas províncias, inclusive do Espírito Santo. A vitaliciedade era uma tentativa de evitar os desmandos dos adversários políticos e dar uma continuidade nos serviços da milícia. Observou-se também, em decorrência da centralização da política imperial, a subordinação de fato da milícia cidadã às autoridades central e provincial, do Ministro da Justiça e dos presidentes de província. Assim, tal reforma conservadora marcou o começo da atividade da Guarda Nacional como corporação governamental, opressora e eleitoralmente útil.<sup>59</sup>

Partindo de uma perspectiva weberiana, em 1978, Fernando Uricoechea publica uma obra que também se tornaria referência no estudo da milícia, bem como da construção do Estado brasileiro. Em *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX*, o autor destaca que no século XIX houve o retorno da patrimonialização dos aparatos do Estado brasileiro ainda em construção. E tal processo foi visível na Guarda Nacional. A atuação da milícia cidadã foi planejada no sentido de por meio de uma rotina administrativa contribuir com o processo de construção do Estado. Desta forma, o Estado e a elite patrimonial se beneficiavam, pois ao se preocupar em manter seus interesses e a ordem, a elite construía e preservava o Estado brasileiro.

---

<sup>59</sup> CASTRO, J. B. *Op. cit.*, p. 195.

Os gastos reais que o Estado tinha com a Guarda Nacional eram mínimos, afinal o governo não possuía renda suficiente para arcar com toda burocracia que um Estado requer. O serviço dos guardas nacionais se deu, portanto, apesar de todas as circunstâncias adversas de falta de recursos e falta de instrução. São inúmeras as reclamações de falta de armamentos, falta de instrutores e outras negligências que demonstram que mesmo a responsabilidade fiscal governamental com a milícia sendo mínima muitas vezes ela não era efetuada. Assim, o relato do presidente de província Pereira Júnior, em 1862, não constituía exceção:

Os Batalhões de São Mateus, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares não estão fardados, nem disciplinados, e nem ao menos possuem armas. Os de Itapemirim e Benevente acham pela maior parte na mesma posição. Poucos são os instrutores, e esses mesmos não podem desempenhar perfeitamente suas funções pelas longas distâncias em que residem os guardas, dificuldade de transportes, e por outros obstáculos nascidos da pobreza de grande parte da população a quem não é dado, sem sacrifício, abandonar freqüentes vezes a terra em que trabalha e donde tira os meios para viver.<sup>60</sup>

Deste modo, os guardas nacionais eram responsáveis por comprar seus uniformes e seus animais (necessários dependendo da Arma em que servisse). Os recursos orçamentários existentes tinham essencialmente duas destinações: o pagamento dos salários dos instrutores militares e Comandantes e o pagamento de pequenos *per diens* concedidos aos milicianos para a execução de tarefas oficiais. Além disso, o Estado era responsável pela compra de armamentos, bandeiras, tambores, cornetas e material de escritório.<sup>61</sup> Portanto, a rotina organizacional da milícia cidadã baseou-se em dois princípios antagônicos: o princípio estamental por trás da satisfação patrimonial das necessidades administrativas e o princípio burocrático por trás do controle estatal de tais serviços.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup>Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Victoria, Typ. Capitaniense, 1862, p. 16. Apud **Relatório dos presidentes da província do Espírito Santo**. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2013.

<sup>61</sup> CASTRO, *Op. cit*, p. 26.

<sup>62</sup> URICOECHEA, *Op. cit*, p. 147.

Em 1981, Antonio Edmilson Martins Rodrigues, Francisco José Calazans Falcon e Margarida Neves publicaram *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*, como parte da série da PUC/RJ “Estudos das características histórico-sociais das Instituições Policiais Brasileiras, Militares e paramilitares, de suas origens até 1930”. Os autores elencam duas hipóteses principais. A primeira delas, utilizada para analisar a conjuntura de 1831 a 1837, entende a Guarda Nacional como delimitadora do espaço possível de cidadania no Império, corporificando e arregimentando os cidadãos:

Assim a instituição constitui-se numa das formas de representação desta sociedade, tal como ela é vista pelos seus setores dominantes e tal como estes pretendem que a sociedade seja vista pelos demais componentes da sociedade. Ela se caracteriza como um instrumento repressivo (...). É sua existência mesmo, e os desdobramentos políticos desta existência, que fazem da Guarda Nacional um instrumento da ordem.<sup>63</sup>

Cabe ressaltar que no Império a cidadania tinha contornos específicos devido a vigência da escravidão e a existência da grande propriedade. Nas palavras de José Murilo de Carvalho, “entre escravos e senhores existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação.”<sup>64</sup> O autor ainda entende que além da participação eleitoral havia outros mecanismos que interligavam os cidadãos ao Estado, sendo o mais importante deles o serviço de júri. A Guarda Nacional também era uma dessas estruturas, que transmitia aos guardas nacionais algum sentido de disciplina e de exercício de autoridade legal.<sup>65</sup>

Pela Constituição de 1824, eram cidadãos brasileiros todos os nascidos no Brasil, ingênuos ou libertos. Os escravos eram, portanto, excluídos nem mesmo sendo citados diretamente no texto constitucional. Porém, a mesma Carta Constitucional estabelecia os critérios de participação destes cidadãos, calcada na renda: podiam votar todos os

---

<sup>63</sup>RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins ; FALCON, Francisco José; NEVES, Margarida de Souza. **A Guarda Nacional no Rio de Janeiro: 1831-1918**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1981, n. 5, 501 p. (Série Estudos), p.20.

<sup>64</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 21.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 37.



homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Demarcando, assim, quais eram os cidadãos ativos. Assim, “embora a Guarda Nacional não crie esta diferenciação, desempenha um papel fundamental na delimitação, na consolidação e na representação da cidadania, segundo a ética da classe dominante desta sociedade.”<sup>66</sup> A lei de criação da milícia, em última instância, convocava aqueles que possuíam propriedade a defendê-la, ou seja, a manter a ordem. Era a propriedade que definia o tipo de cidadão que se almejava. A isto os autores denominam “metáfora da propriedade”. Ainda nesse sentido, os autores destacam que o existir da Guarda era mais importante do que seu agir:

Não se deve perder de vista que o primeiro fato que caracteriza a atuação da Guarda Nacional é o fato mesmo de sua existência. O ser, o existir, já se configura aí, nessa sociedade, como uma certa forma de atuar. É existindo que a Guarda Nacional pode ser o instrumento que enquadra, organiza e hierarquiza os cidadãos, dando coerência ao “mundo do governo”, imprimindo-lhe em certo sentido a institucionalização dessa ordem hierarquizada que o distingue dos outros “mundos”. Desse modo, como instituição essencialmente hierarquizada e hierarquizadora, imagem do mundo que a constitui e nela vê refletida sua própria imagem, a Guarda Nacional atua, antes de mais nada ao existir nesse contexto social.<sup>67</sup>

A segunda hipótese estabelece que a instituição contribuiu, no processo de consolidação imperial, na constituição da burocracia estatal numa “lógica da ambigüidade aparente”. Trata-se de reafirmar o compromisso estabelecido entre os poderes locais e o governo central já destacado por Uricoechea (1978). O Estado, ainda incipiente e sem um aparato burocrático e recursos financeiros satisfatórios, transfere para os poderes locais algumas responsabilidades onerosas. O pacto é estabelecido uma vez que interessa aos poderes locais contribuir na manutenção da ordem e da unidade, preservando assim sua posição privilegiada na sociedade escravista. Desse modo, o conflito é dirimido e todos se beneficiam da situação que aparentemente era ambígua.

---

<sup>66</sup> RODRIGUES; FALCON; NEVES; *Op. cit.*, p.14.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 124-125.

Cabe salientar que os autores discordam de alguns pontos afirmados por Jeanne Castro (1979). Não concordam, primeiramente, com a ideia de que a milícia cidadã teve um caráter democrático no seu início. Enquanto a autora de *A milícia cidadã* enxerga no trecho da lei referente à eleição dos oficiais uma brecha para um sistema de votação democrático e de inclusão étnica, os autores supracitados ressaltam que numa sociedade desigual como a escravista brasileira, tal prerrogativa não era observada na prática:

Longe de garantir aspectos democratizantes ou niveladores, com base na elegibilidade de parte da oficialidade da Guarda, esse pretense princípio de igualdade, viciado em sua origem porque aplicado à uma sociedade essencialmente desigual, terá que ser redimensionado, transformando-se na prática numa forma de reafirmar o poder local: as listas de classificação analisadas demonstram que as eleições reproduzem no interior da guarda a hierarquia existente na sociedade, balizada fundamentalmente pela propriedade.<sup>68</sup>

Além disso, eles entendem que desde sua criação a milícia cumpriu um papel político, não sendo este aspecto um desvio posterior de sua função inicial. Vale lembrar que de algum modo, a partir de 1831 a organização da Guarda Nacional coadjuvou na integração das elites políticas regionais, afinal, aproximou aqueles indivíduos que de algum modo possuíam algum status político ou econômico nos povoados e sertões. Em algumas regiões ela confirmou até mesmo as rivalidades políticas entre diferentes famílias ou grupos detentores de poder ou prestígio.

Outro aspecto considerável a respeito da Guarda é a simbiose que também expressava entre as esferas pública e privada, visto revelar a tênue fronteira que as separava. Colocava em contato e acabava por revesti-los da condição de agentes do Estado, todos aqueles milicianos que acorriam à corporação, na maior parte das vezes às próprias custas.

É neste mesmo intuito que buscamos estabelecer, por meio da análise dos registros de patentes da Guarda Nacional no Espírito Santo, bem como de outras documentações que se encontram no Arquivo Público do dito estado, quais eram os homens que compunham

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 79.

no Espírito Santo este *estrato de senhores* de que fala Uricochea. Quem eram estes homens que ocupavam as mais altas patentes da milícia cidadã? Qual a importância política que esta elite tinha nesta província? Quais eram suas profissões? E de que forma contribuíram na construção e preservação do Estado brasileiro. Realizar, portanto, um estudo prosopográfico que ainda não foi feito e contribuir na compreensão da milícia cidadã como uma importante instituição na construção do Brasil Império.

## **Capítulo II.**

### **Guarda Nacional do Espírito Santo: uma milícia em eterna organização**

A Guarda Nacional no Espírito foi um exemplo de instituição em busca da organização para seu funcionamento previsto na Lei de 18 de agosto de 1831. O primeiro relatório que faz referência à Guarda no Espírito Santo é do ano de 1838. Nele o presidente de província João Lopes da Silva Couto revela que:

*Não he só n'sta Provincia que a Guarda Nacional está em desarranjo. Por todos os pontos do Imperio se ouve clamar contra o seu desmantelamento; por toda a parte ha queixas de que os guardas nacionaes não estão fardados, que não tem recebido a precisa instrucção, que não se reúnem os Conselhos de qualificações no prazo marcado pela Lei, que não ha Jury de Revista, que os guardas não concorrem para a eleição de seus Officiaes, que não querem obedecer, e finalmente que se recusão ao serviço.<sup>69</sup>*

O relato de Couto (1838) atesta aquilo que autores como Castro (1977) apontam: a demora para se organizar plenamente a Guarda Nacional ocorreu devido, sobretudo, à ausência do Estado no cumprimento de suas responsabilidades, que eram poucas, com a instituição. O provimento de armas e instrução segundo a Lei do Orçamento eram despesas gerais, portanto, cabia ao Governo Central fornecê-los. Além disso, outros motivos aparecem como dificuldades para a organização da milícia. Segundo João Lopes da Silva Couto:

*São muitas as causas que produzem estes efeitos: as principaes consistem na viciosa forma de qualificar os guardas e de nomear os Officiaes, os quaes, conhecendo que podem deixar e ser reeleitos, segundo o arbítrio dos guardas, são necessariamente negligentes, temendo comprometter-se.<sup>70</sup>*

---

<sup>69</sup> **Discurso com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Coito, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º setembro de 1838.** Rio de Janeiro: Typ. Commercial, p. 23-24 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>70</sup> *Ibidem.*

A forma de nomeação dos oficiais, que recebeu muitas críticas, logo perdeu seu caráter eletivo, a partir de 1851. Estas críticas feitas, muitas vezes condiziam com a natureza autoritária vigente no país. No Espírito Santo isto ocorreu em 1840, por meio da Lei Provincial n.º 14 de 4 de maio de 1840.

A desorganização da milícia e sua conseqüente inatividade nos levam a refletir sobre quais seriam os reais motivos de a Guarda Nacional não ter sido prontamente organizada na Província do Espírito Santo. Podemos nos questionar se tal situação foi fruto da incompetência daqueles que estavam à frente da administração provincial ou se esta foi uma tendência em todo o Império. Vários trabalhos evidenciam o peso da segunda característica.

De todo modo, a elite política do Espírito Santo, nesta época, era segundo Karulliny Siqueira homogênea e coesa. Majoritariamente nativa, interessava a essa elite manter a ordem antes de tudo, não havendo espaço para dissensões políticas radicais internas. Assim, a tradicional divisão entre Liberais e Conservadores só veio ocorrer no Espírito Santo após 1860.<sup>71</sup> Se o que importava àquela elite era manter a ordem seria sensato supor que a Guarda Nacional fosse estruturada. Porém, não é o que constatamos ao analisarmos as fontes. Os relatos são de descaso e ausência de condições que permitissem o uso pleno da milícia. Apesar das insistências do governo imperial e dos presidentes de província, a elite local lentamente conduziu o processo de constituição efetiva da Guarda Nacional.

Criada em 1831, apenas em 1838 encontramos o primeiro apontamento efetivo da Guarda Nacional no Espírito Santo que, naquela altura, totalizava 1.516 guardas. Se considerarmos que a população da província era de 26.080<sup>72</sup> habitantes, a Guarda Nacional correspondia a 5,8% da população total. Esse percentual cresce lentamente e, a partir de 1862 ele dobrará, atingindo a cifra de 11,5%. Esse percentual é bastante similar ao de outras províncias como veremos nas tabelas adiante. Tal efetivo encontrava-se em

---

<sup>71</sup> SIQUEIRA, 2011, *Op. cit.*, p. 54.

<sup>72</sup> **Fala com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Couto, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1839.** Rio de Janeiro: Typ. Commercial, apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

condições precárias, não sendo possível que a milícia executasse de fato os serviços para os quais foi criada, auxiliando na manutenção da ordem, desenvolvendo atividades auxiliares à força policial e também as tropas do Exército.

Os milicianos estavam distribuídos em três Comandos Superiores: Norte, Centro e Sul. O Comando Superior do Norte era composto pelos municípios de São Mateus, Nova Almeida, Linhares e pela freguesia de Barra de São Mateus. Já o Comando do Centro era composto pelos municípios de Vitória, Espírito Santo e pela freguesia de Serra. Por sua vez, o Comando Superior do Sul era composto pelos municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari. No total era no Comando Superior do Norte onde se encontrava o maior número de guardas nacionais, com destaque para Nova Almeida e São Mateus. Contudo, isoladamente, era o município de Itapemirim que possuía o maior contingente (Gráfico 1) .

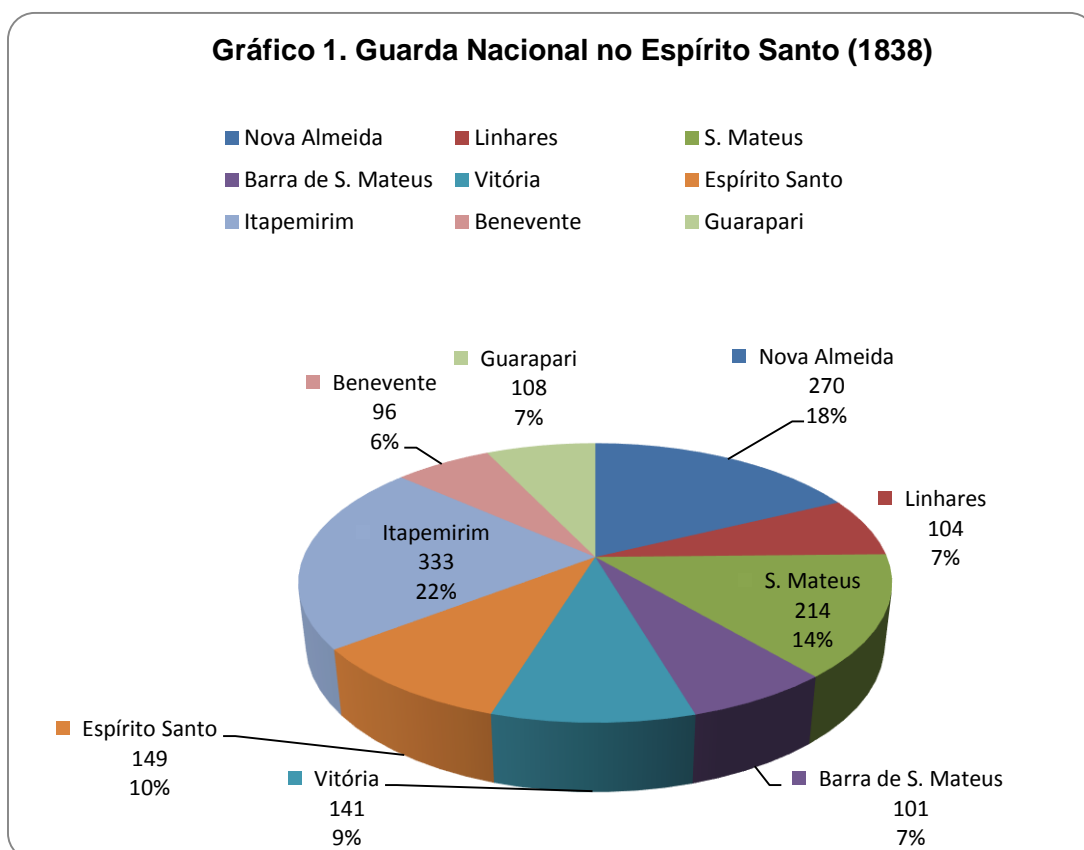
O maior registro de milicianos nestas regiões citadas pode ser explicado pelo fato de tais localidades se relacionarem de forma mais intensa com outras províncias. No caso do sul, o Rio de Janeiro era um dos mais importantes pólos políticos e econômicos do Império, região responsável por um fluxo maior de pessoas e mercadorias circulando. Sem contar que as imediações de Itapemirim constituíam, também, em uma das regiões mais densamente povoadas do Espírito Santo naquele momento. No caso do norte, embora fosse a região menos povoada da província, o grande número de guardas nacionais revela, em primeiro lugar, a preocupação constante com os indígenas, como relata o presidente de província João Lopes da Silva Couto:

*ainda não estão aldeados, mostrando repugnância ao trabalho e passando huma vida errante; ainda fazem alguns pequenos ataques às propriedades dos habitantes de Linhares, para lhes furtarem fructas e outras producções agricolas.*<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> **Discurso com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Couto, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º setembro de 1838.** Rio de Janeiro: Typ. Commercial, p. 12 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

Embora, forçoso é contrastar que, no norte, inversamente, a província apresentava população rarefeita, de modo que, para além da defesa dos poucos moradores contra os indígenas era preciso ainda exercer a função de vigilância e controle da terra existente para evitar seu apossamento por pessoas oriundas de outras províncias ou regiões do Império, ou mesmo estrangeiros.



Fonte: ESPÍRITO SANTO. **Discurso com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Coito, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º setembro de 1838.** Rio de Janeiro: Typ. Commercial, 1839.

O Gráfico 1 revela a organização inicial e a distribuição da Guarda Nacional na província do Espírito Santo em seus principais núcleos. A divisão e a indicação das três regiões territoriais e também administrativas da província revela o entendimento do governo provincial em relação ao seu território, mas também, acerca da divisão da elite existente. Desde o período colonial a elite da terra foi se constituindo e se consolidando de modo que durante o século XIX é bem provável que houvesse esse entendimento amadurecido



distribuindo os detentores do poder e da autoridade nessas principais vilas e cidades capixabas. Essa repartição era dada pelos municípios, seguido das vilas e freguesias. Do ponto de vista administrativo as unidades eram as paróquias ligadas a essas vilas e cidades. Essa divisão paroquial informava não somente a constituição dos batalhões da Guarda Nacional, como também a realização das eleições no Império.

O principal obstáculo havido ao longo de toda a criação e existência inicial da Guarda Nacional no Espírito Santo, como em outras províncias era a ausência de dados mais efetivos. Além da demora na instalação da corporação, os oficiais não enviavam as informações necessárias para compor um mapa minimamente necessário da milícia. Assim, por exemplo, em 8 de janeiro de 1846, Herculano Ferreira Pena escreve para o tenente coronel José Francisco de Andrada e Almeida Monjardim exigindo que fosse remetido um mapa do Coronel Chefe de Legião que demonstre o número total dos praças que compõem a força sob seu comando. E a organização dos diversos corpos, companhias e seções com todos aqueles detalhes que pudessem contribuir para que se complete esclarecimento da matéria. Exige isso para que a Guarda Nacional cumpra o serviço a que é destinada pela lei de sua criação. “(...) esperando eu que por esta ocasião V. Ex.<sup>a</sup> faça suas observações sobre os obstáculos que porventura inibem a completa organização da mesma Guarda, e sobre os meios que julgar mais acertados para removê-los.”<sup>74</sup>

Em 20 de outubro de 1847, o ministro da Justiça, Luis Pedreira do Couto Ferraz novamente insiste ao “senhor coronel chefe da Legião da G.N. desta província [que envie] os mapas da G.N. desta província na forma recomendada nas circulares de 9 de março de 1843, e 22 de maio de 1844.”<sup>75</sup>

As queixas e relatos das más condições da Guarda Nacional no Espírito Santo se sucedem nos relatórios. Em 1840 ela continuava desarmada e sem instrução, mesmo tendo sido feitas requisições ao Governo Geral.<sup>76</sup> Ao que parece, a atuação da milícia não

---

<sup>74</sup> APEES. Fundo Governadoria – Série Acioly. Livro 404 – Registro da correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1855).

<sup>75</sup> APEES. Idem.

<sup>76</sup> **Fala com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Couto, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1840.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, p.

tinha progredido em nada desde 1838. Tal constatação fica evidente no relatório de 1841 do então presidente de província José Joaquim Machado d'Oliveira. Segundo seus relatos, era a Guarda Policial que continuava se encarregando da segurança interna da província, uma vez que a Guarda Nacional de fato não existia:

*(...) a manutenção do socego e segurança interna da província, residia unicamente na Guarda Policial; porque em verdade he a unica Força publica disponível, que postada nas extremidades e centro da Província, e occorrendo aos diversos pontos em que sua presença he necessária, preenche aquelle importantíssimo fim, e suppre a Guarda Nacional, que de facto não existe.<sup>77</sup>*

O presidente não deixa de mencionar, contudo, seus esforços na busca de reverter este quadro negativo que caracterizava a Guarda Nacional na província. Atesta que um de seus primeiros trabalhos foi dar execução à lei de 14 de maio de 1840 que deu nova forma à nomeação dos oficiais da Guarda Nacional e ao ato do alistamento para os Batalhões e Corpos.

Não obstante tais modificações, nos relatórios seguintes ainda consta a necessidade de modificar a lei geral de criação da milícia cidadã para que ela funcionasse no Espírito Santo. Assim, o presidente de província Wenceslau de Oliveira Bello relatou que, em 1843, a Guarda Nacional capixaba estava em total abandono, não havendo um só Batalhão organizado ou uma simples companhia em estado de prestar o menor serviço.<sup>78</sup>

---

12-13 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>77</sup> **Discurso com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1841.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841, p. 22 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>78</sup> **Fala com que o Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, Wenceslau de Oliveira Bello, abriu Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1843.** Rio de Janeiro: Typ. Americana de I.P. da Costa, 1843, p. 4, apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

Um dos fatores mais citados pelas autoridades que justificava a organização efetiva da milícia cidadã era a necessidade de combate aos quilombos. A população escrava do Espírito Santo era considerável, formavam-se numerosos quilombos nas brenhas próximas às fazendas e povoações.<sup>79</sup> A deficiência da Força Pública, segundo Oliveira (1975), e a dificuldade que encontrava a administração provincial para organizar grupos de civis capazes de desbaratar os improvisados arraiais contribuía para a formação destes grupos de escravos fugidos. Em 1843 o número de escravos era de 10.376, sendo que o número total da população da província era 32.720. Ou seja, o total de escravos representava aproximadamente um terço da população do Espírito Santo.

O vice-presidente de província José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim faz, em 1845, menção explícita a este respeito:

*Uma medida que considero vital ao augmento da lavoura e a segurança individual dos lavradores é sem duvida a de serem batidos os muitos e fortes quilombos de escravos refugiados que existem nas vizinhanças do povoado, vivendo do roubo e do assassinato; autorisar o governo com meios pecuniários a esse fim deve ser um objecto de consideração da assembléa.<sup>80</sup>*

A preocupação com os grupos de escravos fugidos era tanta que o vice-presidente Joaquim Marcellino da Silva Lima relata em 1846 que como último recurso tentou-se organizar uma guerrilha para debandar e recapturar os escravos fugidos, mesmo sendo poucos os recursos. Guerrilha esta que contava com a contribuição feita pelos próprios fazendeiros a fim de coibir as constantes fugas e a formação ou a ampliação dos quilombos já existentes.

A guerrilha organizada em 1845, relatada por Silva Lima em 1846, contava com apenas 18 praças e começou atuando no município de Cariacica, porém não alcançou os

---

<sup>79</sup> OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 352.

<sup>80</sup> **Fala com que o Exmo. Sr. vice-presidente da província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845, p. 13 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

resultados esperados. A atuação da guerrilha foi na verdade um ensaio da execução da Lei Provincial nº 8 de 29 de julho de 1845. Poucas prisões foram efetuadas e um dos fatores apontados como responsáveis pela falta de êxito foi a ajuda que os escravos recebiam para escapar.<sup>81</sup>

A respeito deste *clamor* pelo combate aos escravos fugidos, Adriana Campos destaca que o perigo não era real dada a ausência de crimes com vítimas na Província:

Parecia, à elite política, que a Polícia e a Justiça deveriam cuidar para a imposição da ordem dominante, instituindo comportamentos socialmente aceitos, afastando as manifestações sem controle das classes inferiores e reprimindo as possibilidades de rebeldia dos segmentos mais “perigosos” como escravos, libertos, afro-descendentes e acoitadores.

Com essa motivação, os Presidentes de Província, apoiados pela Assembléia Legislativa, esforçaram-se por organizar a Polícia numa Província com um índice de crimes, que eles mesmos reconheciam, diminuto, exaurindo ainda mais as minguadas finanças públicas. Não foi fácil, entretanto, manter organizada uma força de milícia permanente na Província, o que demandou reiterados apelos dos governantes por apoio nessa empreitada.<sup>82</sup>

Para atestarmos qual era de fato a importância da Guarda Nacional no Espírito Santo, torna-se necessário que comparemos seu contingente com as demais províncias. Assim, primeiramente analisaremos os números da milícia de forma geral, destacando as variações nas mudanças de Gabinetes. Isso faremos com base nos dados do Ministério da Justiça, disponíveis online. Tais dados nos permitem primeiramente analisar o contingente da milícia durante o Gabinete Liberal (1844-1848).

---

<sup>81</sup> **Fala dirigida à Assembléia Legislativa da província do Espírito Santo na abertura da sessão ordinária do ano de 1846 pelo Exm. vice-presidente da mesma província, Joaquim Marcellino da Silva Lima.** Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira, 1846, p. 6 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>82</sup> CAMPOS, Adriana. **Nas barras dos tribunais**, p. 173

TABELA 1. Guarda Nacional nas Províncias 1845-1846.

<b>Corte e Províncias</b>	<b>1845</b>	<b>1847</b>	<b>Média</b>
<b>Corte</b>	6.889	6.035	6.462
<b>Bahia</b>	1.8259		1.8259
<b>Pernambuco</b>	25.782	7.618	16.700
<b>Maranhão</b>	10.324		10.324
<b>Sergipe</b>	10.092		10.092
<b>Piauí</b>	3.824	13.640	8.732
<b>Rio Grande do Norte</b>	11.821		11.821
<b>São Paulo</b>	26.935		26.935
<b>Paraíba</b>	13.426		13.426
<b>Santa Catarina</b>	6.827	6.109	6.468
<b>Goiás</b>	16.010		16.010
<b>Rio Grande do Sul</b>		6.213	6.213
<b>Minas Gerais</b>		62.049	62.049
<b>Total</b>	150.189	101.664	125.926

Fonte: **Relatórios do Ministério da Justiça**, 1845-1847.

Na Tabela 1 apresentamos uma das primeiras estatísticas mais completas da Guarda Nacional no Império. Nela aparecem, entre 1845 e 1847, números referentes ao contingente de cada província, embora, infelizmente não existam os dados do Espírito Santo. De qualquer modo é plausível que o contingente capixaba girasse, naquele momento, em torno de 2.000 guardas, ou seja, ele era um dos menores do Império.

Nem todas as províncias estão contempladas na Tabela 1, inclusive o Espírito Santo, e isso já indica que neste período a Guarda Nacional ainda não havia sido organizada na província, ou que, naquele biênio, alguns presidentes de províncias como o do Espírito Santo, não tenham sido enviado, em tempo hábil, os dados para a confecção do relatório. No geral, as províncias com o maior número de habitantes como São Paulo e Minas Gerais possuíam efetivos mais consideráveis.

No Gabinete Saquarema algumas províncias que no período anterior não figuraram já aparecem, como mostra a Tabela 2:

TABELA 2. Guarda Nacional nas Províncias 1849-1852.

<b>Corte e Províncias</b>	<b>1849</b>	<b>1851</b>	<b>1852</b>	<b>Média</b>
<b>Corte</b>	6.544	8.706	7.061	7.437
<b>Bahia</b>	18.259	21.208	42.174	27.214
<b>Pernambuco</b>	25.782		19.064	22.423
<b>Maranhão</b>	25.782	2.232	7.334	11.783
<b>Sergipe</b>	10.304	18.496	18.148	15.649
<b>Piauí</b>	13.648	6.434	10.843	10.308
<b>Ceará</b>	38.804	8.256	17.937	21.666
<b>Rio Grande do Norte</b>	9.802	16.758	16.840	14.467
<b>Amazonas</b>			1.002	1.002
<b>Pará</b>		9.144	22.134	15.639
<b>Alagoas</b>			22.240	22.240
<b>Paraíba</b>	14.544			14.544
<b>Mato Grosso</b>		4.063	4.313	4.188
<b>Minas Gerais</b>	61.381	10.778	29.482	33.880
<b>Santa Catarina</b>	6.600	7.729	11.787	8.705
<b>Espírito Santo</b>		1.299	4.603	2.951
<b>Rio de Janeiro</b>		12.359	32.364	22.362
<b>São Paulo</b>	23.053			23.053
<b>Goiás</b>	14.019			14.019
<b>Paraná</b>				
<b>Rio Grande do Sul</b>	5.467			5.467
<b>Total</b>	273.989	127.462	267.326	222.925

Fonte: **Relatórios do Ministério da Justiça, 1849-1852.**

Na tabela 2 evidencia-se, particularmente no caso do Espírito Santo, mas também em outras províncias, uma diminuição seguida de um novo aumento do número de guardas nacionais. Provavelmente essas oscilações se devem às lacunas produzidas por comandantes ou oficiais capixabas que não entregavam mapas completos de suas companhias. No caso de Minas Gerais o efetivo foi reduzido praticamente à metade. De qualquer modo, do Gabinete liberal ao Ministério conservador liderado pela trindade saquarema o efetivo da Guarda aumenta em aproximadamente 90% seu efetivo no Império.

Já no período do Gabinete da Conciliação temos novamente um bom desenho da distribuição dos efetivos da Guarda Nacional nas províncias do Império, como se depreende da Tabela 3. No plano imperial o efetivo dobra, mas, durante este período observa-se uma constância no número de praças na província do Espírito Santo, indicando o regular envio dos dados para a confecção dos relatórios e a manutenção do efetivo. Em relação ao tamanho de seu contingente, a Guarda Nacional capixaba só é maior que a do Amazonas e a do Mato Grosso, sendo uma das menores companhias do Império.

TABELA 3. Guarda Nacional nas Províncias 1853-1857.

Corte e Províncias	1.853	1.854	1.855	1.857	Média
Corte	7.796	7.892	7.901	7.901	7.873
Bahia	71.405	71.830	84.260	84.260	77.939
Pernambuco	22.932	33.934	41.057	41.057	34.745
Maranhão	25.509	28.048	28.048	28.048	27.413
Sergipe	17.640	17.674	17.675	18.275	17.816
Piauí	25.512	15.559	15.559	15.559	18.047
Ceará	21.314	21.548	22.812	32.952	24.657
Rio Grande do Norte	16.616	18.057	16.625	16.545	16.961
Amazonas	2.251	2.564	2.569	2.569	2.488

Pará	22.432	22.157	35.827	22.207	25.656
Alagoas	22.167	23.052	23.142	23.142	22.876
Paraíba	19.594	19.592	19.619	19.619	19.606
Mato Grosso	4.315	4.648	4.648	4.648	4565
Minas Gerais	65.281	67.300	67.385	70.764	67.683
Santa Catarina	7.789	8.036	8.036	8.036	7.974
Espírito Santo	5.011	4.919	4.919	4.919	4.942
Rio de Janeiro	28.705	41.776	41.976	41.946	38.601
São Paulo	23.302	30.986	34.814	34.816	30.980
Goiás		9.819	12.039	12.039	11.299
Paraná		7.803	7.734	7.803	7.780
Rio Grande do Sul				30.925	30.925
Total	409.571	457.194	513.603	528.030	500.824

Fonte: **Relatórios do Ministério da Justiça**, 1853-1857.

Curiosamente, o presidente da província José Mauricio Fernandes Pereira de Barros em seu relatório de 1857 indica, ao contrário do que se observa na regularidade numérica da Guarda que ela,

*se achava em um estado deplorável; (...) nos dias solenes apresentavam-se os guardas não só sem uniformes, mas trajados de uma maneira ridícula e altamente ofensiva da dignidade própria de uma instituição do país. É este um fato que ninguém ousará negar porque toda a população desta cidade pode atestar sua veracidade. Entretanto cabe-me agora o vivo prazer de poder informar à V.Ex. que toda a G.N. da província monta a 4.681 praças(...), existindo fardados mais de 1.000 praças.<sup>83</sup>*

Na Tabela 4 podemos comparar o número do efetivo da Guarda Nacional no ano de 1862 com praticamente todas as províncias do Império. Mais uma vez observamos que o número de guardas no Espírito Santo era diminuto comparado com as outras províncias. No entanto, se consideramos a população temos que proporcionalmente o Espírito Santo tinha uma quantidade semelhante a das outras províncias. Os milicianos correspondiam

<sup>83</sup> APEES. **Relatório do presidente da província do Espírito Santo**. Vitória: Palácio do Governo, 1857, apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.



a 11,5% da população total do Espírito Santo. Ademais, as províncias apreciadas vivenciavam realidades distintas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os guardas nacionais atuaram com frequência como força militar, auxiliando a 1ª linha na proteção das fronteiras da província.

TABELA 4. Guarda Nacional nas Províncias 1858 – 1862.

<b>Corte e</b>	<b>1858</b>	<b>1859</b>	<b>1860</b>	<b>1861</b>	<b>1862</b>	<b>Média</b>
<b>Corte</b>	7.530	7.708	7.815	7.856	7.653	7.712
<b>Bahia</b>	126.439	131.751	125.176	125.175	125.175	126.743
<b>Pernambuco</b>	40.997	47.153	42.692	42.481	42.481	43.161
<b>Maranhão</b>	29.988	29.988	27.769	27.769	28.467	28.796
<b>Pará</b>	26.339	23.649	20.941	20.941	22.921	22.958
<b>Amazonas</b>	3.544	3.560	4.432	4.474	4.474	4.097
<b>Sergipe</b>	18.275	18.275	16.587	14.654		16.948
<b>Piauí</b>	16.417	22.792	17.843	18.266	14.654	17.994
<b>Paraíba</b>	19.592	19.592	19.628	19.628	16.744	19.037
<b>Ceará</b>	32.952	32.952	32.832	32.832	20.078	30.329
<b>Rio Grande do Norte</b>	16.635	10.727	16.927	16.927	32.832	18.810
<b>Alagoas</b>	23.470	23.540	25.883	25.883	25.220	24.799
<b>Mato Grosso</b>	4.648	5.427	4.742	4.742	4.482	4.808
<b>Goiás</b>	12.039	12.039	11.948	11.948	14.484	12.492
<b>Espírito Santo</b>	5.297	5.287	5.359	5.359	5.359	5.332
<b>Minas Gerais</b>	81.753	85.046	69.340	76.381	78.044	78.113
<b>São Paulo</b>	35.867	35.867	35.260	35.260	37.794	36.010
<b>Santa Catarina</b>	8.464	8.464	7.862	7.862	8.835	8.297
<b>Paraná</b>	10.461	11.363	8.218	8.218	8.306	9.313
<b>Rio Grande do Sul</b>	35.920	35.990	34.906	36.382	38.382	36.316
<b>Rio de Janeiro</b>	42.862	44.202	41.040	41.090	41.404	42.120
<b>Média Total</b>						615.372

Fonte: **Relatórios do Ministério da Justiça, 1858-1862.**

Após a deflagração da guerra contra o Paraguai, o contingente de guardas nacionais mobilizado aumentou ainda mais.<sup>84</sup> O número de milicianos correspondia, em 1862, à 12,5% do total da população do Rio Grande do Sul. A defesa das fronteiras também fazia parte da realidade dos milicianos do Mato Grosso do Sul.<sup>85</sup> Nesta província o número de guardas nacionais representava aproximadamente 11% da população. A porcentagem considerável de milicianos do Pará, 12,8%, pode ser explicada pela presença expressiva de índios. Os relatos dos presidentes de província ressaltam com frequência que “em nenhuma outra província do Império abundam tão variadas hordas selvagens como estas.”<sup>86</sup>

Assim, percebemos que os apelos para a estruturação de uma milícia cidadã estão ligados às dificuldades dos governantes em custear aparatos repressivos que satisfizessem o desejo desta elite política. A Guarda Nacional, milícia que prestava serviços de forma gratuita e voluntária, desoneraria os cofres provinciais e mesmo imperiais, como ocorria nas demais províncias. Assim, os próprios proprietários e comerciantes viam-se impelidos, eles próprios, de tomar para si a tarefa que, pelo menos em tese, caberia tanto à província quanto ao Império. Muito embora, desde 1840 os oficiais da milícia passassem a receber, a título de cortesia, pagamento referente aos serviços prestados à frente da corporação fora de seu domicílio, como aparece na correspondência de 18 de dezembro de 1849 de Felipe José Pereira Leal ao coronel chefe da Guarda Nacional do Centro da província capixaba. Diz ele:

*Em solução a dúvida oferecida por V.M. em ofício desta data, tenho de declarar-lhe que mandando no corrente ano vigorar a Lei da organização da G.N. posto que datada de 4 de junho de 1840, claro fica que o*

---

<sup>84</sup> FERTIG, André. **Cientelismo político em tempos belicosos**: a Guarda Nacional na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873. Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 250-252.

<sup>85</sup> SILVA, John Erick Augusto da. Mantendo a ordem e guardando as fronteiras: o serviço de destacamento da Guarda Nacional na província de Mato Grosso em meados dos oitocentos. **Documento e Monumento Revista Eletrônica**. Cuiabá, n.06, v 01, p. 36-50, jun. 2012.

<sup>86</sup> **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da provincia do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo exm.o senr. presidente da provincia, dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1.o de setembro de 1862**. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/525/>> Acessi em: 24 de outubro de 2013.

*pagamento dos emolumentos das patentes dos officiaes da mesma G.N. deve ser feito pela actual tarifa dos soldos das do exército = o que comunico a V.M. para seu conhecimento.*<sup>87</sup>

A ausência da Guarda Nacional também se fez sentir na Insurreição de Queimado, quando quatro escravos organizaram e lideraram uma revolta que mobilizou cerca de 200 insurgentes armados no distrito do Queimado<sup>88</sup>. Não nos interessa neste momento debater sobre os motivos imediatos que desencadearam tal insurreição<sup>89</sup>, mas, antes pontuar que a revolta foi facilmente debelada apesar das deficiências da polícia da província.<sup>90</sup>

O crescimento de algumas vilas da província do Espírito Santo durante o século XIX, alertava para a necessidade da organização da Guarda. Era o caso da vila de São Mateus que estava se destacando por ser um porto comercial movimentado. As vilas de Guarapari e Itapemirim também necessitavam de destacamentos por semelhante motivo:

*(...) as villas de Guarapary, Itapemirim, cidade e b. de S. Matheus, exigem fortes destacamentos. Si n'ellas os houvessem, e respeitáveis, não occorrerão factos da natureza do que ultimamente teve lugar em Guarapary, onde foi barbaramente assassinado um soldado, por marinheiros de navios ahi ancorados, e à face de todas as autoridades. Em S. Matheus, porto muito commerciante dá-se igualmente a mesma necessidade.*<sup>91</sup>

---

<sup>87</sup> APEES. Fundo Governadoria – série Acioly. Livro 404 – Registro da correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1855).

<sup>88</sup> Atualmente é parte do município de Serra.

<sup>89</sup> Para uma discussão mais apurada da insurreição ver CLAUDIO, Afonso. **Insurreição do Queimado**. Vitória: EDUFES, 1999.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 353.

<sup>91</sup> **Relatório do vice-presidente da província do Espírito Santo Sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim**. Victória: Palácio do Governo, em 30 de novembro de 1848, p.17 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

Em 1850 a Guarda Nacional no Espírito Santo ainda passava por seu processo de organização. O presidente de província Filipe de José Pereira Leal relata que ele a dividiu em três legiões (centro, sul e norte) e solicitou o necessário armamento. Em 19 de novembro informa:

*Ao coronel Chefe da Legião do Sul prevenindo ter se expedido ao Delegado de Polícia a fim de entregar-lhe o armamento e cartuxames, que tem a sua disposição. Previno a V.S.<sup>a</sup> para seu conhecimento que nesta data expeço ordem ao Delegado de Polícia dessa Vila para entregar a V.S.<sup>a</sup> o armamento e cartuxames que tem a sua disposição. E por esta ocasião recomendo a V.S.<sup>a</sup> que preste todo o auxílio de força que aquele Delegado requisitar para o bom resultado das diligências policiais, ou para outra qualquer urgência do serviço público. Deus guarde Vm.<sup>92</sup>*

No entanto, em 1852 a milícia ainda se encontrava em processo de qualificação, e por isso estava em atividade apenas nos municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari.<sup>93</sup> Ao menos nos mapas, em 1853 a Guarda Nacional estava dividida em três Comandos Superiores, sendo o Comando do Centro o que possuía maior número de guardas: 2.201 no total. No Comando do Sul o número de guardas totalizava 1.372; enquanto no Norte havia um total de 1.387 milicianos.<sup>94</sup>

Este contingente de 4.960 praças, contudo, não prestava serviços muito significativos na província de acordo com os relatórios. Sua existência, embora fosse real nos mapas, não se mostrava muito significativa na manutenção da tranqüilidade pública. Outro ponto a se

---

<sup>92</sup> APEES. Fundo Governadoria – Série Acioly. Livro 404 – Registro da correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1855).

<sup>93</sup> **Relatorio que o Exm. presidente da província do Espírito Santo, o bacharel José Bonifacio Nascentes d'Azambuja, dirigiu a Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852.** Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. de Azeredo, 1852, p. 18 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>94</sup> **Relatorio que o Exm. sr. presidente da província do Espirito Santo, o dr. Evaristo Ladislau e Silva, dirigiu à Assembléia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853.** Victoria: Typ. Capitaniense de P.A. D'Azeredo, 1853, p. 9 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

observar é o fato de o Centro possuir neste momento o maior número de guardas nacionais passando o sul. Tal ocorrência pode ser explicada pela presença em Vitória de grande quantidade de escravos<sup>95</sup> – acompanhada do temor de fugas e insurreições – e por ela ser a sede administrativa da província.

Em 1855, o presidente de província Sebastião Machado Nunes relata que a Guarda Nacional estava sendo empregada na mera condução dos presos para a capital, Vitória. A cada novo relatório a milícia cidadã parece retroceder na sua organização, ou talvez problemas não observados por um presidente de província seriam, posteriormente, reconhecidos pelo seu sucessor. Os relatos de 1857 do presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros dão conta do “estado deplorável” da milícia quando ele assumiu a administração:

*Quando tomei posse da presidência V. Ex. não ignora que a guarda nacional se achava em um estado deplorável; bastando-me referir que nos duas solemnes apresentavão-se os guardas não só sem uniforme, mas até trajados de uma maneira ridícula e altamente ofensiva da dignidade própria de uma instituição do paiz. É este um facto que ninguém ousará negar porque toda a população desta cidade pode attestar sua veracidade.<sup>96</sup>*

Prossegue dizendo, contudo, que este quadro havia sido modificado ao longo de sua administração, pois contava a província com 4.681 praças estando mais de 1.000 fardados (Tabela 5). Além da falta de recursos dos guardas nacionais no que competia à compra e manutenção dos uniformes, o governo imperial era negligente no fornecimento de armamento e instrutores<sup>97</sup>, dificultando ainda mais a organização da Guarda Nacional na província. Os serviços prestados se davam apesar das deficiências que não eram

---

<sup>95</sup> CAMPOS, A. P. *Op. cit.*, p. 177.

<sup>96</sup> **Relatório do Exmo. Sr. presidente da província do Espírito Santo, o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, do dia 13 de fevereiro de 1857.** Victoria: Typ. Capitaniense, 1857, p. 7 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>97</sup> Segundo o artigo 66 da Lei de 13 de Agosto de 1831, os armamentos eram de responsabilidade da Nação, cabendo ao guarda nacional preservá-la ao máximo. Contudo, muitas vezes tais armas já chegavam às localidades deterioradas, não sendo raras às vezes em que elas nem sequer eram mandadas.

verificadas apenas na província do Espírito Santo, embora pareçam ser mais graves nesta localidade.

Cabe questionar se a fala do presidente Pereira de Barros não teve a intenção de depreciar seu antecessor e de, assim, se autopromover, uma vez que era corriqueiro o cargo de presidente de província ser um primeiro degrau para se galgar postos mais altos na política imperial.

TABELA 5. Guarda Nacional no Espírito Santo 1857

<b>COMANDO SUPERIOR</b>	<b>EFETIVO</b>
<b>NORTE</b>	1.228
<b>São Mateus</b>	
<b>Barra de São Mateus</b>	
<b>Nova Almeida</b>	
<b>Santa Cruz</b>	
<b>Linhares</b>	
<b>CENTRO</b>	1.761
<b>Vitória</b>	
<b>Espírito Santo</b>	
<b>Serra</b>	
<b>SUL</b>	1.689
<b>Itapemirim</b>	
<b>Benevente</b>	
<b>Guarapari</b>	
<b>Total</b>	4.678

Fonte: **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Júnior.** Victoria: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio D'Azeredo, 1862.

O presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior informa que em 1862 a Força Pública da província era composta do Corpo de Guarnição, de uma Companhia de Polícia e da Guarda Nacional. Foi neste mesmo ano que a milícia apresentou a maior quantidade de guardas, dentro do período analisado: 6.985. (Tabela 6)

TABELA 6. Guarda Nacional no Espírito Santo 1862

COMANDO SUPERIOR	SERVIÇO ATIVO	RESERVA	TOTAL
<b>NORTE</b>	1.350	312	1.662
<b>Santa Cruz</b>			
<b>Nova Almeida</b>			
<b>Linhares</b>			
<b>Barra de São Mateus</b>			
<b>São Mateus</b>			
<b>CENTRO</b>	1.458	667	2.215
<b>Vitória</b>			
<b>Espírito Santo</b>			
<b>Serra</b>			
<b>Viana</b>			
<b>SUL</b>	2.668	440	3.108
<b>Itapemirim</b>			
<b>Benevente</b>			
<b>Guarapari</b>			
<b>Total</b>	5.566	1.119	6.985

Fonte: **Relatório com o que o Exm. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo o Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a Adm., da Província ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Segundo Vice-Presidente. No dia 13 de Fevereiro de 1857.** Victoria: Typ Capitaniense. de P. A. Azeredo, 1862.

Como podemos observar, o sul volta a apresentar o maior contingente de guardas nacionais. Essa região era grande produtora de café e estava em contato direto com o Rio de Janeiro. Contudo, o mesmo presidente que relata o crescimento do efetivo da instituição revela a sua parca atuação não apenas devido a sua defasagem, mas também aos bons serviços da tropa de 1ª linha e da polícia. Ou seja, a Guarda Nacional não era vista como uma corporação com a qual se podia contar cotidianamente, mas sim em momentos extraordinários e muitas vezes nem mesmo neles, devido as suas condições:

*Os Batalhões de São Mateus, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares não estão fardados, nem disciplinados, e nem ao menos possuem armas. Os de Itapemirim e Benevente acham pela maior parte na mesma posição.*

*Poucos são os instrutores, e esses mesmos não podem desempenhar perfeitamente suas funções pelas longas distâncias em que residem os guardas, dificuldade de transportes, e por outros obstáculos nascidos da pobreza de grande parte da população a quem não é dado, sem sacrifício, abandonar freqüentes vezes a terra em que trabalha e donde tira os meios para viver.<sup>98</sup>*

Outro fator que segundo Pereira Júnior (1862) amenizava essa vaga atuação da milícia era a própria característica pacífica e ordeira da população do Espírito Santo que destoava do resto do Império. A pacificidade da população é referenciada também por outros presidentes de província em anos anteriores.

Apesar da ineficiência da milícia cidadã no Espírito Santo, em 1866 o presidente de província Allexandre Rodrigues da Silva Chaves relata que a província “também enviou o seu tributo de forças para a grande questão nacional”: a Guerra do Paraguai. Estava determinado que o Espírito Santo deveria fornecer alguns 208 milicianos para auxiliar o Exército no sul. Ao final de sua administração, contudo, foram enviados apenas 87 guardas. O presidente nos esclarece o porquê deste baixo número:

*Fez-se a designação, mas só então poderão ser exactamente observados os vícios das qualificações; por que quasi todos os guardas designados ou só existião em nomes ou erão notoriamente invalidos, de sorte que depois de innumerables reclamações reluctancias e dispensas por incapacidade para o serviço militar apenas pude reunir o numero de 114, dos quaes já seguirão 87 para a côrte, sob o commando do capitão Pedro Jayme Lisbôa, e destes ainda alguns forão lá dispensados por incapazes.<sup>99</sup>*

---

<sup>98</sup> **Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior.** Victoria: Typ. Capitaniense, 1862, p. 16 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

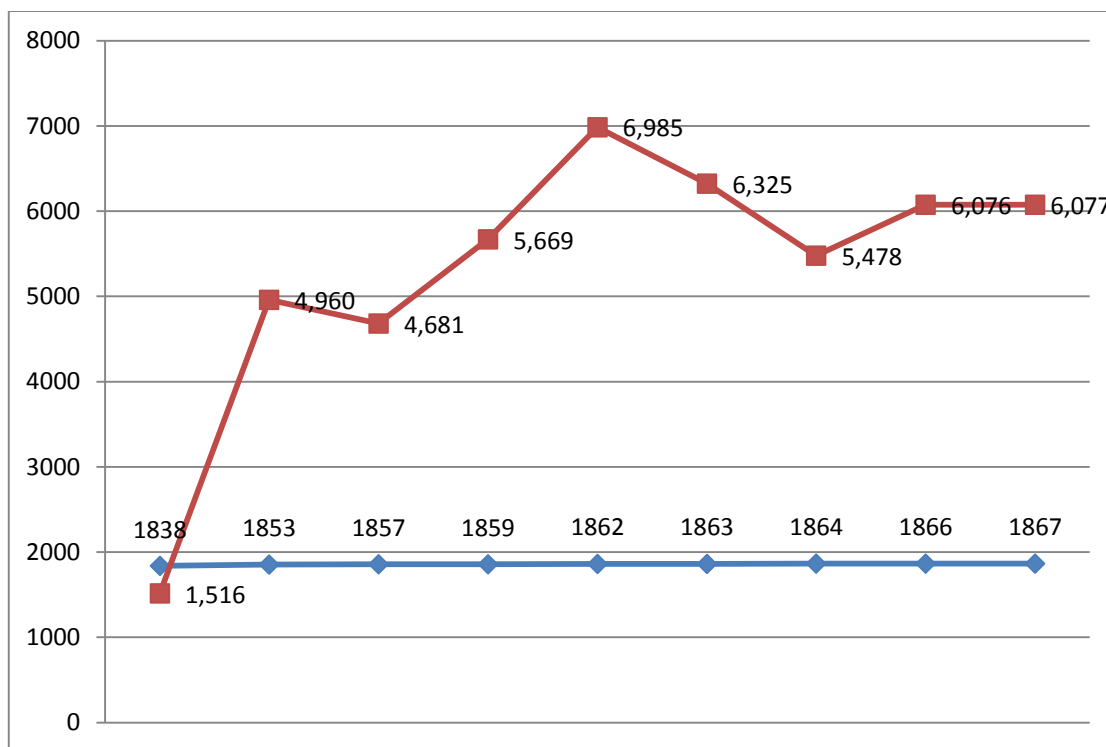
<sup>99</sup> **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866, pelo presidente, dr. Allexandre Rodrigues da Silva Chaves.** Victoria: Typ. do Jornal da Victoria, 1866, p. 5-6 apud apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.



Observamos então que mesmo em 1866 a Guarda Nacional no Espírito Santo ainda enfrentava carências no que tange ao armamento e fardamento de seus soldados bem como em relação à qualificação dos mesmos. Os desvios da qualificação há muito apontados nos relatórios dos presidentes de província ainda não haviam sido superados.

A partir dos únicos mapas disponíveis para o Espírito Santo elaboramos o Gráfico 2, que revela as principais mudanças no tamanho da Guarda Nacional entre 1838 e 1867. Como se vê, num intervalo de aproximadamente 20 anos a Guarda Nacional triplicou de tamanho no Espírito Santo.

**Gráfico 2. Crescimento da Guarda Nacional (1838-1867).**



Fonte: Relatórios dos Ministérios da Justiça.

O número de guardas, que em 1866 foi de 6.076, em sua grande parte tinha apenas existência nominal, não estando aptos a atenderem às emergências provinciais e do

Império. Acreditamos, portanto, que o crescimento do efetivo ao longo dos anos demonstrado na Tabela 6 não expressa a participação real dos milicianos na força pública do Espírito Santo, até porque muitos se encontravam na reserva (ver Quadro 3 Anexo). O relato do presidente de província José Maria do Valle Junior, em 1868, colabora com esta conclusão:

As exigências da guerra limitaram a força pública. (...) Três comandos superiores, com seis batalhões de infantaria, dois esquadrões de cavalaria, uma seção de batalhão e uma companhia avulsa de artilharia. Serviço de guarnição da capital estava composto: um capitão, um tenente, dois alferes, um 1º sargento, quatro segundos ditos, um furriel, oito cabos, 114 guardas e dois tambores. Efetivamente reduzido a um capitão, um tenente, dois alferes, três segundos sargentos, um furriel, seis cabos, 45 cabos e dois tambores. Este estado de coisas é pouco lisonjeiro por não satisfazer as exigências do serviço público.<sup>100</sup>

Isto não significa desconsiderar a utilização da milícia como instrumento político, afinal ela conferia *status* político aos seus integrantes, sobretudo aos oficiais, sem contar o importante papel de integração desses indivíduos, dispersos muitas vezes em suas regiões, favorecendo a consolidação de redes políticos. Além disso a força, como vimos, também era usada para servir aos interesses de proprietários de escravos auxiliando na captura de escravos fugidos e na formação de quilombolas.

---

<sup>100</sup> **Relatorio que o Exm. senhor José Maria do Valle Júnior entregou a presidência da província do Espírito Santo no dia 1º de setembro de 1868.** Victoria: Typ. do Jornal da Victoria, p. 07 apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

### **Capítulo III.**

**“*Estrato de senhores*”: elite política no comando da Guarda Nacional**

Neste capítulo analisamos o quadro dos Comandantes da Guarda Nacional do Espírito Santo no período de 1852 a 1880 com o objetivo de perceber a presença da elite política provinciana nesta instituição, bem como averiguar por meio da prosopografia quais eram os fundamentos do poder de tais guardas nacionais.

O recorte se deu devido à insuficiência de dados mais completos ao longo dos anos. A única fonte completa que encontramos e que será analisada é o Livro 633 da série 751 (Fundo Governadoria) – da matrícula dos oficiais, existente no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Nele, destacaremos apenas onze comandantes superiores – cinco do Comando Superior do Centro, quatro do Comando Superior do Norte e dois do Comando Superior do Sul. A escolha deu-se, primeiramente, pela determinação da data de nascimento, da naturalidade, da formação e dos laços familiares dos oficiais em questão. Para os limites dessa dissertação seria impossível analisar todos eles. Em seguida, verificamos a atuação política dos comandantes na província, assim como as relações que eles mantiveram com entre si. Para alguns indivíduos não nos foi possível determinar todos os dados, não obstante, procurou-se dar contribuição ao estudo do tema, estimulando futuras pesquisas.

O procedimento de escolha dos comandantes da Guarda Nacional até 1850 aparece numa cópia de ofício do ministro da Justiça, Antonio Paulino Limpo de Abreu:

*Determinando a Lei de 18 de Agosto de 1831 nos artigos 51 e 52 que os Guardas Nacionaes designados para formarem huma Companhia ou secção de companhia se reunão sem armas para procederem sob a presidência do Juiz de Paz a nomeação dos seus officiaes e officiaes Inferiores, que a eleição dos officiaes se faça a escrutino secreto, e a maioria absoluta de votos, e que não reunindo alguém esta maioria no primeiro escrutínio, entrem em segundo os dois mais votados, concluindo-se de todas esta disposições que, os Guardas Nacionaes devem pessoalmente comparecer a este acto da votação, já por que no caso contrário não se cumpriria o preceito de se reunirem como a Lei exige, já por que se aconteceria quando viesse a ter lugar o segundo escrutínio que nelle deixassem de votar aquelles que não tivessem comparecido ao primeiro, accrescendo a estes motivos por huma parte a regra geral de que o acto de eleger requer o comparecimento pessoal eo eleitor, e pela outra que os votos dos auzentes accrecem (?) aos presentes. Manda o Regente*

*em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro 2º que nas eleições para os officiaes da Guarda nacional a que se deve proceder no seo districto, Vm.ce mas aceite d'ora em diante os votos daquelles Guardas que deixarem de comparecer a este acto.*<sup>101</sup>

Os riscos que envolviam a perda, por parte de algum membro da elite política local de perder os postos de chefia pôs fim a este tipo de escolha, cujos oficiais passaram então a serem escolhidos pelos presidentes de província mediante a manifestação dos interessados em ocupar as mais altas patentes ou aqueles que eram recomendados pelos próprios oficiais em serviço para substituir aqueles que deixavam a corporação, ou para os substituir.

A apreciação dos quadros do alto comando da Guarda Nacional do Espírito evidencia a presença de notáveis que há muito participavam da política da Província. Revela, ainda, o predomínio de grandes famílias no Comando Superior. Homens, como Francisco de Andrade Almeida Monjardim, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Constantino Gomes da Cunha, que ocupavam cargos políticos na província estavam presentes na milícia cidadã. Faziam, portanto, parte da elite política local. Levam-nos a concordar com Uricoechea (1978), quando este afirma que um estrato de senhores locais comandava a milícia, arcando com as despesas que o Estado não podia assumir, fortalecendo seu poder ao mesmo tempo em que contribuía para a construção do Estado Imperial.

Não obstante a fala de Uricoechea, ocorreram exercícios em que o governo imperial destinou verbas para a Guarda Nacional nas províncias, como se depreende do ofício abaixo, do presidente Paulino José Lopes de Souza:

*Communico a V. Ex.<sup>a</sup> para sua intelligencia que na decisão de Credito para o fucturo anno financeiro foi designada a essa Provincia a quantia de hum conto de resia pra todas as despesas da Guarda Nacional, recommendando-lhe toda economia pois que nas presentes circunstancias não he possível applicar maior soma a esse ramo.*<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> APEES. Livro 58 (Avisos do Ministério da Justiça), Novas Séries, Fundo Governadoria, p.41.

<sup>102</sup> APEES. Livro 58 (Avisos do Ministério da Justiça), Novas Séries, Fundo Governadoria, p.41

Este era o caso de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. Nascido em Vitória no ano de 1797, era filho do capitão da Marinha Ignácio João Monjardim, capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Por um tempo manteve-se afastado de sua terra local para estudar no Rio de Janeiro, adotando a carreira militar. Ao regressar, desde os tempos de Capitania ele foi atuante, acumulando grande experiência na política institucional e tornando-se conhecedor das demandas locais, como destaca Rodrigo Goularte (2008).<sup>103</sup> Além disso, foi casado com Anna Francisca Benedita, a filha do capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. Em 1821, ano de grande agitação política, Monjardim participou da Junta do Governo Provisório no Espírito Santo, ao lado do padre José Nunes da Silva Pires, de Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano, de José Ribeiro Pinto e de Sebastião Vieira Machado.

Na primeira Legislatura da Assembleia Provincial, em 1835, lá estava Monjardim novamente. Sua atuação como deputado provincial foi bem duradoura: por mais de 15 vezes ocupou este cargo, sendo Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa nos anos de 1851, 1854, 1855, 1868 e 1869. E vice em 1842, 1848 e 1857. Por diversas vezes foi interinamente presidente da Província, e por nove vezes esteve na vice-presidência, entre 1830 e 1860.<sup>104</sup>

Monjardim foi, de fato, um dos coronéis mais respeitados do Espírito Santo e isto o legou alguns inimigos que não viam com bons olhos sua influência na política local. Com o despertar da imprensa na província na década de 1860, a figura do coronel, que até o momento era membro da elite política coesa<sup>105</sup> do Espírito Santo, passou a receber uma

---

<sup>103</sup> GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da terra: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos**. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008, p. 167.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. 3 ed. Vitória: APEES, 2008, p. 542-543.

<sup>105</sup> SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”**: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. 2011. 231 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 54.

série de críticas e um grupo de oposição começou a formar-se na província, como defende Karulliny Siqueira (2011)<sup>106</sup>.

Dois partidos foram identificados pelos contemporâneos daquele período: O *Partido Dionisiano*, chefiado por Dionísio Resendo, e o *Partido Capichaba*, liderado pelo padre Inácio Rodrigues Bermudes, e tendo como um de seus componentes ilustres o coronel Monjardim. As críticas à família Monjardim tinham como grande veículo de propagação o periódico *A Liga*.

Desta forma, não é de se estranhar que uma figura política tão influente como a do coronel Monjardim tenha estado à frente da Guarda Nacional. Em 1841, ele foi nomeado Comandante Superior da Legião Sul da Guarda Nacional do Espírito Santo pelo então Presidente de província José Joaquim Machado d'Oliveira. A milícia, neste período, estava sendo organizada, pois de fato ela ainda não existia, sendo a segurança da província mantida pela Guarda Policial.<sup>107</sup>

Em 1846 ele foi Tenente Coronel da Legião do Centro. Já em 1849, Coronel Chefe da Legião do Centro. Ao Comando Superior ele chegou em 1854. Em 1864, o Coronel Monjardim foi novamente Comandante Superior do Centro e o então vice-presidente de província, Eduardo Pindahyba de Mattos, exaltou seu “incontestável zelo e amor à disciplina”<sup>108</sup> que permitiam ao comando por ele chefiado estar sempre organizado, e com pompa estar presente nas festas nacionais celebradas na capital da província.

A presença da família Monjardim na Guarda Nacional não se encerrou com a morte do coronel em 1884. Muito pelo contrário, o coronel legou à sua descendência um verdadeiro patrimônio político, como aponta Rodrigo Goularte.<sup>109</sup> E sendo a milícia cidadã liderada pela elite política da província do Espírito Santo, como defendemos, não foram poucas as

---

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>107</sup> **Falla com que o ex.mo presidente da provincia do Espirito Santo, José Joaquim Machado d'Oliveira, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.o de abril de 1841.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1841. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/226/> >. Acesso em: 02de julho de2014.

<sup>108</sup> **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos.** Victoria: Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/251/>>. Acesso em:02 de julho de 2014.

<sup>109</sup> GOULARTE, 2008, *Op. cit.*, p. 114.

vezes que verificamos membros de tal família em seus mais altos postos. A começar por Alpheu Adolpho Monjardim de Andrade e Almeida. Mais conhecido como Barão de Monjardim, era filho do coronel Monjardim com Anna Francisca Maria da Penha Benedita Homem de Azevedo. Nasceu no dia 20 de abril de 1836 na cidade de Vitória e desde sua juventude acompanhava seu pai em visitas pela cidade para angariar votos<sup>110</sup>. Não é, portanto, de se admirar que tenha exercido forte influência política no Espírito Santo. Seguindo os passos de seu pai foi deputado provincial em 1864-1865, 1866-1867, 1868-1869, 1888-1889. Também ocupou os cargos de deputado geral (1881-1884), presidente do Estado (1891) e deputado federal (1909-1912)<sup>111</sup>. Quando deputado provincial foi Presidente da Mesa nos anos de 1865, 1866 e 1867.

Membro do Partido Liberal, Alpheu Monjardim teve seu nome citado dentre as graves denúncias e difamações feitas no periódico *A Liga*, ferrenho opositor da atuação política de sua família. Algumas destas críticas estavam ligadas ao uso político que faziam de seus altos postos na Guarda Nacional. Na edição de número quatro do citado jornal, datada de 29 de abril de 1860, Alpheu Monjardim e seu irmão Áureo Trifino, foram acusados de fazerem uso de seus postos na milícia cidadã para coagir os moradores de Goiabeiras e Carapina:

*O Tenente Fefeo e o improvisado major Fifides andam pelas estradas de Goiabeiras e Carapina amedrontando votantes para concorrerem com seus votos para a eleição de seu papai: ora meu Deus, estes pissocas não tomarão enuda? Quererão ainda por mais esta vez cair no ridículo? Um conselho: vão cuidar na moagem da sua engenhoca, do que importunarem a quem passa pela estrada.*<sup>112</sup>

Naquele ano, 1860, o Barão de Monjardim era Tenente no Comando Superior do Centro Assim, torna-se pertinente a consideração feita sobre o uso político da milícia. Já em 1866, o barão de Monjardim foi Capitão naquele mesmo Comando Superior. Sendo,

---

<sup>110</sup> SIQUEIRA, 2011, *Op. cit.*, p. 81.

<sup>111</sup> MORAES, Paulo Stuck. **Nobreza capixaba**. Os barões e suas descendências. Vitória: IHGE, 2013, p. 121.

<sup>112</sup> SIQUEIRA, 2011, *Op. cit.*, p. 77.



posteriormente, promovido a Tenente Coronel Comandante do 1º Batalhão, posição que também ocupou em 1868.

Monjardim foi uma das mais expressivas lideranças da Guarda Nacional no Espírito Santo. No referido Livro de Matrículas dos Oficiais da Guarda, encontram-se todos os principais próceres da milícia cidadã. Abaixo, destacamos aqueles que compunham o Comando Superior do Centro, com sede na capital, Vitória. Nele podemos perceber a hierarquia da corporação, bem como seus principais cargos e algumas observações mais gerais. Dentro dos limites dessa dissertação não seria possível analisarmos todos os integrantes da cúpula da Guarda no Espírito Santo, de modo que optamos por destacar algumas das lideranças mais importantes a fim de revelar a ligação umbilical entre o serviço na Guarda e a atuação política na província. Nos Anexos seguirá lista completa da matrícula dos oficiais entre 1852 a 1880.

**Quadro 2. Relação dos Oficiais da Guarda Nacional do  
Comando Superior do Centro Batalhões**

	<b>Postos</b>	<b>Nomes</b>	<b>Observações</b>
1	Comandante Superior	José Francisco de Andrade Almeida Monjardim	Patente de 26 de Maio de 1854
2	Tenente Coronel	Bernardo da Costa S. (?)	Em 8 de Março de 1853
3	Doutor Chefe do Estado Maior	Manoel do Couto Teixeira	Em 12 de Março de 1853
4	Major Ajudante d'ordens (?)	Urbano Reis Souto	Em 3 de Março de 1854
5	Major Comandante da Secção de Batalhão (?)	Antonio (...) Loureiro	Em 31 de Março de 1853
6	Doutor Ajudante d'ordens	Henrique Augusto d'A(...)	Em 1º de Agosto de 1853
7	Chefe (Comandante?) Secretaria Geral	Francisco Reis de Barcelos Freire	Em 8 de Abril de 1854
8	Tenente Cirurgião Mór	Francisco Barata	Nomeação de 28 de Maio de 1853. Não tirou Patente.
9	Tenente Coronel Mestre (?)	Sebastião Fernandes d'Oliveira	
10	Alferes Secretário	Antonio Augusto Nogueira da Gama	
11	Dr. Porta bandeira	Francisco Pinto Homem d'Azevedo	
		1ª Companhia	
12	Capitão	Venceslau da Costa Vidigal	

13	Tenente	João Manoel de (...) e Sá	
14	Alferes	Vago...	...
		2ª Companhia	
15	Capitão	João Pinto Gomes Resende	
16	Tenente	Torquato Caetano Simões	
17	Alferes	João Pinto Amorim M(...)	
		3ª Companhia	
18	Capitão	José Antonio dos Reis Bastos	
19	Tenente	Manoel Ferreira de Paiva	
20	Alferes	Candido (...) Souto	
		4ª Companhia	
21	Capitão	Francisco José d'Abreu Costa	
22	Tenente	José Joaquim Carlos d'Oliveira	
23	Alferes	Ignácio Pessoa (?) de Jesus Maria	
		5ª Companhia	
24	Capitão	Manoel Ferreira dos Passos (?) Costa	Tirou Patente
25	Tenente	Emilio João Naldetaro (?)	Idem
26	Alferes	José Pinto Ribeiro	Idem
		6ª Companhia	
27	Capitão	Antonio Pinto Pestana	Nomeação de 10 de Janeiro de 54. Não tirou Patente.
28		Luiz Couto d'Alvarenga	Nomeação de 13 de Janeiro de 54. Tirou Patente.
29	Alferes	Ignácio Gonçalves Coelho	Nomeação de 22 de Março de 53. Tirou Patente.
		2º Batalhão	
30	Tenente Coronel	Torquato M(...) d'Araujo Malta	Patente de 20 de Fevereiro de 1853.
31	Tenente Cirurgião Mór	Felippe Pereira	Nomeação de 22 de Março de 53. Tirou Patente.
32	Tenente Coronel Mestre	Joaquim Pessoa (?) das Neves Rangel	Nomeação de 30 de Dezembro de 53. Tirou Patente.
33	Alferes Secretário	João Francisco Pimentel	Nomeação de 13 de Janeiro de 54. Tirou Patente.

34	Dr. Porta Bandeira	Antonio de Freitas Lira	Nomeação de 30 de Dezembro de 53. Tirou Patente.
		1ª Companhia	
35	Capitão	Joaquim de Freitas Lira	Em idem
36	Tenente	José Porfirio d'(...) Couto	Nomeação de 30 de Março de 53. Tirou Patente.
37	Alferes	(...) de Mello Coutinho Ferreira Rangel	Nomeação de 28 de Março de 53. Tirou Patente.
		2ª Companhia	
38	Capitão	José Pereira Pimentel	Nomeação de Março de 53.
39	Tenente	Luciano José Almeida Pinto	
40	Alferes	Manoel Mizo (?) Coutinho	Nomeação (...) de Dezembro de 53.
		3ª Companhia	
41	Capitão	Joaquim Pereira (?) Pinto Moraes	Nomeação (...) de Março de 53.
42	Tenente	José Roiz Pereira (?) S(...)	Nomeação (...) Janeiro de 55.
43	Alferes	Francisco Pereira Pinto	
		4ª Companhia	
44	Capitão	Manoel Ribeiro Couto Mascarenhas	Nomeação (...) Março de 53.
45	Tenente	Manoel Pinto Ribeiro dos Passos	
46	Alferes	João Roiz Pereira (?) Borges	
		5ª Companhia	
47	Capitão	Manoel Caetano Lima (?)	
48	Tenente	Manoel (...) Dutra	
49	Alferes	José Furtado de Mendonça	Nomeação (...) Dezembro de 53.
50	Dito ...	Ernesto Emiliano de Mendonça	
		6ª Companhia	
51	Capitão	Antonio José Ferreira d'Araujo	Nomeação (...) Março de 53.
52	Tenente	José Francisco Lima	Nomeação de 30 de Dezembro de 53. Tirou Patente.
53	Alferes	Francisco V(...) C(...)	Idem. Idem.

54	Dito	Antonio da (...) Pimentel	Idem. Não tirou Patente.
		Companhia de Reserva	
55	Capitão	Justiniano M(...) Meirelles (?)	Nomeação de 2 de janeiro de 53. Tirou Patente.
56	Tenente	Bernardo de Salles M(...) Furtado	Nomeação de 13 de Janeiro de 55. Tirou Patente.
57	Alferes	José Gonçalves Espíndula	Idem. Idem.
58	Dito	Manoel Gonçalves V(...)	Idem. Idem
		Companhia de Artilharia	
59	1º Tenente	João Vicente Ferreira Rufino	Nomeação de 10 de Janeiro de 54. Não tirou Patente.
60	2º Dito	João Miguel (...) dos Santos	Idem. Idem.
61	* Capitão	José Pinto Coutinho Rangel	Nomeação de 2 de Janeiro de 53. Tirou Patente.

Fonte: APEES. Livro 633 da série 751 (Fundo Governadoria) – Matrícula dos oficiais.

Outra figura de relevância na política do Espírito Santo e presente no comando da Guarda Nacional foi Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. Nascido no Espírito Santo em 1835, o Coronel Mascarenhas foi casado com D. Beatriz Fernandes de Araújo, filha do fazendeiro Tenente Coronel Torquato Martins de Araújo Malta<sup>113</sup>.

Em 25 de Julho de 1856 Mauricio Fernandes Pereira de Barros encaminhou ao tenente coronel Araújo Malta ofício solicitando ao comandante do Batalhão de Vianna, 145 praças para as comemorações do 7 de Setembro, sendo

*Dous Capitaes, dous Tenentes, dous Alferes, e os respectivos Inferiores. Mas como tem de se proceder nesse dia às eleições geraes, e não quer a Presidencia que essa festividade (...) os guardas da eleição (...) para embarçar-se à repressão do voto livre do povo – ordena e muito recomenda ao Sr. Commandante, que remetta (..) os guardas, os officiaes, que devão votar na segunda chamada da Mesa eleitoral: E para que essa distribuição se faça com toda conveniência do serviço publico, deverá exercer sua influencia e seo selo para que aquelles que ficarem nos seos districtos vão votar na primeira chamada, reservando-se o segundo dia*

<sup>113</sup> MERLO, 2008, *Op. cit.*, p. 176-177.

*para os que regressarem da parada. O que tudo se lhe comunica para seu conhecimento e fiel execução”.*<sup>114</sup>

O Coronel Mascarenhas foi vice-presidente nos períodos de 1872 a 1876 e de 1885 a 1887. Em 1872, Mascarenhas tornou-se chefe do Partido Conservador no Espírito Santo, e segundo explicação de Karulliny Siqueira sua escolha para essa posição demarca uma divisão interna:

Em meados de 1870, a liderança do partido que pertencia à Dionísio Rosendo, passou para as mãos de outro coronel: Manoel Coutinho Mascarenhas. Apesar disso, em nenhum momento se tem informações sobre as razões da saída de Dionísio. Já em um discurso proferido pelo deputado conservador Domingos Vicente Gonçalves na Assembleia Provincial, parece-nos que alguns indícios levam a crer que foi em 1872 que o Partido Conservador se viu dividido, o que culminou na troca de seu líder. (...) Dionísio parece ter sido excluído do Partido Conservador, pois na legislatura na qual se encontra este relato, o ex-chefe conservador chega a se eleger deputado provincial, mas foi tirado do cargo que ocupava na comissão de Instrução Pública e depois disso, não voltou mais à Assembleia.<sup>115</sup>

No ano de 1874, Mascarenhas foi presidente de província interinamente. Mesmo que de forma rápida, sua passagem por este cargo foi alvo de críticas no periódico da Corte *A Reforma*. Ele foi acusado de utilizar-se de sua posição para pressionar e demitir funcionários públicos, bem como interferir nas eleições.<sup>116</sup> Sua defesa foi feita por Basílio Daemon no periódico *Espírito-Santense*, que estava em funcionamento desde 1870, sendo o órgão oficial da província e porta-voz do grupo conservador. O próprio Manoel Mascarenhas esteve à frente desse jornal, não sendo raros os ataques ao grupo opositor.

A atuação política de Mascarenhas não se restringiu a esta passagem, durante a década de 1870 ele foi figura recorrente na Assembleia Provincial. Ocupou o cargo de deputado

---

<sup>114</sup> APEES. **Relatório do presidente da província do Espírito Santo**. Vitória: Palácio do Governo, 1856.

<sup>115</sup> SIQUEIRA, *Op. cit.*, p.200-201.

<sup>116</sup> SIQUEIRA, *Op. cit.*, p.202.

provincial nas legislaturas de 1870-1871, 1872-1873, 1876-1877<sup>117</sup>. Tendo sido presidente da Mesa em 1870, 1876 e 1877. Na Guarda Nacional sua presença foi evidenciada quase vinte anos antes de figurar no mundo da política: em 1853, aos 18 anos de idade, ele já era Capitão do Comando Superior do Centro.<sup>118</sup> Quinze anos depois, em 1868, ele tornou-se Comandante Superior.

Esta trajetória do Coronel Mascarenhas revela-nos uma característica importante no que diz respeito a ser a Guarda Nacional o *locus* privilegiado da elite política do Espírito Santo, bem como palco de disputas políticas. Em 1862, o presidente da província José Fernandes da Costa Pereira Júnior afirma:

vejo essa grande e nobre instituição (...) acometida pelos assaltos funestos do espírito de partido, que tudo desvirtua, tudo estraga, sacrifica a justiça ao capricho ou a afeição- o mérito à camaradagem eleitoral, a severidade das disciplinas e às indulgências dos compromissos políticos.<sup>119</sup>

No ano de 1863, o coronel em questão foi suspenso para responder ao Conselho de Disciplina, segundo consta nas observações do livro de matrícula dos oficiais. Quando nos voltamos para o mesmo livro constatamos que o Comandante Superior em 1863 era Francisco Monjardim, que nesta época fazia parte dos *Bermudistas* (*Partido Capichaba*), identificado pela maioria dos historiadores como Partido Liberal. Isto nos leva a refletir sobre quais teriam sido os motivos do afastamento de Mascarenhas, declaradamente conservador. Sabemos que em todo Império era comum que os Comandantes utilizassem a Guarda Nacional para prejudicar seus opositores políticos, sobretudo nas eleições, e este nos parece mais um exemplo desta prática corriqueira. De fato o cenário político da província era de disputa entre Liberais e Conservadores, devido a chegada do novo presidente de província, o liberal André Augusto de Pádua Fleury:

Lembremos aqui, para nos auxiliar no entendimento dos conflitos políticos, que em 21 de maio de 1863 é nomeado para governar a província do Espírito Santo o bacharel André Augusto de Pádua Fleury; entretanto, no dia 28 do mesmo mês, após a saída de Costa Pereira deste mesmo cargo,

---

<sup>117</sup> BICHARA, Terezinha Tristão. **História do poder legislativo do Espírito Santo**, 1835-1889. [Vitória, ES?]: Leoprint, 1984, p. 298.

<sup>118</sup> APEES, **Livro** 633, p. 55.

<sup>119</sup> APEES. **Relatório do presidente da província do Espírito Santo**. Vitória: Palácio do Governo, 1862.

Dionísio Resendo, o chefe conservador, assume a presidência da província. Possivelmente Dionísio ocuparia o cargo apenas enquanto André Fleury não chegasse em terras capixabas, no entanto, as desavenças entre os conservadores e o presidente de província estavam ainda por começar, sem mencionarmos os embates também com o próprio Partido Liberal, uma ameaça na visão conservadora.<sup>120</sup>

Embora houvesse uma maioria conservadora na província, as eleições de 1863 para deputado geral foram acirradas e os periódicos eram utilizados como meio de criticar os adversários e, no caso dos conservadores, para relatar a violência que garantiu a vitória dos liberais. A Assembleia Provincial também não via com bons olhos o avanço liberal na província, já que era composta, em sua maioria, por deputados do Partido Conservador: coronel Dionísio Álvaro Resendo, vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, major Francisco Gomes Bittencourt, bacharel José Camilo Ferreira Ribeiro, alferes Manoel de Moraes Coutinho e Castro, padre Francisco Antunes de Siqueira, Carlos Augusto Nogueira da Gama, José Joaquim Rodrigues, Fabiano Martins Ferreira Meireles, Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, José Cláudio de Freitas, Manoel da Silva Simões, Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, José Sebastião da Rocha Tavares, Vigário João Pinto Pestana, Caetano Dias da Silva, Capitão João Crisóstomo de Carvalho, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, Vigário Miguel Antunes de Brito.<sup>121</sup> Assim, dado o estado das coisas na província, seria plausível supor que a suspensão do coronel Mascarenhas da G.N. teve motivações partidárias.

Em 1872, o Comando Superior do Centro teve como Comandante Superior o militar Manuel Ferreira de Paiva. Anteriormente, em 1868, Paiva foi Capitão do mesmo Comando Superior. Nossas fontes pouco nos revelam sobre o Coronel Paiva. Segundo nos conta Basílio Daemon, Paiva foi Inspetor da Instrução Pública, tendo sido nomeado em 1853 para ocupar em Serra uma das cadeiras de Gramática Latina criadas pela lei

---

<sup>120</sup> SIQUEIRA, *Op. cit.*, p. 98.

<sup>121</sup> DAEMON, *Op. Cit.*, p. 216.

provincial nº 6 de 1853.<sup>122</sup> Em alguns momentos ele ocupou uma cadeira na Assembleia Provincial: nas legislaturas de 1854-1855, 1856-1857, 1870-1871 e 1872-1873. Chegou até mesmo a ser vice-presidente no ano de 1877, quando assumiu a administração da província por haver o presidente da mesma, Manoel José de Menezes Prado, pedido exoneração para tomar assento na Assembleia Geral Legislativa. Fato que se repetiu em julho daquele mesmo ano quando a exoneração foi concedida ao presidente Dr. Antonio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama.<sup>123</sup> Assim, mesmo que grandes ligações entre o Coronel Paiva e outros membros da Guarda Nacional não possam ser evidenciadas, fica claro que ele participava da elite política que se revezava no poder na província. Cabe observar que ele esteve à frente da G.N.

Da mesma forma que verificamos a presença de notáveis à frente do Comando Superior do Centro na Guarda Nacional do Espírito Santo, constatamos este mesmo aspecto no Comando Superior do Norte, embora tenha sido este o Comando com o maior número de oficiais para os quais não nos foi possível traçar completamente um perfil. O primeiro nome presente no livro de matrícula dos oficiais é o de Antonio Rodrigues da Cunha, mais conhecido como Barão de Aimorés. Nascido em Conceição da Barra no ano de 1834, o coronel Rodrigues da Cunha fazia parte da chamada “nobreza do café”<sup>124</sup> do Espírito Santo, que ainda contava com os barões de Itapemirim, os três, barão de Timbuí, Olindo Gomes dos Santos Paiva e o barão de Guandu, José Bernardo de Sousa. Não por acaso, todos eles, homens de posses, fizeram parte da Guarda Nacional em algum momento de suas vidas. Cabe ressaltar que Antonio da Cunha foi casado com a filha do influente Joaquim Marcelino da Silva Lima – o primeiro barão de Itapemirim - Thomazia da Silva Lima, com a qual teve dois filhos.<sup>125</sup> É José Teixeira de Oliveira quem nos dá a dimensão da importância política e econômica do sogro do Coronel Rodrigues:

---

<sup>122</sup> DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. 2. ed. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 494.

<sup>123</sup> DAEMON, 2010, *Op. cit.*, p. 497.

<sup>124</sup> OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 421.

<sup>125</sup> MORAES, 2013, *Op. cit.*, p. 81.



Joaquim Marcelino da Silva Lima, paulista de nascimento, veio para o Espírito Santo em 1802, estabelecendo-se em Benevente, onde fundou nas terras que obteve por sesmaria uma grande fazenda de cana-de-açúcar denominada Três Barras. Mais tarde, transferiu-se para Itapemirim, onde constituiu enorme fortuna. Esteve, várias vezes, à frente do governo provincial, na qualidade de vice-presidente. Mais de quatrocentos escravos trabalhavam nas suas oito fazendas, das quais a de nome Muqui era suntuosa. Nela residia o barão.<sup>126</sup>

O fato de o coronel ter contraído matrimônio com a filha do Barão de Itapemirim parece-nos um caso típico de consolidação de laços intra-elite, visando manter seu status econômico, influência e prestígio. Sua presença na milícia cidadã começou em 1853, ano em que foi nomeado Coronel Comandante Superior do Comando do Norte.<sup>127</sup> Seu filho, Antonio Rodrigues da Cunha Júnior também fez parte da milícia cidadã no posto de Major Ajudante d'Ordens, no ano de 1859, quando seu pai ainda era Comandante Superior. Interessante notar que o poder de influência dos comandantes da G.N. relacionava-se também ao capital econômico que possuíam. Tal elite política era também detentora de posses, como o Coronel Cunha, um dos barões do café do Espírito Santo. Nas outras regiões, centro e sul, também constatamos essa característica:

Quem era de fato a elite econômica na província? Certamente em Vitória seriam os comerciantes e donos de fazenda, como Francisco Monjardim. No sul, não muito diferente, mas um pouco mais intenso, havia a presença de alguns comerciantes que vieram tentar a vida na província exatamente pela chegada do café, o que fez com que a região se desenvolvesse cada vez mais, e, sobretudo, fez emergir um grande número de fazendas de café.<sup>128</sup>

O Comando Superior do Norte foi liderado a partir do ano de 1864 pelo Coronel Matheus Antonio do Santos, que dez anos antes havia sido Tenente Coronel do mesmo

---

<sup>126</sup> OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 421.

<sup>127</sup> APEES, *Livro* 633, p. 115.

<sup>128</sup> SIQUEIRA, *Op. cit.*, p. 113.

Comando.<sup>129</sup> Nesse ano, o vice-presidente de província Eduardo Pindahyba de Mattos relatou que em piores circunstâncias estava o Comando Superior do Norte, que estava vago devido a morte do Coronel Antônio Rodrigues da Cunha. Mas por meio de um decreto foi nomeado para este Comando o Tenente-Coronel Matheus Antonio dos Santos e por outro decreto para Tenente-Coronel Chefe do Estado Maior o cidadão Ignacio de Mello Coutinho Vieira Machado.<sup>130</sup>

Sobre tal oficial não encontramos nenhuma informação que nos permita afirmar que ele fazia parte da elite política provinciana. Tampouco informações prosopográficas suficientes para traçarmos o perfil do coronel. A falta de dados também limitou nossa análise do Comandante Superior Constantino Gomes da Cunha. Contudo, sabemos que na legislatura de 1868-69 Constantino estava presente, e tal legislatura foi presidida por José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.<sup>131</sup> Na Guarda Nacional Gomes da Cunha foi Major Ajudante d'Ordens em 1857, Tenente Coronel Comandante no ano seguinte e, finalmente, Comandante Superior em 1868. Neste ano o presidente de província era Luis Antonio Fernandes Pinheiro, e o vice-presidente era o conhecido político conservador Dionísio Rosendo.

Outra figura de destaque presente na Guarda Nacional foi Olindo Gomes dos Santos Paiva, o barão de Timbuí. Não se sabe ao certo em que ano o coronel Olindo nasceu, nem mesmo se era capixaba. Porém, há indícios de que ele teria nascido em São Mateus, no início do século XIX. Nesta localidade ele possuía grandes propriedades de terra, como a Fazenda Santa Izabel. Seu prestígio ainda advinha do fato de ter despendido esforços para a construção da linha telegráfica no Norte da província.<sup>132</sup> A importância do Barão de Timbuí na província do Espírito Santo é confirmada, ainda, pela sua atuação

---

<sup>129</sup> APEES, Livro 633, p. 115.

<sup>130</sup> **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1o vice-presidente, Dr. Eduardo Pindahyba de Mattos. Victoria, Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864**, p.61. apud RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 07 de novembro de 2009.

<sup>131</sup> BICHARA, 1984, *Op. cit.*, p. 297-298.

<sup>132</sup> MORAES, Paulo Stuck. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, nº 58, Vitória, 2004.

nas esferas de poder local. Ele foi deputado provincial nas legislaturas de 1870-71, 1872-73, 1874-75 e 1880-81.<sup>133</sup> Cabe ressaltar que ele compôs a Assembleia provincial tanto nos anos em que os conservadores estavam à frente da província quanto no momento do governo liberal, uma vez que a década de 1870 foi marcada pelo retorno dos conservadores ao governo da província. A elite política do Espírito Santo pós década de 1860 possuía divergências muito mais pessoais e locais do que de ideias. Embora houvesse a divisão entre o Partido Liberal e o Conservador a “ameaça republicana” não rondava a província. Ambos os partidos defendiam a ordem e o regime monárquico.<sup>134</sup>

Do ponto de vista partidário, a legislatura de 1880-1881 é caracterizada por Karulliny Siqueira como sendo heterogêna, e a presença do Barão de Timbuí é elencada como indício de tal característica, pois, ali estava um conservador cercado por uma Assembleia majoritariamente liberal. Já na Guarda Nacional, o coronel Olindo foi nomeado Comandante Superior do Comando do Norte em 1869. Esteve à frente da milícia, portanto, durante o governo dos conservadores na província.

A presença de notáveis também foi verificada no sul da província, onde havia grande quantidade de fazendeiros. O primeiro deles foi João Nepomuceno Gomes Bittencourt. Embora não haja grandes informações sobre sua vida, é certo que ele era um rico fazendeiro<sup>135</sup> que esteve presente em momentos importantes da política capixaba: na primeira legislatura em 1835-36, e também nas legislaturas de 1838-39, 1854-55, 1874-75 e 1876-77<sup>136</sup>. Em uma observação rápida, depreende-se que sua atuação como deputado provincial parece ter ocorrido em momentos em que a província era comandada por conservadores. De fato Gomes Bittencourt foi um dos conservadores mais influentes no sul do Espírito Santo, como atesta Karulliny Siqueira:

somente em 1863 aparecem em Itapemirim os partidos Liberal e Conservador, sendo que, antes, a política local era dominada também por partidos pessoais, assim como em Vitória. Descobre-se pelo jornal que, em

---

<sup>133</sup> BICHARA, 1984, *Op. cit.*, p. 297.

<sup>134</sup> SIQUEIRA, 2011, *Op. cit.*, p. 229.

<sup>135</sup> GOULARTE, 2008, *Op. cit.*, p. 73.

<sup>136</sup> BICHARA, 1984, *Op. cit.*, p.45, 174, 297.

Itapemirim, a disputa se dava por meio de “partidários” denominados Macucos, chefiados pelo grande fazendeiro coronel João Gomes Bittencourt; enquanto o outro grupo político, denominado como Arraias, era comandado pelo poderoso Joaquim Marcellino da Silva Lima, o barão de Itapemirim. (...) em 1863 os grupos políticos marcados pelo caráter pessoal desaparecem em Itapemirim, entrando agora em cena os liberais e conservadores do sul. O coronel João Gomes Bittencourt faz dos Macucos os conservadores, e em oposição, a família do falecido barão de Itapemirim, as Arraias transformam-se na oposição liberal da localidade.<sup>137</sup>

Sendo figura de tamanha relevância nada mais natural que Gomes Bittencourt estivesse à frente da Guarda Nacional. De 1852 a 1867 ele foi o Coronel Comandante do Comando Superior do Sul. Sobre este período nos foi possível encontrar a lista de reserva de Itapemirim, que segue no Quadro 2.

Quadro 2. Matrícula do Serviço de Reserva em Itapemirim 1850

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	SOLDO	OBSERVAÇÃO
<b>1º QUARTEIRÃO</b>				
Aurelio Dias da Fonseca	27 anos	Solteiro	400#000	Por moléstia(?)
Elauterio Fomes de Moraes	24 anos	Id.	200#000	Idem
Joaquim José Ramos	53 anos	Cas.º c/ filhos	300#000	Pela idade
José Gonçalves da S.ª Guimarães	61 anos	Solteiro	400#000	Idem
Joaquim José Gomes da Silva	58 anos	Cas.º c/ filhos	600#000	Idem
(...) Bueno	57 anos	Viúvo	250#000	Idem
Vicente José Ferreira	52 anos	Casado	250#000	Idem
<b>4º QUARTEIRÃO</b>				
Antonio José Nunes	58 anos	Viúvo	200#000	Idem
Antonio José de Salles	25 anos	Solteiro	400#00	Boticário aprovado em exerc.º em seu officio
Antonio (...) de Oliveira	60 anos	Casado	400#000	Pela idade
Jorge de Castro (...)	54 anos	Idem	Idem	Idem
João Baptista Bahia de Oliveira	52 anos	Id. c/ filhos	200#000	Idem
João Baptista dos Santos	59 anos	Viúvo	Idem	Idem

<sup>137</sup> SIQUEIRA, 2011, *Op. cit.*, p. 114 -115.

José Francisco da Penha	53 anos	Solteiro	300#000	Oficial de Justiça
Joaquim Correia dos Reis	53 anos	Casado c/ filho	200#000	Carcereiro
Justino Pereira da Fonseca	52 anos	Solteiro	Idem	Pela idade
Leonor das Chagas e Silva	57 anos	Casado	Idem	Idem
Manoel dos Santos Pereira	55 anos	Id. c/ filho	1:200#000	Idem
Manoel de Moraes Coutinho Castro	27 anos	Id. s/ filho	400#000	Por favor da Lei
Dr. Manoel de Carvalho Borges	39 anos	Id. Id.	2:000#000	Idem
Manoel Joaquim da Silva	57 anos	Solteiro	200#000	Pela idade

#### 5º QUARTEIRÃO

Antonio Francisco Rosa	41 anos	Casado	Id.	Por defeitos físicos
Francisco Antonio Cardoso	59 anos	Id. c/ filhos	400#000	Pela idade
João Francisco Cardoso	54 anos	Id. Id.	200#000	Idem
Miguel Antonio Cardozo	56 anos	Id.	Id.	Idem
Manoel Antonio da Costa	55 anos	Id. Id.	Id.	Idem
Pedro Antonio Caetano	53 anos	Casado c/ filho	200#000	Pela idade

#### 6º QUARTEIRÃO

José de Oliveira Bastos	51 anos	Idem	400#000	Idem
Jeronimo Francisco Gomes	35 anos	Id. Id.	200#000	Por moléstia (...)
Torquato da S. <sup>a</sup> Lopes	54 anos	Id. Id.	Id.	Pela idade
José Feliciano da S. <sup>a</sup> (...)	29 anos	Solteiro	1:000#000	Por moléstia(...)
José da Silva Mendes	60 anos	Casado	400#000	Pela idade
Leandro Gomes Monteiro	59 anos	Id.	300#000	Idem
Manoel Antonio Fernandes	55 anos	Id. c/ filhos	Id.	Idem
Manoel Pereira Gomes	53 anos	Id. Id.	600#000	Idem

#### 7º QUARTEIRÃO

Antonio José Fernandes	53 anos	Id. Id.	300#000	Idem
Antonio José Benavis	53 anos	Id. Id.	200#000	Idem
Feliciano Alves de Anchieta	56 anos	Id. Id.	Id.	Idem
Francisco Alves de Ancheita	54 anos	Id. Id.	Id.	Idem
Francisco Alves da Silva	53 anos	Id. Id.	Id.	Idem
Ignacio Ribeiro da Silva	57 anos	Id. Id.	400#000	Idem
João Borges de Athayde e Alm. <sup>a</sup>	56 anos	Id. Id.	600#000	Alferes da Comp. <sup>a</sup> de Reserva
Manoel Francisco Rocha	59 anos	Id. Id.	200#000	Idem pela 4 <sup>a</sup>
Manoel Fernandes da Rocha	54 anos	Id. Id.	Id.	Pela (...)
Manoel Baptista do Nascimento	55 anos	Id. Id.	Id.	Idem

#### 8º QUARTEIRÃO

Joaquim Alves de Vasconcellos	54 anos	Idem	400#000	Idem
-------------------------------	---------	------	---------	------

Francisco José Alves	51 anos	Solteiro	200#000	Idem
----------------------	---------	----------	---------	------

#### 9º QUARTEIRÃO

José de Souza (...)	60 anos	Viúvo c/filho	600#000	Idem
João Bueno F(...)	53 anos	Solteiro	300#000	Idem

#### 10º QUARTEIRÃO

Alexandre Alves Guilherme	59 anos	Casado	400#000	Idem
Bento José Cardozo	57 anos	Solteiro	200#000	Idem
Belchior José da Silva	53 anos	Casado	Id.	Idem
Francisco José Lopes	53 anos	Idem	Id.	Idem
Francisco Alves Silva	53 anos	Id.	Id.	Idem
Francisco Antonio da S. <sup>a</sup> Ferra	59 anos	Id.	Id.	Idem

Fonte: APEES, Série 383, livro 212 - Ofícios e mais papéis referentes a Guarda Nacional (1854 a 1858).

O alistamento no serviço de reserva muitas vezes era utilizado como instrumento de favorecimento dos aliados do Comandante Superior. O Quadro 2 apresenta dados sobre aqueles que foram alistados na reserva em Itapemirim. Uma informação que se destaca é o fato de a idade ser o principal motivo de não estarem eles matriculados no serviço ativo. Em alguns casos a alegação foi devido à moléstia ou defeito físico. Além disso, o estado civil da maioria deles era casado.

Retornando à figura do Coronel Gomes Bittencourt, é importante destacar que no ano em que ele foi reformado o novo coronel que assumiu seu posto foi Joaquim Antônio de Oliveira Seabra, comerciante fluminense que casou-se com Leocádia da Silva Lima, a filha do barão de Itapemirim. Ou seja, fica claro o revezamento partidário no comando da milícia, pois o Coronel Seabra herdou de seu sogro o prestígio e a posição de líder dos liberais em Itapemirim. Tal prestígio também pode ser evidenciado pela sua presença na política da região: em 1867 foi um dos sete vereadores que fizeram parte da instalação da primeira Câmara Municipal da vila de Cachoeiro de Itapemirim.

Sendo assim, percebemos que a G.N. abrigou em seu interior importantes figuras da província, componentes do *estrato de senhores* evocado por Uricoechea (1978). O

fundamento do poder dessa elite advinha de sua participação política, mas também de seu status econômico. As sucessivas participações na Assembleia Provincial comprovam esse caráter político da elite. Além do mais, as relações de parentesco evidenciam que havia uma verdadeira rede intra-elite, que certamente contribuía para a manutenção do poder da elite que estava à frente da Guarda Nacional.

## **Considerações finais**



O objetivo dessa dissertação foi analisar as relações políticas existentes na Guarda Nacional do Espírito Santo. Entendendo a milícia cidadã como um instrumento de preservação da hierarquia social vigente no Brasil, intentamos identificar a elite política que ocupava os altos postos da Guarda, utilizado-a como símbolo de status. Inicialmente, objetivamos analisar qual o papel que a milícia desempenhava enquanto força militar.

Para tanto nos foram úteis o Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871) - Livros 404, 405 e 407 da Série 751; os Ofícios e mais papéis referentes à Guarda Nacional (1854 a 1858) - Livro 212 da Série 383; o Registro da Correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1869) - Livro 408 da Série 751; o Registro da Correspondência do Governo com diversas autoridades civis e militares da capital (1831-1837) - Livros 195, 196 e 198 da Série 751. Os milicianos estavam divididos na província em três Comandos Superiores, centro, norte e sul. As regiões mais ricas e movimentadas ao longo dos anos tinham o maior efetivo de guardas nacionais.

No período abordado foi no ano de 1862 que a Guarda Nacional apresentou o maior número de milicianos, 4.678. Tal número representava 11,5% da população total da província do Espírito Santo. Porcentagem que ao ser comparada com o Rio Grande do Sul, Pará e Mato Grosso do Sul revela-se significativa.

Para traçar o perfil prosopográfico dos comandantes da Guarda Nacional utilizamos: Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-80) - Livro 633 da Série 751; além dos Relatórios dos Presidentes de Província de 1831 a 1873 e, a partir de 11 comandantes pudemos perceber como o prestígio político e a participação nas patentes mais altas da Guarda caminhavam juntos.

Para traçar o perfil daquelas lideranças na Guarda, foram fundamentais as obras de referência sobre a história do Espírito Santo. Por meio da análise inicial evidenciamos a presença de famílias de prestígio, econômico e político, nos postos de Comando da Guarda Nacional. Homens, como Francisco de Andrade Almeida Monjardim, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas ou Constantino

Gomes da Cunha. Nos momentos em que não estavam à frente deste importante instrumento político, estes senhores estavam ocupando cargos políticos, sobretudo na Assembleia Provincial. Nos três Comandos Superiores existentes na província evidenciamos a presença daqueles notáveis, porém foi no Comando Superior do Centro que encontramos o maior número de informações e, conseqüentemente, conseguimos perceber de forma mais clara as relações políticas existentes no interior da Guarda Nacional.

Ao longo do trabalho para a escrita da presente dissertação alguns obstáculos impediram que os resultados correspondessem às nossas expectativas iniciais. Nossa opção de utilizar apenas fontes presentes no APEES limitou a quantidade de informações sobre nosso objeto de pesquisa. Documentos que seriam fundamentais para nossa pesquisa estavam interditados à consulta. Por isso alguns pontos a respeito da trajetória da milícia cidadã na província não foram totalmente esclarecidos.

Também não nos foi possível traçar o perfil prosopográfico completo de todos os comandantes superiores devido a ausência de dados, em alguns casos. Sobretudo dos comandantes superiores do sul, as obras de referencia que utilizamos bem como os documentos oficiais pouco ou nada dizem a respeito de algumas figuras. Contudo, cruzando informações de outras dissertações com nossas fontes conseguimos esboçar algumas conclusões a respeito de ser a Guarda Nacional do Espírito o lócus privilegiado da elite política do Espírito Santo.

Cabe salientar, por fim, que esse trabalho deixa pistas e abre caminhos para outros uma vez que o objeto nele apreciado é inédito. Não há trabalhos específicos sobre a Guarda Nacional no Espírito Santo e acreditamos que mesmo de forma limitada demos uma contribuição para que a trajetória dessa importante instituição fosse revisitada. Acreditamos que o deslindamento das relações estabelecidas na milícia cidadã é um importante passo para compreendermos de forma mais clara o cenário político da província do Espírito Santo. Nesse sentido, saber quem eram aqueles que estavam à frente da milícia cidadã, quais eram suas motivações políticas e de que forma eles utilizavam aquela instituição como instrumento político é fundamental.

Embora existam importantes estudos a respeito da política capixaba durante o século XIX, há ainda muitas lacunas a serem preenchidas. Os dados que nossas fontes nos permitiram levantar abrem inúmeras possibilidades para novos trabalhos. Trabalhos estes que podem contribuir para a escrita da história política do Espírito Santo.

## FONTES

- **Manuscritas**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO. Matrícula dos oficiais da Guarda Nacional (1852-1880). Fundo Governadoria, série 751.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Registro da Correspondência do Governo relativo à Guarda Nacional (1846-1871).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Registro de patentes de promoção (1848-1863).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO. Registro de patentes da Guarda Nacional. (1863-1873).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO. Registro da Correspondência Oficial com os Comandantes Superiores da Guarda Nacional (1869).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ESPÍRITO SANTO. Registro da Correspondência com os Comandantes Superiores do Sul, Norte e Centro (1870).

- **Digitalizadas**

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção de Leis do Império do Brasil – CLIB**. Lei de 18 agosto de 1831. Cria Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1873, p. 49. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>.

Acesso em: 12 de out. de 2011.

ESPÍRITO SANTO. **Relatórios dos presidentes de província do Espírito Santo**. *Center for Research Libraries*. Disponível em: <[http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo)>. Acesso em: 12 de out. de 2011.

- **Impressas**

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província**- João Lopes da Silva Couto (1838).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - João Lopes da Silva Couto (1839).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - João Lopes da Silva Couto (1840).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província**- José Joaquim Machado d'Oliveira (1841).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Presidente Wenceslau de Oliveira Bello (1843).

ESPÍRITO SANTO. **Falla do vice-presidente de província** - José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (1845).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do vice-presidente de província** - Joaquim Marcellino da Silva Lima (1846).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1848).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Antonio Joaquim de Siqueira (1849).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Filippe José Pereira Leal (1850).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Bonifácio Nascentes d'Azambuja (1852).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Evaristo Ladislau e Silva (1853).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Sebastião Machado Nunes (1854).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - Sebastião Machado Nunes (1855).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Mauricio Fernandes Pereira de Barros (1856).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Mauricio Fernandes Pereira de Barros (1857).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -Pedro Leão Velloso (1859).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -Pedro Leão Velloso (1860).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -Antonio Alves de Souza Carvalho (1861).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1861).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1862).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Fernandes da Costa Pereira Junior (1863).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do vice-presidente de província** -Eduardo Pindahyba de Mattos (1864).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -André Augusto de Pádua Fleury (1864).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -Allexandre Rodrigues da Silva Chaves (1866).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** -Carlos de Cerqueira Pinto (1867).

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do presidente de província** - José Maria do Valle Junior (1868).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Obras de Referência**

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** 2. ed. Vitória, ES: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

FREIRE, Mario Aristides. **Fatos da história do Espírito Santo: (Sec.XIX).** Vitória, 1942.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.

PENNA, Misael Ferreira. **História da província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typ. de Moreira e Nascimento, 1878.

PEREIRA, Amâncio. **Homens e cousas espirito santenses.** [Vitória, ES?]: Artes Graphics, 1914.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

TORRES FILHO, Arthur E. Margarino. **O Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Pimenta e Mello, 1913.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. **Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo.** Vitória: Typografia de P. A. D'Azeredo, 1858.

- **Demais obras**

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaio de teoria da história. São Paulo: EDUSC, 2007.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888).** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852.** A indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. 1998. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1998.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro**: Minas Gerais: Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). **Almanack**. Guarulhos, n. 04, p. 130-148, nov. 2012.

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos**. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

BAPTISTA, Josette. **Consolidação e cotidiano de uma instituição do Império**: a Polícia Militar do Espírito Santo (1835-1889). 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, volume II**: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte Regencial. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 31-57, jan. 2007.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BASTOS, Fabíola Martins; CARVALHO, Enaile Flauzina. Negócios, fortunas e sociabilidade: inventários post-mortem e imprensa capixabas nos anos de 1800 e 1860. **Revista Ágora**, Vitória, n. 05, p. 1-16, 2007.



BENTIVOGLIO, Júlio C.. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.14, n.03, p. 535-556, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio C.. **Os negócios do Império**: a política econômica brasileira entre 1840 e 1860. Catalão: UFG-CAC, 2007.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In:RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BETZEL, Viviani Del Piero. **O Tribunal do Júri**: papel, ação e composição. Vitória/ES: 1850 - 1870. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

BICHARA, Terezinha Tristão. **História do poder legislativo do Espírito Santo 1835-1889**. Vitória: Leoprint, 1984.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 2 v.

BOTTOMORE, Thomas Burton. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAMPOS, Adriana Pereira. As correntes historiográficas do século XIX e seus procedimentos metodológicos. **Revista de História** (UFES), Vitória, v. 6, p. 119-126, 1998.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais**: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX. 2003. 276 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; LINHARES, Maria Yedda Leite. **Historia geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1970 a 1821). Vitória: Secult, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **TopoiRevista de História**. Rio de Janeiro, nº 01, p. 123-152, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

CLÁUDIO, Affonso. **Insurreição do Queimado**: episódio da história da Província do Espírito Santo. [Vitória, ES?]: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, Ludiana Justo da. A organização da Guarda Nacional na província da Paraíba (1831-1850): instituição da ordem e das “mercês” políticas. **Revista Histórica** - Arquivo Público do Estado de São Paulo, v.9, n. 59, 2013.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 01, p. 80 - 92, maio 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na monarquia brasileira. **Almanack braziliense**. São Paulo, n. 09, p. 41-53, maio 2009.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FARIA, Maria Auxiliadora. **A Guarda Nacional em Minas (1831-1873)**. 1977. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1977.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, Ed. 34, 1999.

FERTIG, André. A Guarda Nacional e as relações entre os poderes central e local na província do Rio Grande do Sul no século XIX. **Clio**. Pernambuco, v. 29, n. 01, set./out. 2011.

FERTIG, André. **Clientelismo político em tempos belicosos**: a Guarda Nacional na província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil, 1850-1873. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro (1790- 1840). 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLDONI, Aline Cordeiro. **Embate e negociação**: o recrutamento da Guarda Nacional Fluminense durante a Guerra do Paraguai. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. Assembleia provincial do Espírito Santo e Governo Geral do Brasil: relações políticas (1835-1840). **Revista Ágora**. Vitória, n.11, p. 1-21, 2010.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da terra**: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GOULARTE, Rodrigo da Silva. **Figurões da terra**: trajetórias e projetos políticos no Espírito Santo de oitocentos. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3 v.

GRYNSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais**: uma sociologia histórica da teoria das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Uma leitura sobre o Império do Brasil no contexto do século XIX: diálogo com Ricardo Salles. **Almanack**. Guarulhos, n. 04, p. 46-52, nov. 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Orgs.). **O Liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. t. 2, v. 01.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico**: do Império à República. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil**: 1500-1964. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.

JULIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil imperial. **Diálogos**, v. 3, n. 1, p. 113-151, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Demografia Histórica**. São Paulo: Editora Pioneira, 1977.

MARTINS, Antônio Marco Ventura. **Um Império a construir uma ordem a consolidar**: elites e estado no sertão, Franca-SP, 1824-1852. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. A Teia de Penélope. In: \_\_\_\_\_. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MERGÁR, Eucélia Maria Agrizzi. **Repartição da competência tributária no Império e seus efeitos na província do Espírito Santo (1836-1850)**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MERLO, Patrícia Maria Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MONJARDIM, Adelpho P. **O Espírito Santo na história, na lenda e no folclore**. Vitória: [s.n.], 2008.

MONJARDIM, Leonardo Passos. **História política da família Monjardim**. Vitória: [s.n.], 2003.

MONTEIRO, Hamilton. **Brasil Império**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). **Topoi Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 127-142, jul/dez. 2010.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MOREL, Marco. Papéis *incendiários*, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. **Topoi Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 03, n.0 4, p. 39-58, mar. 2002.

MOTTA, Kátia Sausen da. **Juiz de Paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo 1827-1842)**. 2013. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

MOURA, Denise. A farda do tendeiro: cotidiano e recrutamento no Império. **Revista de História Regional**, v. 04, n. 01, p. 37- 55, 1999.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Eles estão prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul, segunda metade do século XIX. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos brasileiros: questões de ideologia, rótulos partidários, lideranças e prática política, 1831-1888. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, p. 54-63, nov. 2009.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 - 1857. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n.10, p. 5-22, nov. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia Maria Tavares. (Orgs.) Faperj. **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, 1968.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

REMOND, René. Do político. In:\_\_\_\_\_. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política, 1822-1930**. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina; BESSONE, Tânia Maria Tavares (Org.). **Linguagens e práticas da cidadania no Século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)**. Vitória: Gráfica Santo Antônio, 2000.

ROCHA, Levy Curcio da. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Continente, 1980.

ROCHA, Levy Curcio da. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. 2. ed. Brasília: Ed. Brasília, 1972.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins; FALCON, Francisco José Calazans; NEVES, Margarida de Souza. **A Guarda Nacional no Rio de Janeiro. 1831-1918**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período regencial (1831-1840). **Almanack braziliense**. São Paulo, n. 03, p. 57-68, maio 2006.



SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da ordem**: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. 2009. 192 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2009.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **O Império da ordem**: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. 2009. 192 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2009.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do povo**: a Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**. Guarulhos, n. 04, p. 5 -45, nov. 2012.

SANTOS, Estilique Ferreira dos. **A monarquia no Brasil**: o pensamento político da independência. Vitória: EDUFES/CEG Publicações, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. O Minotauro Imperial. Resenha. **Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 02, p. 259, 1980.

SILVA, John Erick Augusto da. Mantendo a ordem e guardando as fronteiras: o serviço de destacamento da Guarda Nacional na província de Mato Grosso em meados dos oitocentos. **Documento e Monumento Revista Eletrônica**. Cuiabá, n.06, v 01, p. 36-50, jun. 2012.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo**: Estado, interesses e poder. Rio de Janeiro: EBAP/FGV, 1986.

SILVA, Marta Zorzal e. **Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo**. Vitória, 1993.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”**: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do Espírito Santo, 1860-1880. 2011. 231 f. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Geraldo Antonio. Os limites da ordem: respostas à ação da polícia em Vitória ao final do século XIX. **Topoi**, v. 10, p. 112-132, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

SOUSA JÚNIOR, Antonio. Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1985. Tomo 2, v. 4, p. 299-314.

SOUZA, Alexandre de Oliveira Bazilio de. **Das urnas para as urnas**: o papel do juiz de paz nas eleições do fim do Império (1871-1889). 2012. 194f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e Renato Monseff Perissinotto. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TALLON, Miguel D. **História do Espírito Santo**: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória: Ed. Instituto Histórico, 1999.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória, ES: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira de. **Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo**. Vitória: Typografia de P. A. D'Azeredo, 1858.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.  
2

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ZORZAL, Marta e Silva. **Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo**. Vitória, 1993.

## ANEXO

### Quadro 3. Livro de Matrícula dos Oficiais da Guarda Nacional da Província do Espírito Santo (1852-1880) – série 751 – APEES - Fundo Governadoria

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
Comandante Superior	Gonçalo Pereira de Sampaio	Decreto de 12 de Novembro de 1852	Em 20 de Março de 1853		
	José Francisco de Andrade Almeida Monjardim	Decreto de 5 de Maio de 1854	Em 26 de Maio de 1854		
	Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Decreto de 30 de Setembro de 1868	Em 11 de Dezembro de 1868		
	Manuel Ferreira de Faizão	Decreto de 24 de Junho de 1872	Patente de 31 de Junho de 1872		
	Antônio Pinto Loureiro	Decreto de 17 de Junho de 1880			

P. 2

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
Major Ajudante d'Ordens	(...) Augusto de Azeredo	... 1853			
	Urbano Rodrigues Souto	...1854			
	Antônio José Ferreira de Araujo				
	Manoel Caetano Simões				
	Joaquim de Freitas Lyra				
	Domingos Vicente Gonçalves de Souza				
	José Furtado de Mendonça				
	Manoel do Couto Teixeira				

P. 3

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
--------	-------	--------------------	-------------------	-------------------	-------------

Capitão Secretário Geral	Fernando Rodrigues	Decreto de 1º de Junho de 1853	Em 8 de Abril de 1854		Passou para reserva
	José (...) do Couto (...)	Decreto de 11 de Março de 1868	Em 23 de Março de 1868		Mudou de residência
	Álvaro Coutinho de Alvarenga	Decreto de (...) Junho de 1870	Em 21 de Janeiro de 1871		

P. 4

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre Geral	Bernardino José Barros de Araujo	Decreto de 1º de Julho de 1853	Em (...) Julho de 1853			Falleceu
	Odorico José Machado	Decreto de 17 de Julho de 1880	Em 14 de Setembro de 1880		Promovido a Capitão Quartel Mestre	

P. 5

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Cirurgião Mor	Dr. Carlos (...) Fernandes	Decreto de 11 de Setembro de 1853	Em 11 de Outubro de 1853			
	Dr. Fernando Gomes (...)	Decreto de 25 de Setembro de 1862	Em (...) de Setembro de 1863			Falleceu

P. 6

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante do 1º Batalhão	Bernardino da Costa Sarmiento	Decreto de 8 de Março de 1853	Em 22 de Março de 1853			Reformado
	Alpheu Adolpho Monjardim de A. Almeida	Decreto de 21 de Março de 1868	Em 31 de Março de 1868			

P. 7

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major	Torquato Caetano Simões	Designado para este posto em... de 18 Confirmado em Decreto de 23 de Agosto de 1867	Apostilla de 18			Reformado
	Sebastião Fernandes de Oliveira	Designado pelo acto de 18 Confirmado pelo Decreto de 11 de Agosto de	Apostilla de 18			

		1869				
--	--	------	--	--	--	--

P. 8

Província do Espírito Santo

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Sebastião Fernandes de Oliveira	Resolução de 28 de Maio de 1853	Em 22 de Julho de 1853			(...) a Capitão da 6ª Companhia
	Manoel Correa de Lirio	Idem de 22 de Novembro de 1859	Em 21 de Fevereiro de 1860		Promovido a Capitão da 4ª Companhia	
	Joaquim Correa de Lirio	Resolução de 28 de Novembro de 1870	Patente de 30 de Novembro de 1870		Idem a Cap. da 1ª Companhia	
	Antonio Rodrigues Pessoa	Idem de 31 de Janeiro 1871	Em 6 de Fevereiro de 1871			

P.9

Província do Espírito Santo

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Cirurgião-Mór	Francisco Barata	Resolução de 28 de Maio de 1853	Em de de 18			Reformado
	Dr. Ernesto (...) de Andrade e Oliveira	Idem de 16 de Março de 1868	Em 6 de Maio de 1868			

P. 10

Província do Espírito Santo

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretário	Antonio Augusto Nogueira da Gama	Resolução de 28 de Março de 1853	Em 29 de Agosto de 1853		Promovido a (...) da reserva	
	Domingos Vicente Gonçalves de Souza	Idem de 21 de Março de 1863	Em 24 de Março de 1863			Passou para o 2º Batalhão
	José Gonçalves Fraga	Idem de 1º de fevereiro de 1868	Em 8 de Fevereiro de 1868		Promovido a Capitão da 1ª C. do 1º B.	

P.11

Província do Espírito Santo

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	Francisco Pinto (...) de Azeredo	Resolução de 28 de Maio de	Em 13 de Junho de 1853			Foi transferido para a 1ª

		1853				Companhia no mesmo posto
	Adrião Nunes Pereira	Idem de 9 de Setembro de 1858	Em 28 de Setembro de 1858		Promovido a Tenente da 6ª Companhia	
	Aureliano Martins D'Azambuja Meirelles	Idem de 11 de Maio de 1863	Em 15 de Maio de 1863		Idem, idem, idem	
	Francisco Manuel da Fonseca Silva	Idem de 26 de Agosto de 1868	Em 26 de Agosto de 1868		Promovido a Capitão da 4ª C. do 1º B.	

P. 12

Província do Espírito Santo

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Venceslao da Costa Vidigal	Em 28 de Maio de 1853	Em 4 de Junho de 1853			Passou para o Batalhão de Reserva
	Francisco José de Abreu Costa	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 9 de Fevereiro de 1857			Idem, idem
	Torquato Caetano Simões	Idem de 22 de Novembro de 1859	Em 5 de Janeiro de 1860		Designado Major do Batalhão	
	Joaquim Correa de Lirio	Idem de 31 de Janeiro de 1871	Em 6 de Fevereiro de 1871			

P. 13

Província do Espírito Santo

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	João Manuel da Siqueira e Sá	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 13 de Outubro de 1853			
	Luiz Barbosa dos Santos	Idem, de 14 de Abril de 1863	Em 15 de Abril de 1863			Passou para a reserva
	Aureliano Martins d'Azambuja Meirelles	Idem, e 22 de Março de 1869	Apostilla de 21 de maio de 1869		Promovido a Capitão	
	Francisco Pinto de Siqueira	Idem em 26 de Novembro de 1872	Patente em 20 de Dezembro de 1872			

P. 14

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Pinto Homem de Azeredo	Em 2 de Outubro de 1856	Apostilla de 24 de Outubro de 1856		Promovido a tenente da 3ª Companhia	

	Aureliano Manuel Nunes Pereira	Res. de 12 de Outubro de 1858	Em 15 de Outubro de 1858		Idem a Tenente da 6ª C. de Reserva.	
	José Barbosa Pereira Espindula	Idem de 5 de Abril de 1866	Em 11 de Abril de 1866		Idem a Tenente da 6ª C.	
	José Pinto Homem d'Azeredo	Idem de 14 de Abril de 1873	Em 5 de Maio de 1873		Promovido a Tenente da 2ª C. da 1ª Seção de Batalhão da reserva	

P. 15

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Pinto Gomes Rezende	Em acto de 28 de Maio de 1853	Em 6 de Junho de 1853		Promovido a Capitão da 6ª C. do 2ª B.	
	Antonio José (...) de Araujo	Em acto de 2 de Outubro de 1856	Em 6 de Fevereiro de 1857		Promovido a Major Ajudante d'Ordens	
	José Martins d'Azambuja Meirelles	Em acto de 16 de Outubro de 1863	Em 15 de Dezembro de 1863			Foi addido ao Batalhão de Reserva
	Ignacio Pereira de Jesus Maria	Em acto de 6 de Abril de 1869	Patente de 9 de Abril de 1869			Reformado
	Aureliano Martins d'Azambuja Meirelles	Em acto de 26 de Novembro de 1872	Em 12 de Dezembro de 1872			
	Candido de Miranda (...)	Em acto de 14 de Abril de 1873	Em 5 de Junho de 1873			Falleceu

P. 16

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Torquato Caetano Simões	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 6 de Junho de 1853		Promovido a Capitão da 1ª C.	
	Alpheu Adolpho Monjardim d'Almeida	Idem de 22 de Novembro de 1859	Em 5 de Janeiro de 1860			Transferido para a 5ª Comp.
	José Alberto do Couto Teixeira	Idem, de 16 de Outubro de 1863	Em 24 de Outubro de 1863		Promovido a Cap. Secretário Geral	
	João da Malta Coelho	Idem de 26 de Agosto de 1868	Em 27 de Agosto de 1867		Promovido a Capitão da 2ª C. do 1º B.	

P. 17



Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Gonçalo Pinto de Amorim Machado	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 6 de Julho de 1853			
	Antonio Ignacio Rodrigues	Idem de 3 de Fevereiro de 1859	Em 3 de fevereiro de 1859			Agregado ao 5º Batalhão do Sul
	Emilio da Silva Coutinho	Idem de 16 de Outubro de 1863	Em 22 de Outubro de 1863			
	José Goulart de Souza	Idem de 13 de Agosto de 1869	Em 14 de Agosto de 1869		Promovido a Tenente da 3ª Comp.	
	Joaquim Correa de Lirio	Idem de 3 de Janeiro de 1870	Em 10 de Janeiro de 1870		Promovido a ten. Quartel Mestre	
	Francisco Pinto de Siqueira	Idem de 28 de Novembro de 1870	Em 3 de Dezembro de 1870		Promovido a tenente	
	Francisco (...) de Barcellos (...)	Transferido da 6ª Comp. por acto de 26 de Novembro de 1872	Apostilla de 3 de Dezembro de 1872			Falleceu

P. 18

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Antonio dos Reis Bastos	Resolução de 28 de Maio de 1853	Em 6 de Junho 1853			Transferido para a 5ª Companhia
	Manoel Ferreira de Faria (?)	Res. de 12 de Outubro de 1858	Em 15 de Outubro de 1858			Agregado ao 2º Batalhão
	Francisco Pinto Homem d'Azeredo	Res. de 29 de Julho de 1868	Em 1º de Agosto de 1868			Falleceu

P. 19

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel Ferreira de Faria	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 7 de Junho de 1853		Promovido a Capitão desta Companhia	
	Francisco Pinto Homem d'Azeredo	Res. de 12 de Outubro de 1856	Em 15 de Outubro de 1858			Obteve passagem para a 6ª Comp.
	Adrião Nunes Pereira	Res. de 4 de Junho de 1862,	Apostilla de 23 de Junho de		Promovido a Capitão	

		obteve passagem p/ esta da 6ª Comp.	1862		da 5ª Companhia	
	Joaquim Francisco da Costa	Res. de 16 de Março de 1868	Em 19 de Março de 1868		Idem, idem da 4ª Companhia	
	Theodoro Eutepe (...)	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em 27 de Agosto de 1868			
	José Goulart de Souza	Res. de 3 de Janeiro de 1870	Em 11 de Janeiro de 1870			

P. 20

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Candido Rodrigues Souto	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 24 de Agosto de 1853			
	Manuel Antonio de Assis	Res. de 2 de Out. de 1856	Em 13 de Outubro de 1853			Passou para o Batalhão da Reserva
	Theodoro Eutepe (...)	Res. de 5 de Abril de 1866	Em 11 de Maio de 1866		Promovido a tenente d'esta companhia	
	Manuel do Couto Teixeira Junior	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em 26 de Agosto de 1868		A Major Ajudante (...) servindo de Sec. do Comando Superior	Por Dec. de 17 de Junho de 1880

P. 21

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
Capitão	Francisco José de Abreu Costa	Res. de 28 de Março de 1853	Em 6 de Junho de 1853		Passou para a reserva
	Emilio João V(...)	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 11 de Outubro de 1856		
	Alpheu Adolpho Monjardim d'Almeida	Res. de 5 de Abril de 1866	Em 14 de Junho de 1866		Promovido a Tenente Cel. Comand. d'este Batalhão
	Joaquim Francisco da Costa	Res. de 29 de Julho de 1868	Em 1º de Agosto de 1868		
	Manuel Correa de Lirio	Res. de 28 de Novembro de 1870	Em 8 de Fevereiro de 1871		

P. 22

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
--------	-------	-----------------------	----------------------	----------------------	-------------

Tenente	Manoel Ferreira dos Passos Costa	Res. de 28 de Março de 1853	Não consta	Promovido a Capitão da 5ª Companhia	
	José Joaquim Carlos de Oliveira	Res. de 13 de Janeiro de 1854	Em 21 de Outubro de 1854		Falleceu
	Ignácio Pereira de Jesus Maria	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 11 de Outubro de 1856	Promovido a Capitão da 2ª Comp.	
	João Celmisostono de Carvalho Jr.	Res. de 6 de Abril de 1869	Em 7 de Abril de 1869	Promovido a Capitão da 5ª Comp.	
	Joaquim José do Nascimento	Res. de 28 de Agosto de 1869	Em 30 de Agosto de 1869		

P. 23

Província do Espírito Santo

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	José Joaquim Carlos d'Oliveira	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 20 de Julho de 1853		Promovido a Tenente d'esta Comp.	
	Ignacio Pereira de Jesus Maria	Res. de 13 de Junho de 1854	Em 31 de Janeiro de 1854		Promovido a tenente d'esta Comp.	
	Manuel Correa de Lirio	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 14 de Outubro de 1856		Promovido a Tenente Cel. M. do Batalhão	
	João Alberto do Couto Teixeira	Res. de 22 de Novembro de 1859	Em 21 de Dezembro de 1859		Promovido a Com. da 2ª Comp.	
	Joaquim Francisco da Costa	Res. de 16 de Outubro de 1863	Em 21 de Outubro de 1856		Promovido a ten. d'esta Companhia	
	João da Malta Coelho	Res. de 16 de Março de 1868	Em 30 de Março de 1868		Promovido a ten. da 2ª Comp.	
	Luiz Camões da Costa	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em 27 de Agosto de 1868		....	Falleceu

P. 24

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Observações
Capitão	José Fernando da Silva Malta	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta.		
	Manoel Ferreira dos Passos Costa	Res. de 13 de Janeiro de 1854	Em 4 de Abril de 1854		Reformado
	José Antonio dos Reis Bastos	Res. de 12 de Outubro de 1858; foi transferido da 3ª p/ esta Companhia	Apostilla de 20 de Outubro de 1858		Passou p/ a reserva

	Adrião Nunes Pereira	Res. de 16 de Março de 1868	Em 11 de Maio de 1868		Passou p/ a reserva
	João Crisostomo de Carvalho Junior	Res. de 28 de Agosto de 1869	Em 28 de Agosto de 1869		

P. 25

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Emílio João Valdetaro	Res. de 13 de Janeiro de 1854	Em 5 de Abril de 1854		Promovido a Capitão da 4ª Companhia	
	José Pinto Ribeiro	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 24 de Outubro de 1856			Reformado
	João Martins d'Azambuja Meirelles	Res. de 9 de Setembro de 1858	Em 17 de Setembro de 1858		Promovido a Capitão da 2ª Companhia	Passou p/ a reserva
	Candido de Miranda Freittas	Res. de 5 de Abril de 1866	Em 13 de Abril de 1866		Promovido a Capitão da 2ª Companhia	Passou p/ a reserva
	José Barboza Pereira Espindula	Res. de 14 de Abril de 1873	Em 23 de Junho de 1873			

P. 26

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Correa da Fraga	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta			
	José Pinto Ribeiro	Res. de 28 de Maio de 1854	Em 4 de Abril de 1854		Promovido a tenente desta companhia	
	Candido de Miranda Freitas	Res. 11 de Outubro de 1856	Em 13 de Outubro 1856		Promovido a tenente desta companhia	
	João Martins d'Azambuja Meirelles	Res. de 25 de Outubro de 1856	Em 3 de Janeiro de 1857		Promovido a tenente desta companhia	
	Frederico Martins d'Azambuja Meirelles	Res. 5 de Abril de 1866	Em 21 de Maio de 1866			
	José Ignácio da Silva	Res. de 28 de Agosto de 1869	Em 30 de Agosto de 1869		Promovido a Tenente	

P.27

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das	Data das	Juramento	Promoções	Observações
--------	-------	----------	----------	-----------	-----------	-------------

		Nomeações	Patentes	e Posse		
Capitão	José Pinto Pesrana	Res. de 25 de Maio de 1853	Não consta			
	Luiz Coutinho d'Alvarenga Rangel	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 4 de Novembro de 1856			
	Sebastião Fernandes d'Oliveira	Res. de 22 de Novembro de 1859	Em 9 de Janeiro de 1860			

P. 28

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Candido d'Almeida Falcão	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta			
	Luiz Coutinho d'Alvarenga Rangel	Res. de 13 de Janeiro de 1854	Em 9 de Fevereiro de 1854		Promovido a Capitão d'esta Companhia	
	João Manuel de Siqueira e Sá	Res. 2 de Outubro de 1856	Em 13 de Outubro 1856			
	Adrião Nunes Pereira	Res. 18 de Outubro de 1861	Em 12 de Novembro de 1861			Foi transferido p/ a 3ª Companhia
	Francisco Pinto Carmo de Azeredo	Res. 4 de Junho de 1862	Apostilla de 2 de Junho de 1862		Promovido a Capitão da 5ª Companhia	Foi transferido da 3ª p/ esta Companhia
	Aureliano Martins de Azambuja Meirelles	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em 27 de Agosto de 1868			Transferido no mesmo posto p/ a 1ª Comp.
	Pedro de Sant'Anna Lopes	Res. de 22 de Março de 1869	Em 24 de Março de 1869		Promovido a Capitão Com. da Comp. de artilharia	
	João Batalha Ribeiro	Res. de 13 de Agosto de 1869	Em 16 de Agosto de 1869			Falleceu

P. 29

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Ignacio Gonçalves Coelho	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 6 de Setembro de 1853			Passou para a reserva
	Manoel de Moraes Coutinho e Castro	Res. de 25 de Julho de 1857	Em 21 de Agosto de 1857			Idem, idem
	Luiz Barboza dos Santos	Res. de 22 de Novembro de	Em 26 de Agosto de		Promovido a Tenente da	

		1859	1859		1ª Companhia	
	João Batalha Ribeiro	Res. de 12 de Maio de 1863	Em 13 de Maio de 1863		Idem, idem d'esta Companhia	
	Pedro de Sant'Anna Lopes	Res. de 22 de Março de 1869	Em 24 de Março de 1869		Idem, idem d'esta Companhia	
	Antonio Rodrigues Pessoa	Res. de 13 de Agosto de 1869	Em 16 de Agosto de 1869		Idem, idem Quartel Mestre	
	Francisco Verachides(?) de Barcellos Freire(?)	Res. de 30 de Junho de 1871	Em 13 de Julho de 1871			Foi transferido p/ a 2ª Comp.
	José Pinto de (...) Junior	Em 26 de Novembro de 1872	Em 6 de Dezembro de 1872			

P. 30

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major	Raymundo Torres da Silva	Aggregado por acto de 17 de Novembro de 1864	Apostilla não consta			Ajudantes de ordens de (...)
	Joaquim José Gomes da Silva Netto	Aggregado ao Estado maior, por acto de 1º de Maio de 1875	Apostilla de 4 de maio de 1875			Ajudante de ordens do Comando Sup. do Sul. Por Portaria do Min. da Justiça de 30 de Outubro de 1883, obteve um anno de licença pra tratar da saúde de sua família

P. 31

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Secretário Geral	Basilio Carvalho (...)	Aggregado por Decreto de 29 de Maio de 1875	Apostilla de 2 de Junho de 1875			Do Comando Superior do Sul

P. 32

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre	João (...)	Aggregado por Decreto 18 de Abril de 1877	Apostilla de 22 de Abril de 1877			Quartel Mestre do Comando Superior do Sul

## P. 33

## Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major Comandante do esquadrão	Caetano Dias da Silva Junior	Aggregado de 21 de Janeiro 1877	Apostilla de 3 de Fevereiro de 1877			(...) Guarda nacional do Sul. - Reformado

## P. 34

## Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Pedro (...) Silva	(...) 1875	Apostilla não consta			
	João Antonio Crisostomo de Carvalho Junior	(...) 1875	(...) 1870			
	Pedro de Sant'Anna Lopes	(...) 1875	(...) 1870			

## P. 35

## Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Antonio (...) Rodrigues	Aggregado pela Res. de 11 de Novembro de 1872	Apostilla de 14 de Novembro de 1872			Ajudantes de ordens de (...)
	Manoel Teixeira da Silva Sarmento	Aggregado por acto de 6 de Maio de 1874	Apostilla de 15 de Maio de 1875			Ajudante de ordens do Comando Sup. do Sul. Por Portaria do Min. da Justiça de 30 de Outubro de 1883, obteve um anno de licença pra tratar da saúde de pessoa de sua familia

## P. 36

## Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Pedro de Sant'Anna Lopes	Aggregado por acto de 25 de Novembro de 1868	Apostilla de 30 de Novembro de 1868			
	João Crisostomo de Carvalho Junior	Aggregado pela Res. de 17 de Dezembro de 1868	Apostilla de 22 de Dezembro de 1868		Promovido a tenente desta companhia	

	Vicente Pinto Ribeiro	Aggregado pela Res. de 22 de Setembro de 1870	Apostilla de 20 de Dezembro de 1870			
	Antonio Alves de Siqueira	Aggregado pela Res. de 15 de Novembro de 1870	Apostilla de 25 de Novembro de 1870		Promovido a tenente desta companhia	
	Ayres Manuel Pinto Pereira	Aggegado pela Res. de 28 de Novembro de 1870	Apostilla de 1º de Dezembro de 1870		Promovido a tenente desta companhia	
	Augusto Cezar da Silva	Pela Resolução de (...) Janeiro de 1880	Apostilla de 8 de janeiro de 1880			

P. 37

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel	Bernardino da Costa Sarmiento	Por Decreto de 27 de Março de 1868 – Reformado	De 31 de Março de 1868			No posto de Coronel

P. 38

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major	Joaquim de Freytas Lyra	Reformado por Decreto de 19 de Outubro de 1870	Em 22 de Novembro de 1870			Ajudante d'ordens
	Torquato Caetano Simões	Reformado por Decreto de 7 de Dezembro de 1870	Em 14 de Janeiro de 1871			
	Caetano Dias da Silva Junior	Reformado por Decreto de 28 de Junho de 1878	Em 6 de Julho de 1878			Comandante do Esquadrão de Cavalaria do Sul – aggregado a este batalhão.

P. 39

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Ignacio Pereira de Jesus Maria	Reformado por acto de 17 de Julho de 1872	Em 9 de Agosto de 1872	...	...	Falleceu

P. 40

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante	Torquato Martins d (...) (...)	(...)	(...)			Falleceu



	(...)	(...)	(...)			Falleceu
	José	(...)	(...)			

P. 41

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major	José Pinto Gomes Rezende (?)	Designado por acto de 31 de Outubro de 1857 (...)				
	Manuel Caetano Simões	Designado (...) 1858				

P. 42

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Sebastião de Freytas Lyra	Res. de 23 de Maio de 1853	Não consta.			
	Joaquim Pereira das Neves Rangel	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 22 de Fevereiro de 1854			
	José Francisco Pinto Ribeiro	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 18 de Dezembro de 1868			Reformado n'este posto
	Emilio da Silva Coutinho	Res. de 24 de Dezembro de 1869	Em 24 de Dezembro de 1869	Promovido a Capitão da 1ª Companhia		

P. 43

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Cirurgião	Dr. Felippe (...)	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 10 de Setembro de 1853	...	...	Falleceu

P. 44

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretario	José Porfírio d'Almeida Coutinho	Res. de 28 de Março 1853	Em 25 de Julho de 1853		Promovido a tenente da 1ª (?) Companhia	
	João Francisco Pimentel	Res. de 13 de Janeiro de 1854	Em 21 de Fevereiro de 1854			
	Manoel Gonçalves de Barcellos	Res. de 2 de (...) de 1866	Em 13 de Agosto de 1866			
	Luiz José Furtado de	Res. de 23 de Agosto 1869	Em 30 de Agosto de			

	Mendonça		1869			
	João Francisco Fernandes Ribeiro	Res. de 16 de (...)de 1871	Em (...) 1871			

P. 45

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	Mariano de Souza Machado	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta			
	Antonio de Freytas Lira	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 7 de Março de 1854	Promovido a Tenente da 2ª Companhia		
	Francisco Pinto d'Azeredo Sarmiento	Res. de 15 de Dezembro de 1859	Em 17 de Janeiro de 1860			
	Carolino Julio d'Azeredo Sarmiento	Res. de 6 de Fevereiro de 1868	Em 16 de Março de 1868			Obteve passagem para a 5ª Comp. d'este Batalhão
	José Ribeiro da Silva Segundo	Res. de 23 de Abril de 1868	Em 24 de Julho de 1868			
	Manuel dos Santos Pereira	Res. de 28 de Agosto de 1869	Em 30 de Agosto de 1869			

P. 46

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Freyre d'Andrade	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta			
	Joaquim de Freytas Lira	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 23 de Janeiro de 1854			Reformado
	José Francisco Ribeiro	Res. de 24 de Dezembro de 1869	Em 28 de Dezembro de 1869			
	Domingos Vicente Gonçalves de Souza	Res. de 31 de Março de 1870	Em 1º de Abril de 1870	Promovido a Major Ajudante de Ordens		
	José Porfírio d'Almeida Coutinho	Res. de 24 de Janeiro de 1873	Em 5 de Abril de 1873			

P. 47

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Joaquim de Freytas Lira	Res. de (...) (...) 1853	Em (...) (...) 1853		Promovido a Capitão	

					d'esta Companhia	
	José Porfírio d'Almeida Coutinho	Res. (...) (...) 1852	Em (...) (...) 1852			Foi transferido para a 3ª Companhia
	Bernardino Ramalho de Araujo Malta	Res. (...) (...) 1869	Em (...) (...) 1869		Promovido a Capitão da 2ª Companhia	
	Domingo Vicente Gonçalves de Souza	Res. (...) (...) 1869	Em (...) (...) 1869		Promovido a Capitão d'esta Companhia	
	Zeferino Coutinho Ferreira Rangel	Res. (...) (...) 1870	Em (...) (...) 1870			

P. 48

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Armigio (?) de Merlo Ferreira Coutinho Rangel	Res. de (...) 1853	Em (...) (...) 1853			
	Joaquim Pereira Machado	Res. de (...) 1862	Em (...) (...) 1862		Promovido a tenente da 2ª Companhia	
	Mathias d'Almeida Coutinho	Res. de (...) 1863	Em (...) (...) 1863			
	Manuel Brandão d'Almeida	Res. de (...) 1869	Em (...) (...) 1869		Passou a Tenente de promoção (?), da 2ª Companhia	
	Antonio de Freytas Lyra Sobrinho	Res. de (...) 1870	Em (...) (...) 1870			
	Joaquim de Azeredo Rodrigues Braga	Res. de (...) 1870	Em (...) (...) de 1870			

P. 49

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Pereira Pimentel	Res. de (...) de Maio 1853	Em (...) de Agosto de 1852			Reformado
	Antonio de Freytas Lira	Res. de (...) de Agosto de 1868	Em 29 de Janeiro de 1869			Transferido para o Batalhão de Reserva
	Bernardino Ramalho d'Araujo Malta	Res. de (...) de Junho de 1869	Em 28 de Junho de 1869			Transferido para o Batalhão de reserva (?)

	Joaquim Pereira Machado	Res. de 30 de Setembro de 1870	Em 14 de Novembro de 1870			
--	-------------------------	--------------------------------	---------------------------	--	--	--

P. 50

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	(...) José de (...) Pinto	Res. de (...) (...) 1853	Não Consta			
	Antonio de (...) (...)	Res. de 15 de Dezembro de 1859	Em (...) de Fevereiro de 1860			
	Joaquim Pinto Machado	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 21 de Dezembro de 1868		Promovido a Capitão d'esta Companhia	
	Manuel Brandão de Almeida					

P. 51

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Coelho de Merlo	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta		Promovido a Tenente Quartel Mestre de Reserva	
	Manuel Martins Coutinho	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 23 de Março de 1854			
	Manuel Policarpo d'Almeida Braga	Res. de 10 de Março de 1862	Não consta		Promovido a Tenente da 1ª Companhia	
	Bernardino Ramalho de Araujo Malta	Res. de 30 de Dezembro de 1862	Em 16 de Março de 1863		Promovido a Tenente Quartel Mestre	
	José Francisco Pinto Ribeiro	Res. de 8 de Maio de 1863	Em 30 de Julho de 1863		Promovido a Tenente	
	Joaquim Francisco Pinto Ribeiro	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 20 de Fevereiro de 1869		Promovido a tenente da 1ª Companhia	
	Zeferino Coutinho Ferreira Rangel	Res. de 4 de Março de 1869	Em 1º de Junho de 1869			

P. 52

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim (...)	Res. de 28 de	Em 10 de			

	Pinto de Novaes	Maio de 1853	Agosto de 1853			
	Antonio Pinto Pestana Junior	Res. de 28 de Agosto de 1858	Em 23 de Setembro de 1858			
	João Pinto Gomes Rezende	Res. de 20 de Julho de 1863- transferido para esta companhia	Apostila de 25 de Julho de 1863			Por acto de 31 de Outubro de 1857 foi designado (...) – tendo sido dispensado por acto de 14 de Julho de 1858, saltou para a fileira – Reformado no posto de Capitão – Por acto de 11 de Setembro de 1868, tornou-se em efeito a reforma d'este oficial, foi reintegrado no mesmo posto de Capitão – Por acto de 24 de Dezembro de 1868, foi lhe concedido a (...) do posto de Capitão.
	Manuel Pinto Ribeiro dos Passos	Transferido por acto de 23 de Abril de 1868	Apostila de 20 de Junho de 1868			Da 2ª Companhia do Esquadrão de Cavallaria
	Ignacio de Almeida Trancoso	Res. de 4 de Março de 1869	Em 10 de Março de 1869		Promovido a Major	

P. 53

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Rodrigues Passos Sarmiento	Res. (...) 1854	(...) 1854			
	João da Costa da Silva Bernardo	(...) 1866	(...) 1866			
	José Porfírio d'Almeida Coutinho	(...) 1869	(...) 1869	Promovido a Capitão da 1ª Companhia		
	José (...) Siqueira Passos	Res. (...) 1872	Em (...) 1872			

P. 54

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Pinto de Siqueira Subtil	Res. de 28 de Maio de 1853	Não consta			
	Ignacio d'Almeida Trancoso	Res. de 8 de Maio de 1863	Em 15 de Maio de 1863		Promovido a tenente da 4ª Companhia	
	Manuel Antonio Gonçalves	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em 27 de Agosto de 1868			
	Emigdio de Siqueira Pinto d'Araujo	Res. de 4 de Março de 1869	Em 13 de Março de 1869			

P. 55

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 15 de Junho de 1853			Por acto de 4 de Agosto de 1863 foi suspenso para responder ao Conselho de disciplina – Por acto de 4 de Abril de 1868, foi transferido n'este posto a a Companhia de Artilharia
	Manuel d'Azeredo Sarmento	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Apostilla de 11 de Abril de 1869			

P. 56

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manule Pinto Ribeiro dos Passos	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 1º de Agosto de 1853		Promovido a Capitão da 3ª Companhia	
	Francisco Pinto de Azeredo Sarmento	Res. de 6 de Fevereiro de 1868	Em 2 de Março de 1868		Idem, idem, da 6ª Companhia	
	Ignacio de Almeida Trancoso	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 17 de Dezembro de 1868		Idem, idem da 3ª Companhia	
	Manuel Calmon do R(...) Cristão	Res. de 4 de Maio de 1869	Em 14 de Maio de 1869			

P. 57

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	José Rodrigues Ribeiro Borges(?)	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 1º de Agosto de 1853			
	João da Costa Silva Bernardo	Res. de 15 de Dezembro de 1859	Em 1º de Fevereiro de 1860		Promovido a tenente da 3ª Companhia	
	Manuel Calmon do R(...) Cristão	Res. de 8 de Maio de 1863	Em 15 de Maio de 1863		Idem, idem a tenente d'esta companhia	
	Luiz Pereira de Barcelos	Res. de 2 de Maio de 1866	Em 16 de Junho de 1866		Idem, idem, tenente da 6ª Companhia	
	Guilhermino (...) de Siqueira	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 23 de Dezembro de 1868			
	José dos (...) Fraga	Res. de 24 de Janeiro de 1873	Em 29 de Janeiro de 1873			

P. 58

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Caetano Simões	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 4 de Agosto de 1853		Designado Major do Batalhão em 14 de Julho de 1868	
	Manuel d'Azeredo Sarmento	Res. de 6 de Fevereiro de 1868	Em 16 de Março de 1866			Transferido para a 4ª Companhia
	José Furtado de Mendonça	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 3 de Março de 1869		Major Ajudante d'Ordens do Comando Superior do Centro por Dec. de 5 de Abril de 1873	
	Francisco Nunes do Amaral Pereira	Res. de 18 de Outubro de 1874	Em 23 de Fevereiro de 1875			Por acto de 1º de Abril de 1878 tornou-se sem effeito esta nomeação

P. 59

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel de Siqueira Dutra	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 7 de Julho de 1853			
	José Furtado	Res. de 23 de	Em 11 de		Promovido	

	de Mendonça	Abril de 1868	Julho de 1868		a Cap. d'esta Comp. <sup>a</sup>	
	Manuel Pinto da Silva	Em 11 de Dezembro de 1868	Em 26 de Janeiro de 1869			

P. 60

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Sebastião Vieira Machado	Res. de 28 de Maio de 1853	Em_ Não consta			
	Ernesto Emiliano de Mendonça	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 15 de Março de 1854			
	José Furtado de Mendonça	Res. de 30 de Dezembro de 1853	Em 15 de Março de 1854		Promovido a tenente d'esta Companhia	
	Francisco Ladislau Pereira Junior	Res. de 2 de Maio de 1866	Em 6 de Agosto de 1866			
	Carolino Julio de Azeredo Sarmiento	Res. de 23 de Abril de 1868	Apostilla de 9 de Novembro de 1868			Alferes Porta Bandeira transferido p <sup>a</sup> esta Comp. <sup>a</sup> . Nomeado Capitão por ocasião da última reforma de 17 de Outubro de 1882.

P. 61

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Antonio José Ferreira d'Araujo	Res. de 28 de Maio de 1853	Em 5 de Agosto de 1853		Promovido a Major Ajudante d'Ordens do Com. Sup. do Centro	
	José Pinto Gomes Rezende	Res. de 30 de Março de 1857	De 22 de Dezembro de 1857			Obteve passagem para a 3 <sup>a</sup> Comp.
	Antonio Pinto Pestana Junior	Res. de 20 de Julho de 1863	Apostilla de 26 de Fevereiro de 1866			Transferido da 3 <sup>a</sup> Comp. – Foi transf. desta Comp. para a artilharia onde ficou addido
	Francisco Pinto d'Azeredo Sarmiento	Res. de 23 de Abril de 1868	Em 2 de Julho de 1868			



P. 62

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Francisco Lima	Rs. de 30 de Dezembro de 1853	Em 27 de Abril de 1854			
	Luiz Pereira Barcellos	Res. de 18 de Dezembro de 1874	Em 24 de Fevereiro de 1875			Por acto de 1º Abril de 1878, tornou-se sem efeito esta nomeação

P. 63

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Vieira Cravo(?)	Em 30 de Dezembro de 1853	Em 28 de Março de 1853			
	José Joaquim de Siqueira	Res. de 15 de Dezembro de 1859	Em 26 de Abril de 1860			
	Daniel Nunes de Amaral Pereira	Res. de 26 de Agosto de 1868	Em de 18..			
	José Dulela(?) Rodrigues Atalaia	Res. de 11 de Dezembro de 1868	Em 24 de Dezembro de 1868			
	Luiz Pereira Pinto de Siqueira	Res. de 18 de Dezembro de 1874	Em 10 de Março de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878, tornou-se sem efeito esta nomeação

P. 64

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Antonio José de Mattos Lucena	Res. de 5 de Novembro de 1861	Apostilla de 24 de Dezembro de 1861			(...)
	José Manuel Nunes Ferreira	Res. de 17 de Abril de 1868	Não consta		(...)	(...)
	Manoel Freire de Paiva	Res. de 21 de Abril de 1868	Não consta		(...)	(...)

P. 65

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Antonio José de Salles	Res. de 23 de Agosto de 1875	Apostilla de 9 de Setembro de 1875			Do 5º Batalhão do Sul

P. 66

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Pereira Pimentel	Res. de 28 de Janeiro de 1868	Em 30 de Maio de 1868			
	Joaquim de Freytas Lira	Res. de 22 de Abril de 1868	Em 18 de Junho de 1868			

P. 67

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Joaquim Pereira das Neves Rangel	Res. de 22 de Abril de 1868	Em 2 de Julho de 1868			Quartel Mestre

P. 68

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Pinto Coutinho Rangel	Res. de 2 de Junho de 1853	Em 6 de Setembro de 1853 Em 6 de Setembro de 1853			Foi addido ao B. de Reserva
	Pedro de Sant'Anna Lopes	Res. de 11 de Agosto de 1869	Em 12 de Agosto de 1869			Obteve passagem para o B. do Centro
	José Joaquim da Rocha Pimentel	Res. de 2 de Outubro de 1876	Em 2 de Novembro de 1876			Por acto de 10 de Abril de 1878 foi declarada sem effeito esta nomeação

P. 69

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
1º Tenente	Pedro Antonio de Azeredo	Res. de 2 de Outubro de 1856	Em 15 de Novembro de 1856			Falleceu
	Manuel Augusto da Silveira	Em 13 de Junho de 1865	Em 13 de Julho de 1865			Por acto de de tornou-se sem effeito esta nomeação
	José Joaquim da Rocha Pimentel	Res. de 28 de Agosto de 1869	Em 19 de Outubro de 1869		Promovido a Capitão Com.	
	Miguel Batalha Ribeiro	Res. de 27 de Janeiro de 1877	Em 6 de Fevereiro de 1877			Por acto de 10 de Abril de 78, tornou-se sem effeito esta nomeação

P. 70

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações

2º Tenente	João Antunes Barboza Brandão	Res. de 12 de Fevereiro de 1857	Em 15 de Maio de 1857		Promovido a Tenente da 4ª Companhia do Batalhão de Reserva	
	Manuel Augusto da Silveira	Res. de 13 de Abril de 1860	Em 12 de Abril de 1860		Promovido a 1º tenente d'esta Companhia	
	José Joaquim da Rocha Pimentel	Res. de 13 de Janeiro de 1865	Em de de 1865		Promovido a 1º tenente d'esta Companhia	
	Miguel Batalha Ribeiro	Res. de 28 de Agostto de 1869	Em 1º de Setembro de 1869		Idem, idem a 1º Tenente d'esata Companhia	
	Manuel Pinto da Rocha Pimentel	Res. de 27 de Fevereiro de 1877	Em 3 de Maio de 1877			Por acto de 10 de Abril de 78 declarou-se sem efeito esta nomeação.

P. 71

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas					
	Antonio Pinto Pestana Junior					

P. 72

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Feo Toscano	Res. de 10 de Setembro de 1856	Em 11 de Dezembro de 1856			
	Ignacio de Salles Braga	Res. de 7 de Novembro de 1868	Em 23 de Dezembro de 1868		Promovido a tenente da 2ª Companhia	
	Ignacio Antonio de Amaral	Res. de 25 de Outubro de 1876	Em 20 de Novembro de 1876			Por acto de 10 de Abril de 78, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 73

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Domingues dos Barros		Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 3 de Janeiro de 1857		

	Manuel da Rocha Pimentel Sobrinho		Res. de 25 de Outubro de 1876	Em 20 de Novembro de 1876		Por acto de 10 de Abril de 78, tornou-se sem efeito esta nomeação
--	-----------------------------------	--	-------------------------------	---------------------------	--	---

P. 74

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Joaquim Fernandes Franco	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 5 de Janeiro de 1857		Promovido a Capitão da 2ª Companhia	
	Luiz da Fraga Feo	Res. de 7 de Novembro de 1868	Em 4 de Fevereiro de 1869		Idem, idem, idem	
	João Cardoso Castello	Res. de 16 de Setembro de 1869	Em 26 de Novembro de 1869		...	Nomeado Capitão em 1882 por ocasião de reforma.

P. 75

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Cardozo Castello	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 22 de Novembro de 1856			Reformado
	Joaquim Fernandes Franco	Res. de 7 de Novembro de 1868	Em 23 de Novembro de 1868			Reformado
	Luiz da Fraga Feo	Res. de 16 de Novembro de 1869	Em 31 de Dezembro de 1869			

P. 76

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Firmino Pinto Loureiro	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 3 de Dezembro de 1856			Reformado
	Ignacio de Salles Braga	Res. de 25 de Outubro de 1876	Em 28 de Fevereiro de 1877			Por acto de 10 de Abril de 78, tornou-se sem efeito esta nomeação

P. 77

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Fernandes de Miranda	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 12 de Dezembro de 1856			
	Joaquim	Res. de 24 de	Em 7 de		Promovido	

	Rodrigues Bernado	Outubro de 1870	Novembro de 1870		a tenente da 3ª Companhia	
	João de Fraga Pereira	Res. de 25 de Outubro de 1876	Em 15 de Fevereiro de 1877			Por acto de 10 de Abril de 78, tornou-se sem efeito esta nomeação

P. 78

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Fernandes de Azeredo	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 22 de Novembro de 1856			
	Manuel Joaquim Pereira	Res. de 24 de Outubro de 1870	Em 12 de Novembro de 1870			

P. 79

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel Joaquim Pereira	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 22 de Novembro de 1856		Promovido a Capitão d'esta Companhia	
	Manuel da Rocha Pimentel Sobrinho	Res. de 24 de Outubro de 1870	Em 17 de Dezembro de 1870			
	Joaquim Rodrigues Bernardo	Res. de 25 de Outubro de 1876	Em 27 de Novembro de 1846			Por acto de 10 de Abril de 78, tornou-se sem efeito esta nomeação

P. 80

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Belarmino da Silva Borges	Res. de 10 de Novembro de 1856	Em 3 de Janeiro de 1857			
	João Cardoso Castello	Res. de 11 de Março de 1859	Em 19 de Abril de 1869			
	Manuel da Rocha Pimentel Sobrinho	Res. de 16 de Setembro de 1869	Em 25 de Outubro de 1869		Promovido a tenente d'esta Companhia	
	Manuel Neves Barboza	Res. de 24 de Outubro de 1870	Em 7 de Novembro de 1870			

P. 81

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
--------	-------	--------------------	-------------------	-------------------	-----------	-------------

Capitão	Manuel Cardoso Castello	Res. de 15 de Maio de 1865	Em 5 de Junho de 1865			
	Joaquim Fernandes Franco	Res. de 2 de Setembro de 1869	Em 26 de Outubro de 1869			

P. 82

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Firmino Pinto Loureiro	Res. de 5 de Julho de 1853	Em 2 de Agosto de 1873			

P. 83

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante	Fernando Antonio Ferreira Castello	Decreto de 21 de Maio de 1859	Em 22 de Julho de 1859			Falleceu
	Cel. (?) Manuel Feliciano Muniz Freyre	Decreto de 6 de Abril de 1867	Em 3 de Maio de 1867			Falleceu
	José Ribeiro Coelho	Decreto de 11 de janeiro de 1873	Em 25 de Janeiro de 1873			

P. 84

Província do Espírito Santo

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major	José Marcelino Pereira de Vasconcellos	Res. de 17 de Junho de 1869	Apostilla de 30 de Junho de 1869			Designando p. <sup>a</sup> servir de major n'este batalhão na qualidade de Capitão da 2. <sup>a</sup> Companhia. Falleceu.

P. 85

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Joaquim Coelho de Mello	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 24 de Novembro de 1859		Promovido a Capitão da 4. <sup>a</sup> Companhia	
	Gonçalo Pinto de Amorim Machado	Res. de 16 de Março de 1868	Em 3 de Junho de 1868			
	João Antonio Pessoa Junior	Res. de 13 de Agosto de 1869	Em 17 de Agosto de 1869		Promovido a Capitão da 1. <sup>a</sup> Companhia	
	Ignacio Gonçalves Coelho	Res. de 4 de Fevereiro de 1870	Em 14 de Fevereiro de 1870			

	Justiniano Rodrigues de Freytas	Res. de 9 de Setembro de 1873	Em 24 de Setembro de 1873		Promovido a Capitão da 3ª Companhia	
	Antonio José Pereira Cassilhas(?)	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 2 de Setembro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se sem efeito esta nomeação- Nomeado tenente em 1883 por ocasião de reforma..

P. 86

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretário	Manuel das Neves Carnier(?)	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 3 de Dezembro de 1859		Promovido a ten. da 2ª Companhia	
	Vicente Pinto Ribeiro	Res. de 16 de Março de 1868	Em 20 de Março de 1868			Obteve passagem para o Batalhão da activa
	Joaquim Carlos d'Oliveira Guimarães	Res. de 16 de Outubro de 1863	Em 10 de Novembro de 1863			
	Diogo Carlos Fetuliano(?) de Vasconcellos	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 20 de Julho de 1864			Mudou se residência
	Leonidas Francisco de Paula Carnier (?)	Res. de 4 de Outubro de 1870	Em 8 de Outubro de 1870		Promovido a ten. da 4ª Companhia	
	Philomeno d'Andrade Gomes Rezende	Res. de 18 de Dezembro de 1870	Em 11 de Março de 1871			Pro acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se sem efeito esta nomeação. Nomeado Ten. Ajud. em 1883 por ocasião de reforma.

P. 87

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	João Antonio Pessoa Junior	Res. de 2 de Outubro de 1859	Em 18 de Novembro de 1859		Promovido a Ten. Quartel Mestre	
	Henrique Gonçalves Laranja	Res. de 13 de Agosto de 1869	Em 17 de Agosto de 1869		Promovido a Tenente da 4ª Companhia	
	Justiniano Rodrigues de	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 19 de Setembro de		Promovido a Tem.	

	Freytas		1873		Quartel Mestre	
	Joaquim José Dias Machado	Res. de 9 de Setembro de 1873	Em 19 de Setembro de 1873			

P. 88

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Venceslao da Costa Vidigal	Res. de 12 de Outubro de 1859	Apostilla de 27 de Junho de 1859			Achava-se addido a este Batalhão_ Reformado
	João Antonio Pessoa Junior	Res. de 4 Fevereiro de 1870	Em 7 de Fevereiro de 1870			Foi transferido p. <sup>a</sup> o Batalhão da activa no qual fica aggregado
	José Ribeiro Coelho	Res. de 12 de Agosto de 1870	Em 26 de Agosto de 1870		Promovido a Ten. Cel. Comandante	
	Manuel das Neves Carier(?)	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 12 de Junho de 1873	...	...	Falleceu

P. 89

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Bernardino de Salles M(...) Furtado	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 10 de Novembro de 1859			
	João Manuel da Fonseca Silva Filho	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 9 de Agosto de 1864			Obteve passagem para a 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> do 5 <sup>o</sup> Batalhão do Sul
	Manuel Antonio Villas Boas	Res. de 16 de Março de 1868	Em 15 de Abril de 1868			Reformado
	Luiz Barboza dos Santos	Res. de 2 de Janeiro de 1869	Apostilla de 4 de Janeiro de 1869			Transferido do 1 <sup>o</sup> Batalhão da activa – 1 <sup>a</sup> Comp.
	Domingos Francisco do Nascimento	Res. de 8 de Maio de 1871	Em 11 de Maio de 1871		Promovido a Cap. da 1 <sup>a</sup> Companhia	
	Francisco da Rocha Togano(?)	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 24 de Setembro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78 foi declarado sem efeito esta nomeação

P. 90

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Antonio Villas Boas	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 21 de Novembro de 1859		Promovido a Ten. d'esta Comp.	
	Estanislau	Res. de 12 de	Em 6 de			



	Vanderley	Outubro de 1859	Dezembro de 1859			
	Francisco da Rocha Togano(?)	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 8 de Outubro de 1864		Promovido a Tem. d'esta Comp.	
	Antonio d'Almeida Coelho	Res. de 16 de Março de 1868	Em 28 de Março de 1868			Ausentou-se da Capital
	José da Rocha Togano(?)	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 24 de Setembro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78 declarou-se sem efeito esta nomeação
	João Baphtista Grijó	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 9 de Outubro de 1875			Idem, idem, idem

P. 91

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Marcelino Pereira de Vasconcellos	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 14 de Novembro de 1859		Designado p. <sup>a</sup> o posto de Major	
	Domingos Francisco do Nascimento	Res. de 1 de Agosto de 1875	Em 18 de Outubro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78, sem efeito esta nomeação

P. 92

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel Gonçalves Victoria	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 29 de Novembro de 1859			Por acto de 27 de Julho de 1863, foi (...) deste posto
	Manuel das Neves Carnier(?)	Res. de 16 de Outubro de 1863	Em 23 de Outubro de 1863		Promovido a Cap. da 1 <sup>a</sup> Comp.	
	Ayres Loureiro de Albuquerque Tosão	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 30 de Abril de 1873		Promovido a Cap. da 5 <sup>a</sup> Comp.	
	Isidro José Capanica(?)	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 27 de Agosto de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878, foi declarado sem efeito esta nomeação

P. 93

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Gonçalo Pinto de Amorim Machado	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 7 de Janeiro de 1870		Promovido a Ten. Quartel Mestre deste Bat.	
	Ignacio	Res. de 12 de	Em 10 de		Promovido a	

	Gonçalves Coelho	Outubro de 1859	Novembro de 1859		Ten. Quartel Mestre deste Bat.	
	Aurelio Deocleciano Nobre de Figueira	Res. de 16 de Março de 1868	Em 13 de Abril de 1868			
	Ayres Manuel Pinto Pereira	Res. de 18	Não consta			Transferido para o Bat. de activa onde ficou aggregado
	Martinho Suplicio Jorge dos Santos	Res. de 30 de Novembro de 1870	Em 1º de Dezembro de 1870		Promovido a Ten. da 4ª Comp.	
	Ayres Loureiro de Albuquerque Tosão	Res. de 16 de Outubro de 1872	Em 18 de Outubro de 1872		Promovido a Ten. d'esta Comp.	
	Isidro José Capanica(?)	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 30 de Abril de 1873		Promovido a Ten. d'esta Comp.	
	Augusto Cezar da Silveira	Res. de 12 de Agosto de 1875	Em 23 de Agosto de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878, foi declarado sem effeito esta nomeação

P. 94

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Justiniano Martins Meirelles	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em de 18			Falleceu
	Justiniano Rodrigues de Freytas	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 11 de Outubro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se sem effeito a nomeação deste official.

P. 95

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Gonçalves Espindula	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 25 de Novembro de 1859		Promovido a Cap. da 5ª Comp.	
	Manuel Prudencio Rodrigues Atalaia	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 9 de Agosto de 1864			

P. 96

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel	Res. de 12 de	Em 17 de		Promovido a	

	Prudencio Rodrigues Atalaia	Outubro de 1859	Novembro de 1859		Ten. d'esta Comp	
	Firmino d'Almeida e Silva	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 9 de Novembro de 1859			
	José Ribeiro Coelho	Res. de 2 de Março de 1861	Em 13 de Março de 1861		Promovido a Ten. da 4ª Comp.	
	Pedro de Sant'Anna Lopes	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 2 de Agosto de 1864			Obteve passagem para o 1º Batalhão da activa
	João Chrisostomo de Carvalho Junior	Res. de 9 de Dezembro de 1868	Em 10 de Dezembro de 1868			Idem, idem
	Domingos Francisco de Nascimento	Res. de 21 de Dezembro de 1868	Em 22 de Dezembro de 1868		Promovido a Ten. da 1ª Comp.	
	Mariano Ferreira Nazareth	Res. de 16 de Fevereiro de 1869	Em 15 de Maio de 1869			
	Domingos da Silva Ferreira Castello	Res. de 8 de Maio de 1871	Em 20 de Julho de 1871			

P. 97

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Francisco Ladislau Pereira	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 16 de Novembro de 1859			Falleceu
	Joaquim Coelho de Mello	Res. de 16 de Março de 1868	Em 12 de Junho de 1868			
	Luiz Coutinho d'Alvarenga	Res. de 7 de Novembro de 1868	Apostilla de 12 de Novembro de 1868			Capitão da 6ª Comp. do Batalhão da activa, foi nomeado p.ª esta_ Reformado
	Martinho Suplicio Jorge dos Santos	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 29 de Abril de 1873			

P. 98

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Pinto Ribeiro	Res. de 12 de Outubro de 1859	Não consta			

	José Ribeiro Coelho	Res. de 16 de Fevereiro de 1869	Em 27 de Fevereiro de 1869		Promovido a Cap. da 1ª Comp.	
	José Antunes Barboza Brandão	Res. de 12 de Agosto de 1870	Em 22 de Agosto de 1870			2º Ten. de Artilharia foi nomeado para esta
	Martinho Suplicio Jorge dos Santos	Res. de 16 de Outubro de 1872	Em 18 de Outubro de 1872		Promovido a Cap. desta Companhia	
	Henrique Gonçalves Laranja	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 10 de Maio de 1873			
	Leonidas Francisco de Paula Carnier	Res. de 18 de Dezembro de 1874	Em 15 de Março de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 99

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	João da Victoria Lima	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 18 de Outubro de 1859			
	Sebastião Vieira Machado	Res. de 12 de Outubro de 1859	Em 3 de Janeiro de 1860		Promovido a tem. da 6ª Comp.	
	Manuel Pinto Correa	Res. de 16 de Fevereiro de 1869	Em 18 de Fevereiro de 1869			Falleceu

P. 100

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Gonçalves Espíndula	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 4 de Junho de 1864			Falleceu
	João Manuel Nunes Ferreira	Res. de 16 de Março de 1868	Em 19 de Março de 1868			Obteve passagem para o 2º Batalhão da activa
	José Pinto Ribeiro de Barcellos	Res. de 16 de Fevereiro de 1869	Em 2 de Março de 1869			Reformado
	Ayres Loureiro de Albuquerque Tosão(?)	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 11 de Setembro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78 foi declarado nullo

P. 101

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Antonio Augusto Nogueira da Gama	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 30 de Junho de 1864			

P. 102

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Rodrigues Pereira	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 4 de Agosto de 1864		Promovido a Tenente Coronel chefe do Estado Maior do Comando Superior	
	João Manuel da Fonseca Silva Filho	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 1º de Junho de 1864		Promovido a tenente da 1ª Companhia	
	João Gonçalves Coutinho	Res. de 25 de Abril de 1873	Em 28 de Maio de 1873			

P. 103

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Bernardino de Salles (...) Furtado	Res. de 28 de Maio de 1864	Não consta			
	Aureliano Manuel Nunes Pereira	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 9 de Agosto de 1864			Falleceu
	Henrique Gonçalves Laranja	Res. de 18 de Dezembro de 1874	Em 8 de Fevereiro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78, foi declarado sem efeito esta nomeação

P. 104

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Aureliano Manuel Nunes Pereira	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 2 de Julho de 1864		Promovido a Capitão desta Companhia	
	João Manuel Nunes Ferreira	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 24 de Agosto de 1864		Promovido a Cap. da 5ª Companhia	

	Sebastião Vieira Machado	Res. de 16 de Março de 1868	Em 8 de Abril de 1868	....	.....	Falleceu
--	--------------------------	-----------------------------	-----------------------	------	-------	----------

P. 105

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Antonio Pereira de Sant'Anna	Res. de 28 de Maio 1864	Em 8 de Junho de 1864			
	João Manuel Nunes Perreira	Res. de 28 de Maio de 1864	Em 4 de Junho de 1864		Promovido a tem. desta Companhia	
	Antonio Ayres de Aguiar	Res. de 6 de Agosto de 1864	Em 9 de Agosto de 1864			Obteve passagem para o 1º Batalhão da activa
	Antonio José Pereira C(...)	Res. de 17 de Novembro de 1870	Em 18 de Novembro de 1870		Promovido a Tem. Quartel Mestre deste B.	
	Joaquim José Ribeiro da Silva	Res. de 21 de Agosto de 1875	Em 18 de Outubro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 106

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Francisco José de Abreu Costa	Res. de 21 de Outubro de 1859	Apostilla de 7 de Janeiro de 1860			Da 4ª Comp. do 1º B. da activa. Falleceu
	Luiz Coutinho de Alvarenga Rangel	Res. de 21 de Outubro de 1859	Apostilla de 15 de Novembro de 1869			Da 6ª Comp.ª do 1º B. da activa
	Venceslau da Costa Vidigal	Res. de 27 de Outubro de 1856	Apostilla de 17 de Junho de 1869			Da 1ª Comp.ª do 1º B. do Centro-passou a servir na 1ª Comp. deste Batalhão. Falleceu
	Francisco de Rodrigues Barcellos Freyre	Decreto de 13 de Novembro de 1867	Não consta			Secretário Geral do batalhão do Centro.
	José Antonio dos Reis Bastos	Res. de 19 de Fevereiro de 1868	Em 9 de Outubro de 1869			Da 5ª Companhia do 1º Batalhão do Centro
	José Martins de Azambuja Meirelles	Res. de 24 de Março de 1869	Apostilla de 3 de Maio de 1869			Da 2ª Comp. do 1º B. do Centro

	Antonio de Freytas Lyra	Res. de 2 de Junho de 1869	Ap. de 8 de Out. de 1869			Da 2ª Comp. do 2º B. do Centro
	José Pinto Coutinho Rangel	Res. de 7 de Agosto de 1869	Ap. de 22 de Agosto de 1869			Da Comp. de artil. do Esp. Santo. Falleceu
	Adrião Nunes Pereira	Res. de 24 de Agosto de 1869	Ap. de 22 de Out. de 69			Da 5ª Comp. do 1º B. do Centro
	Bernardino Ramalho d'Araujo Malta	Res. de 29 de Agosto de 1870	Ap. de 26 de Novembro de 70			Da 2ª Comp. do 2º B. do Centro

P. 107

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Marcellino Pereira de Vasconcellos	Res. de 13 de Setembro de 1859	Apostilla de 1º de Outubro de 1859		Promovido a Cap. da 2ª Comp. deste B.	Da 5ª Comp. do 5º B. do Sul

P. 108

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel de Moraes Coutinho e Castro	Res. de 3 de Novembro de 1859	Em 10 de Novembro de 1859	Da 6ª Comp. do 1º B. do Centro. Falleceu		
	Manuel Martins Coutinho	Res. de 26 de Junho de 1860	Apostilla de 27 de Setembro de 1860	Da 2ª Comp. do 2º B. do Centro		
	Manuel Antonio de (...)	Res. de 8 de Novembro de 1865	Apostilla de 14 de Fevereiro de 1866	Da 3ª Comp. do 1º B. do Centro		

P. 109

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Venceslao da Costa Vidigal	Res. de 16 de Dezembro de 1869	Em 22 de Dezembro de 1869			Da 1ª Comp. <sup>a</sup>
	Luiz Coutinho d'Alvarenga Rangel	Res. de 15 de Abril de 1873	Em 16 de Abril de 1873			Da 4ª Comp. <sup>a</sup>
	João Pinto Ribeiro de Barcellos	Res. de de	Em 6 de Julho de 1875			Da 5ª Comp. <sup>a</sup>

P. 110

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das	Data das	Juramento	Promoções	Observações
--------	-------	----------	----------	-----------	-----------	-------------

		Nomeações	Patentes	e Posse		
Tenente	Manuel Antonio Villas Boas	Res. de 29 de Abril de 1871	Em 12 de Maio de 1871			Da 1ª Comp. Falleceu

P. 111

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Comandante	Heliodoro Gomes de Azambuja Meirelles	Res. de 17 de Jan. de 1859	Em 26 de Jan. de 1859			
	Joaquim Pereira de Aguiar	Res. de 19 de Novembro de 1867	Em 3 de Dezembro de 1867			

P. 112

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Correa de Azeredo Rocha	Res. de 3 de Fevereiro de 1859	Patente de ...			
	Francisco Urbano de Vasconcellos	Res. de 3 de Fevereiro de 1859	Em 24 de Fevereiro de 1859			
	Francisco Fernandes de Miranda	Res. de 29 de Julho de 1868	Em 29 de Agosto de 1868			

P. 113

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Fernandes de Miranda	Res. de 3 de Fevereiro de 1859	Em 12 de Abril de 1859		Promovido a Tem. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Miguel Pereira do Nascimento Neves	Res. de 13 de Fevereiro de 1859	Em 14 de Fevereiro de 1859			
	Manuel Correa de Azeredo Rangel	Res. de 8 de Março de 1862	Em 22 de Abril de 1862			
	José Nunes Barboza	Res. de 29 de Julho de 1868	Em 10 de Agosto de 1868			

P. 114

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	Manuel Antonio Fernandes dos Santos	Res. de 23 de Abril de 1863	Apostilla de 27 de Maio de 1863			Do 4º B. da G. N. do Norte



P. 115

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Coronel Comandante Superior	Antonio Rodrigues da Cunha	Decreto de 24 de Agosto de 1853	Em 31 de Maio de 1854			
	Matheus Antonio dos Santos	Decreto de 30 de Abril de 1864	Em 31 de Julho de 1864			
	Constantino Gomes da Cunha	Decreto de 10 de Junho de 1868	Em 16 de Junho de 1868			
	Olindo Gomes dos Santos Paiva	Decreto de 29 de Maio de 1869	Em 7 de Junho de 1868	Em 6 de Julho de 1869		Por despacho de 24 de Abril de 1879, obteve tres mezes de licença p <sup>a</sup> ir a Corte tratar de negocios de seu interesse. Por Portaria de 15 de (...) 1879 obteve 6 mezes de licença p <sup>a</sup> ir a Corte tratar de negócios de seu interesse. (...) Falleceu

P. 116

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Chefe do Estado Maior	Joaquim da Silva Caldas	Decreto de 12 de Abril de 1854	Em 26 de Maio de 1854			
	Ignacio de Mello Coutinho Vieira Machado	Decreto de 27 de Abril de 1864	Em 11 de Maio de 1864			Mudou de residência
	Dr. Graciano dos Santos Neves	Decreto de 11 de Agosto de 1869	Em 7 de Outubro de 1869			
	Caetano Bento de Jesus Silveiras	Decreto de 24 de Julho de 1872	Em 31 de Julho de 1872			

P. 117

Provincia do Espírito Santo

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major Ajudante	Constantino Gomes da	Decreto de 18 de Julho de	Em 5 de Agosto de			Nomeado Tem. Cel. Com. do 3º

d'Ordens	Cunha	1857	1857			Batalhão
	José Gomes Sodré	Decreto de 18 de Julho de 1857	Em 29 de Julho de 1857			
	Antonio Rodrigues da Cunha Jr.	Decreto de 24 de Dezembro de 1859	Em 28 de Dezembro de 1859			
	Adeodato Antonio dos Santos	Decreto de 17 de Junho de 1880				

P. 118

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Secretário Geral	Manuel Lopes de Azeredo Junior	Decreto de 24 de Setembro de 1859	Em 8 de Dezembro de 1859			

P. 119

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre Geral	Antonio de Araujo Leite	Decreto de 18 de Julho de 1857	Em 29 de Junho de 1857			
	Leonel Joaquim de Almeida Fundão	Decreto de 17 de Junho de 1880				

P. 120

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante do Batalhão	Matheos Antonio dos Santos	Decreto de 24 de Agosto de 1853	Em 31 de Maio de 1854		Promovido a Coronel Comand. Superior	
	Constantino Gomes da Cunha	Decreto de 29 de Maio de 1858	Em 9 de Junho de 1858		Promovido a Cel. Com. Sup.	
	Severino Pedrosa do Amaral Brandão	Decreto de	Em de			Suspenso por tempo indeterminado, de conformidade com o art. 61 da Lei n.º 602 de 19 de Set. de 1850, pelo Decreto de 3 de Maio de 1853
	Manoel José Rodrigues d'Oliveira	Decreto de 17 de Junho de 1880	Em 14 de Setembro de 1880			

P. 121

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Manuel José Rodrigues d'Oliveira	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 30 de Abril de 1856			
	Luiz José dos Santos Guimarães	Res. de 1º de Maio de 1865	Em 9 de Julho de 1865		Promovido a Cap. da 1ª Comp. <sup>a</sup>	
	Ricardo José da Cunha	Res. de 13 de Março de 1868	Em 12 de Maio de 1868			

P. 122

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Cirurgião	Sebastião José Barboza	Res. de 3 de Agosto de 1868	Em 13 de Agosto de 1868			

P. 123

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretário	Manuel Joaquim de Azeredo Coutinho	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	Antonio de Araujo Leite Junior	Res. de 28 de Agosto de 1857	Em 17 de Outubro de 1857			
	Joaquim Francisco da Silva	Res. de 22 de Setembro de 1869	Em 25 de Novembro de 1869			

P. 124

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	Ricardo José da Cunha	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 21 de Abril de 1856		Foi promovido a Tem. Quartel Mestre deste B.	
	Clarindo Joaquim d'Almeida Fundão	Res. de 3 de Março de 1868	Em 30 de Março de 1868			

P. 125

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Affonso Martins	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 8 de Abril de 1856			

	Luiz José dos Santos Guimarães	Res. de 3 de Março de 1868	Em 1º de Abril de 1868			
--	--------------------------------	----------------------------	------------------------	--	--	--

P. 126

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Monteiro de Moraes	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 8 de Abril de 1856			
	José dos Santos Neves(?)	Res. de 3 de Março de 1868	Em 29 de Abril de 1868			

P. 127

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Luiz José dos Santos Guimarães	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 21 de Abril de 1856		Promovido a Tem. Quartel Mestre deste B.	
	José Alves da Fonseca	1º de Maio de Res. de 1865	Em 17 de Junho de 1865			

P. 128

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Caetano Bento de Jesus Silvares	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 3 de Junho de 1856		Promovido a tem. Cel Chefe	
	Damazo Pinto Selroza(?)	Res. de 3 de Março de 1868	Em 29 de Abril de 1868			
	Adeodalo Antonio dos Santos	Res. de 23 de Setembro de 1869	Apostila de 18 de Novembro de 1869		A Major Sec. d'Ordens Sec. Geral	Transferido da 3ª Companhia

P. 129

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Lourenço José da Cunha	Res. de 22 de Fevereiro de 1856	Em 6 de Maio de 1856			
	Damazo Pinto Selroza	Res. de 22 de Dezembro de 1858	Em 28 de Março de 1859			
	Miguel Teixeira da Silva Sarmiento	Res. de 3 de Março de 1868	Em 11 de Maio de 1868			Foi aggregado ao 1º Batalhão do Centro

P. 130

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Damazo Pinto Celroza	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 22 de Abril de 1856		Foi promovido a Ten. desta Companhia	
	Miguel Teixeira da Silva Sarmiento	Res. de 22 de Dezembro de 1858	Em 25 de Fevereiro de 1859		Promovido a ten. desta Companhia	
	Antonio José de Oliveira Cunha	Res. de 3 de Março de 1868	Em 7 de Agosto de 1868			

P. 131

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Raulino Francisco d'Oliveira	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 23 de Abril de 1856			Reformado
	Adeodato Antonio dos Santos	Em 3 de Março de 1868	Em 19 de Março de 1868			
	Ernesto Antonio dos Santos	Em 23 de Setembro de 1869	Em 9 de Dezembro de 1869			Obteve passagem para a 2ª Comp. <sup>a</sup> deste B.

P. 132

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Gomes dos Santos	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	José Joaquim d'Almeida Fundão	Res. de 28 de Agosto de 1857	Em 22 de Dezembro de 1857			
	Adeodato Antonio dos Santos	Res. de 28 de Fevereiro de 1866	Em 7 de Junho de 1866		Promovido a Capitão desta Comp. <sup>a</sup>	
	Ernesto Antonio dos Santos	Res. de 3 de Março de 1868	Em 19 de Março de 1868			
	Ignacio Antonio Cardoso	Res. de 22 de Setembro de 1869	Em 10 de Dezembro de 1869			

P. 133

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Adeodato Antonio dos Santos	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 1º de Abril de 1856		Promovido a Ten. desta	

					Comp. <sup>a</sup>	
	Ernesto Antonio dos Santos	Res. de 28 de Fevereiro de 1866	Em 7 de Junho de 1866		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Adrelino Leite de Barcellos	Res. de 22 de Setembro de 1869	Em 8 de Novembro de 1869			

P. 134

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Ignacio Ribeiro de Lirio Rangel	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 12 de Março de 1856			
	Cosme Francisco da Malta(?)	Res. de 15 de Março de 1865	Em 13 de Junho de 1865			Reformado
	José Pedro Rangel	Res. de 3 de Março de 1868	Em 28 de Abril de 1868			Reformado

P. 135

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Cosme Francisco da Malta(?)	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 9 de Maio de 1856		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Pedro Rangel	Res. de 15 de Março de 1865	Em 14 de Junho de 1865		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Antonio Aquino	Res. de 3 de Março de 1868	Em 30 de Abril de 1868			

P. 136

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	José Pedro Rangel	Res. de 22 de Abril de 1856	Em 22 de Abril de 1856		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Antonio Aquino	Res. de 15 de Março de 1865	Em 20 de Abril de 1865		Promovido a Tem. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Cosme da Malta	Res. de 3 de Março de 1868	Em 11 de Julho de 1868			

P. 137

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações

Capitão	Antonio Rodrigues da Cunha Jr.	Res. de 20 de fevereiro de 1856	Em 22 de Abril de 1856		Promovido a Major Ajud. de Ordens	
	Gothardo José Esteves	Res. de 15 de Março de 1865	Em 9 de Junho de 1865			Reformado
	Sebastião José de Amorim Maciel	Res. de 3 de Março de 1868	Em 30 de Julho de 1868			

P. 137

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Gothardo José Esteves	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 14 de Agosto de 1856		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Sebastião José d'Amorim Maciel	Res. de 15 de Março de 1865	Em 10 de Junho de 1865		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Manuel Francisco da Silva Ta(...)	Res. de 3 de Março de 1868	Em 1º de Abril de 1868			

P. 138

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Sebastião José d'Amorim Maciel	Res. de Fevereiro de 1856	Em 20 de Maio de 1856		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Manuel Francisco da Silva Tathé	Res. de 27 de Junho de 1865	Em 19 de Julho de 1865		Promovido a Tem. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Ignácio José Esteves Junior	Res. de 28 de Fevereiro de 1866	Em 16 de Abril de 1866			
	Antonio José Vieira de Faria	Res. de 2 de Agosto de 1870	Em 26 de Setembro de 1870			

P. 139

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Ribeiro de Jesus Silves	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 3 de Junho de 1856			Reformado
	José Pereira Alexandrino d'Almeida	Res. de 3 de Março de 1868	Em 1º de Abril de 1868			

P. 140

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das	Data das	Juramento	Promoções	Observações
--------	-------	----------	----------	-----------	-----------	-------------

		Nomeações	Patentes	e Posse		
Tenente	José Alexandrino d'Almeida	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 10 de Abril de 1856		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Francisco Luiz Duarte Carneiro	Res. de 3 de Março de 1868	Em 21 de Abril de 1868			

P. 141

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Luiz Duarte Carneiro	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 4 de Abril de 1856		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Roque José Gomes	Res. de 27 de Junho de 1865	Em 22 de Julho de 1865			
	Severino Pedroso do Amaral Brandão	Res. de 3 de Março de 1868	Em 11 de Julho de 1868			
	José Francisco Lopes da Costa	Res. de 22 de Setembro de 1869	Em 25 de Novembro de 1869			

P. 142

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Joaquim de Campos	Res. de 14 de Junho de 1865	Apostilla não consta			Do 13º B. da G. nacional da cidade(?) de Campos, na Prov. <sup>a</sup> do Rio de Janeiro

P. 143

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	José dos Santos Neves	Res. de 16 de Janeiro de 1866	Apostilla não consta			Do 5º B. da Prov. <sup>a</sup> da Bahia

P. 144

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Cosme Francisco da Malta	Res. de 5 de Julho de 1866	Em 17 de Agosto de 1866			Da 4ª Companhia
	Raulino Francisco d'Oliveira	Res. de 10 de Outubro de 1867	Em 18 de Dezembro de 1867			Da 3ª Companhia
	Gothardo José Esteves	Res. de 4 de Janeiro de 1868	Em 9 de Abril de 1868			
	Caetano Bento de Jesus Silvares	Res. de 4 de Janeiro de 1868	Em 29 de Abril de 1868			



	José Affonso Martins	Res. de 4 de Janeiro de 1868	Em 30 de Abril de 1868			
	Manuel Ribeiro de Jesus Silveiras	Res. de 4 de Janeiro de 1868	Em 1º de Maio de 1868			
	Damaso Pinto Selroza	Res. de 19 de Fevereiro de 1869	Em 12 de Agosto de 1869			
	José Pedro Rangel	Res. de 18 de Agosto de 1874	Em 19 de Agosto de 1874			

P. 145

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante	José Martins da Silva Paixão	Decreto de 24 de Agosto de 1853	Em 12 de Abril de 1854			
	Quintino da Rosa Loureiro	Decreto de 6 de Abril de 1867	Em 3 de Maio de 1867			
	José Alves da Cunha Bastos	Decreto de 8 de Fevereiro de 1873	Em 1º de Março de 1873			Em acto nº 15 de (...) de 1879 (...) o Coma. Superior do Norte e tem lhe passado o proprietário
	Luiz da Rosa Loureiro	Dec.º de 17 de Junho de 1880				

P. 146

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Miguel Pinto Ribeiro	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 18 de Agosto de 1856			

P. 147

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretário	José Pinto de Miranda e Sá	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			Transferido para a 3ª Companhia deste B.
	Antonio Machado Bittencourt e Mello	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 24 de Agosto de 1857		Promovido a Ten. da 4ª Comp. <sup>a</sup>	
	Francisco Alves da Malta	Res. de 17 de Janeiro de 1872	Em 15 de fevereiro de 1872			

P. 148

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta	Antonio	Res. de 20 de	Em 8 de Maio			Obteve

Bandeira	Fernandes dos Santos	Fevereiro de 1856	de 1856			passagem para a Comp. <sup>a</sup> de Reserva da Serra
	José da Rocha Coutinho So(...)	Res. de 2 de março de 1870	Em 9 de Junho de 1870			

P. 149

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Joaquim d'Almeida	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	Manuel Francisco Féo(?)	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 30 de Maio de 1857			

P. 150

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel Francisco Féo	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta		Promovido a Cap. desta Companhia	
	Quintino da Roza Loureiro	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 30 de Maio de 1857		Promovido a Tem. Cel. deste B.	
	José da Rocha Coutinho	Res. de 2 de Março de 1870	Em 20 de Junho 1870			

P. 151

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel dos Santos Simões	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	Luiz de Fraga Féo	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 29 de Maio de 1857			
	José das (...) Coutinho	Res. de 15 de Dezembro de 1858	Em 11 de Fevereiro de 1859			
	Manuel de Azeredo Rangel	Res. de 2 de Dezembro de 1870	Em 10 de Junho de 1870			

P. 152

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Luiz da Roza Loureiro	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 28 de Julho de 1856			A Ten. Cel. Comand. do 3º B.

P. 153

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Antonio das Neves Silva	Res. de 2 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	José Alves da Cunha Bastos	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 26 de Maio de 1857			Promovido a Cap. da 3ª Comp. <sup>a</sup>
	José Pinto da Miranda e Sá	Res. de 17 de Janeiro de 1872	Em 15 de Fevereiro 1872			

P. 154

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Marcelino Pinto Siqueira	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	Marcelino Pinto Loureiro	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 1º de Junho de 1857			
	Manuel Pereira da Silva Paixão	Res. de 7 de Janeiro de 1872	Em 17 de Fevereiro de 1872			

P. 155

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	José Barboza Ribeiro Pereira	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 21 de Agosto de 1856			
	José Alves da Cunha Bastos	Res. de 2 de Março de 1870	Em 11 de Maio de 1870		Promovido a Ten. Cel. deste Batalhão	

P. 156

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Martins da Silva	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 10 de Julho de 1856			

P. 157

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Antonio dos Santos Coutinho	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Não consta			
	José Pinto de Miranda e Sá	Res. de 24 de Abril de 1857	Em 6 de Julho de 1857			
	José Figueira	Res. de 17 de	Em 15 de		Promovido a	

	de Carvalho	Janeiro de 1872	Fevereiro de 1872		Ten. da 4 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	José Ribeiro Pinto de Mattos	Res. de 25 de Novembro de 1872	Em 26 de Novembro de 1872			

P. 158

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Antonio de Almeida Calmon	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 12 de Novembro de 1856			
	Antonio Machado Bittencourt e Mello	Res. de 25 de Novembro de 1872	Em 26 de Novembro de 1872			

P. 159

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Thomaz de Almeida Calmon	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 25 de Julho de 1856			
	Antonio Machado Bittencourt e Mello	Res. de 17 Janeiro de 1872	Em 15 de Fevereiro de 1872		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Delgado Figueira de Carvalho	Res. de 25 de Novembro de 1872	Em 26 de Novembro de 1872			

P. 160

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Alexandre Francisco da Silva Calmon	Res. de 20 de Fevereiro de 1856	Em 24 de Julho de 1856			
	Joaquim Francisco da Silva Calmon	Res. de 7 de Janeiro de 1872	Em 17 de Fevereiro de 1872			

P. 161

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Norte

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Antonio Ignacio Rodrigues	Res. de 20 de Setembro de 1870	Apostilla de 3 de Outubro de 1870			Da 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> do 5 <sup>o</sup> Batalhão do Sul Passou a ser addido ao 1 <sup>o</sup> B. do Centro

P.162

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Coronel Comandante Superior	João Nepomuceno Gomes Bittencourt	Decreto de 28 de Fevereiro 1852	Em 20 de Abril de 1852			Reformado por acto de 1º de Junho de 1867_ Patente de 29 de Julho de 1867
	Bel. Joaquim Antonio de Oliveira Seabra	Decreto de 1º de Junho de 1867	Em 8 de Junho de 1867			Reformado por Decreto de 19 de Setembro de 1877_Patente de 6 de Outubro de 1877
	Francisco Martins d'Azambuja Meirelles	Decreto de 14 de Junho de 1879	De 28 de Junho de 1879	Prestou juramento por procuração a 15 de Julho de 1879		Cumpra-se de 15 de Julho de 1879. Em 22 de Julho de 1879 assumiu o cargo de Comandante Superior Por despacho de 3 de Novembro de 1880, obteve 30 dias de licença para ir a corte tratar de negócio de seu interesse

P. 163

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Chefe do Estado Maior	Heliodoro Gomes Pinheiro	Decreto de 28 de Fevereiro de 1852	Em 30 de Maio de 1852			Reformado
	Bel. Joaquim Pires d'Amorim	Decreto de 10 de Junho de 1868	Em 16 de Junho de 1868			

P. 164

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major Ajudante d'Ordens	Antonio da Silva Po(...)	Decreto de 11 de Agosto de 1852	Em 10 de Dezembro de 1852			Reformado
	Francisco Manuel Souto Maior	Decreto de 10 de Setembro de 1852	E 13 de Janeiro de 1852			Falleceu
	Francisco Gomes Bittencourt	Decreto de 30 de Março de 1864	Em 14 de Maio de 1864			Falleceu
	Joaquim	Decreto de 18	Em 7 de			

	Gomes Pinheiro da Silva	de Setembro de 1869	Outubro de 1869			
	Joaquim José Gomes da Silva Netto	Decreto de 18 de Setembro de 1869	Em 7 de Outubro de 1869			

P. 165

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Centro

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Secretário Geral	Joaquim dos Santos Braga	Decreto de 10 de Setembro de 1852	Em 20 de Abril de 1853			
	Joaquim Luiz da Silva Quintaes	Decreto de 20 de Julho de 1864	Em 6 de Agosto de 1864			
	Basilio Carvalho Daemon(?)	Decreto de 18 de Setembro de 1869	Em 7 de Outubro de 1869			Foi aggregado ao 1ª Batalhão do Centro

P. 166

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre geral	José Tavares de Bruma Silva	Decreto de 10 de Setembro de 1852	Em 14 de Dezembro de 1852			Reformado
	Caetano Dias da Silva Junior	Decreto de 20 de Julho de 1864	Em 6 de Agosto de 1864		Promovido a Major de Esquadrão de Cavallaria	
	João Manuel da Fonseca Silva	Decreto de 18 de Setembro de 1869	Em 7 de Outubro de 1869			Foi aggregado ao 1º B. do Centro

P. 167

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Cirurgião Mór	Dr. Manuel Gomes Bittencourt	Decreto de 1º de Agosto de 1855	Em 8 de Agosto de 1855			
	Dr. Antonio Olintho Pinto Coelho	Decreto de 11 de Março de 1868	Em 23 de Março de 1868			

P. 168

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante	Francisco José Alves da Silva	Decreto de 28 de Fevereiro de 1851	Em 20 de Maio de 1852			
	João Rodrigues	Decreto de 27 de Agosto de	Em 3 de Setembro de			

	Barboza	1856	1856			
--	---------	------	------	--	--	--

P. 169

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Joaquim José Alves	Res. de 16 de Junho de 1853	Em 29 de Agosto de 1853		Promovido a Cap. da 2ª Companhia	
	José Monteiro Coutinho de Merlo	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 28 de Dezembro de 1867			

P. 170

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Cirurgião	Dr. Oliveira Barboza	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 20 de Fevereiro de 1868			Por acto de 13 de Jan. de 1871_ foi privado(?) do posto

P. 171

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretário	Emilio José Gomes da Silva Fa(...)	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 15 de Junho de 1853		Passou para a 1ª Comp. <sup>a</sup>	
	Eduardo Bello de Araujo	Res. de 4 de Jan. de 1858	Em 19 de Março de 1858		Promovido a ten. da 2ª Comp. <sup>a</sup> do Esq. de Caval. <sup>a</sup>	
	Antonio Ignácio Rodrigues	Res. de 25 de Novembro de 1867	Apostilla de 30 de Dezembro de 1867			Mudou-se p. <sup>a</sup> o Norte e foi addido ao 4ª B.
	Luiz Aniceta Pessanha	Res. de 22 de Fevereiro de 1868	Em 23 de Março de 1868			Por acto de 13 de Jan. foi privado (?) do posto (1871)
	Conrado Gonçalves Viana	Res. de 7 de Fevereiro de 1871	Em 20 de Abril de 1871			Falleceu

P. 172

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Bandeira	Francisco José da Costa Guimarães	Res. de 7 de Junho de 1853	Não consta			
	Francisco de Salles Ferreira	Res. de 31 de Dezembro de 1853	Em 16 de Janeiro de 1854			

P. 173

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	João Rodrigues Barboza	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 4 de Junho de 1853		Promovido a Tem. Cel. Com. d'este B.	
	Francisco Gomes Bittencourt	Res. de 14 de Novembro de 1856	Apostilla de 4 de Fevereiro de 1857		Promovido a major Ajud. d'ordens	
	Fer(...) Borges da Silva	Res. de 26 de Março de 1866	Apostilla de 1º de Setembro de 1866			Da 1ª Comp. <sup>a</sup> do 2º Esquadrão do Sul, obteve passagem para esta Comp. <sup>a</sup>

P. 174

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Joaquim Marcellino da Silva Lima(?)	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 4 de Junho de 1853		Promovido a Cap. da 1ª Comp. <sup>a</sup> avulsa da activa de Alegre	
	Joaquim Antonio da Fonseca Bahiense	Res. de 26 de Maio de 1862	Em 12 de Julho de 1862		Promovido a Cap. da 3ª Comp. <sup>a</sup>	
	João Manuel da Fonseca Silva Filho	Res. de 29 de Novembro de 1865	Apostilla de 6 de Fevereiro de 1866		Promovido a Cap. Quartel Geral do Comando Superior	Transferido da 3ª Comp. <sup>a</sup> do Batalhão de reserva
	Bento José da Rocha	Res. de 26 de Novembro de 1867	Em 26 de Dezembro de 1867		Promovido a Cap. da 4ª Comp. <sup>a</sup>	
	Antonio Ignacio Rodrigues	Res. de 27 de Maio de 1868	Apostilla de 3 de Julho de 1868			Transferido da 4ª Comp. <sup>a</sup> d'este B. Mudou-se p. <sup>a</sup> o Norte, ficado aggregado ao 4º B.
	Joaquim José Gomes as Silva Netto	Res. de 30 de Jan. <sup>o</sup> de 1869	Apostilla de 3 de Fevereiro de 1869			Da Comp. <sup>a</sup> avulsa da Reserva foi addido a esta comp. <sup>a</sup> por ter obtido passagem para a activa
	Emilio José Gomes da Silva Fa(...)	Res. de 2 de Agosto de 1870	Em 25 de Agosto de 1870			



P. 175

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Luiz Moreira da Silva Lima	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 4 de Junho de 1853			
	Emilio José Gomes da Fa(...)	Res. de 23 de Outubro de 1857	Apostilla de 12 de Dezembro de 1857		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	Alferes Secret. deste B. foi transferido p. <sup>a</sup> esta Comp. <sup>a</sup>
	Bernardino José Maciel	Res. de 2 de Agosto de 1870	Em 23 de Agosto de 1870			

P. 176

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Archanjo José de Souza	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 6 de Junho de 1853			
	Joaquim José Alves Filho	Res. de 25 de Novembro de 1867	Res. de 26 de Novembro de 1867			

P. 177

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Francisco José da Fonseca Lopes	Res. de 17 de Junho de 1853	Não consta			
	Antonio José Alves da Silva	Res. de 31 de Dezembro de 1853	Em 16 de Jan. de 1854			
	João Correia d'Almeida Souza	Res. de 22 de Fevereiro de 1868	Em 23 de Março de 1868			

P. 178

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Antonio José Alves da Silva	Res. de 17 de Junho de 1853	Em 29 de Agosto de 1853		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	
	Ignacio de Loyolla e Silva	Res. de 31 de Dezembro de 1853	Em 16 de Jan. <sup>o</sup> de 1859		Promovido a Ten. da 4 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	João Carrier de Souza	Res. de 28 de Março de 1859	Em 31 de Março de 1859		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	Por acto de 7 de Out. <sup>o</sup> de 59_sanou-se o engano no nome d'este alferes que chama-se João Carrier de Almeida Souza

	Francisco Dias da Silva Pinheiro	Res. de 26 de Maio de 1862	Em 6 de Junho de 1862		Promovido a Ten. da 3ª Comp. <sup>a</sup>	
	Francisco d'Azambuja Meirelles	Res. de 6 de Junho de 1864	Em 9 de Setembro de 1864		Promovido a Ten. da 2ª Comp. <sup>a</sup> do 2º Esq. de Cavall. <sup>a</sup>	
	Francisco Fernandes da Silva Lima	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 21 de Fevereiro de 1868			
	Manuel dos Santos Pereira	Res. de 28 de Fevereiro de 1868	Em 23 de Março de 1868			Transferido p. <sup>a</sup> a 4ª Comp. <sup>a</sup>
	Felix Franc. <sup>o</sup> de Oliveira e Silva	Res. de 21 de Novembro de 1870	Em 3 de Jan. <sup>o</sup> de 1871			

P. 179

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	João Barboza de Lima	Res. de 31 de Dezembro de 1853	Em 16 de Janeiro de 1854			
	Joaquim Antonio da Fonseca Bahiense	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 26 de Dezembro de 1867			

P. 180

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	João (...) Accioli de Vasconcellos	Res. de 7 de Junho de 1853	Não consta			
	Luiz José Alves	Res. de 31 de Dezembro de 1853	Em 16 de Jan. de 1854			
	Francisco Dias da Silva Pinheiro	Res. de 6 de Junho de 1854	Em 9 de Setembro de 1864			

P. 181

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Franc. <sup>o</sup> Gomes	Res. de 7 de Junho de 1853	Em 24 de Agosto de 1853			
	Joaquim Luiz de Azevedo Quintaes	Res. de 28 de Março de 1859	Em 11 de Outubro de 1859			
	José Bernardino de Senna	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 24 de Dezembro de 1867			

P. 182

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Cleonorio Vieira Machado da Cunha	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 31 de Agosto de 1853			
	Bento José da Rocha	Res. de 22 de Fevereiro de 1868	Em 25 de Fevereiro de 1868			

P. 183

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Sabrino José Correia	Res. de 15 de Abril de 1853	Em 21 de Junho de 1853			
	Antonio Ignacio Rodrigues	Res. de 22 de Fevereiro de 1858	Em 23 de Março de 1868			Transferido p. <sup>a</sup> a 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>
	Ignacio de Loyolla e Silva	Res. de 22 de Julho de 1868	Em 24 de Julho de 1868			Foi reformado no posto de Capitão, por acto de 29 de Dezembro de 1883

P. 184

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Bento José da Rocha	Res. de 17 de Junho de 1853	Em 15 de Junho de 1853		Promovido a Ten. da 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Raymundo Pires de Amorim	Res. de 28 de Março de 1859	Em 28 de Março de 1859		Promovido a Ten. da Comp. <sup>a</sup> avulsa do Alegre(?)	
	Francisco de Fraga Quiteto	Res. de 25 de Novembro de 1867	Em 21 de Fevereiro de 1868			
	Antonio José de Salles	Res. de 22 de Julho de 1868	Em 24 de Julho de 1868			Mudou-se p. <sup>a</sup> a Cap. <sup>a</sup> e foi addido ao 2 <sup>o</sup> B. do Centro
	Francisco Fernandes da Silva Lima	Res. de 1 <sup>o</sup> de Junho de 1872	Apostilla de 18 de Julho de 1872			Transferido da 2 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> d'este B.

P. 185

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre Geral	Francisco de Souza Monteiro	Res. de 12 de Março de 1859	Apostilla de 12 de Março de 1859			Da Guarda Nacional de Mariana da

						Prov. <sup>a</sup> de Minas Geraes
--	--	--	--	--	--	------------------------------------

P. 186

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Lucio José da Fonseca	Res. de 12 de Agosto de 1868	Não consta apostilla			Da G. Nacional da Prov. <sup>a</sup> do Rio de Janeiro

P. 187

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Joaquim Antonio da Fonseca Bahiense	Res. de 14 de Novembro de 1856	Apostilla de 17 de Dezembro de 1856		Promovido a Ten. da 1 <sup>a</sup> Companhia ~	Da antiga Guarda Municipal

P. 188

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Francisco Machado Carrier	Res. de 14 de Novembro de 1856	Apostilla de 17 de Dezembro de 1856			
	Antonio Ignacio Rodrigues	Res. de 17 de Jan. <sup>o</sup> de 1866	Apostilla de 23 de Março de 1866		Promovido a Alferes Secretario d'este B.	Da 2. <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> do 1 <sup>o</sup> Batalhão do Centro

P. 189

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Chefe do Estado Maior	Heliodoro Gomes Pinheiro	Decreto de de 1868	Não consta			Reformado no mesmo posto

P. 190

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major ajudante d'ordens	Antonio da Silva Pasa(?)	Decreto de 11 de Dezembro de 1867	Em 17 de Janeiro de 1868			Reformado no mesmo posto

P. 191

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão Quartel Mestre Geral	José Francisco de Brum e Silva	Decreto de 15 de janeiro de 1862	Em 26 de Março de 1862			Reformado no mesmo posto

P. 192

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Sabrino José Coelho	Res. de 7 de Fevereiro de 1868	Em 18 de Fevereiro de 1868			Tenente da 4ª Comp. <sup>a</sup> reformado no posto de Capitão

P. 193

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Coronel Comandante	Manuel de Jesus Miranda	Decreto de 28 de Fevereiro de 1852	Em 31 de Julho de 1852			
	José Gomes d'Oliveira	Decreto de 28 de Setembro de 1861	Em 5 de Outubro de 1861			

P. 194

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente Quartel Mestre	Joaquim de Miranda Fraga	Res. de 28 de Setembro de 1852	Não consta			
	José Joaquim de Campos	Res. de 14 de Setembro de 1856	Em 28 de Novembro de 1856			
	Manuel Pereira Rodrigues Brandão	Res. de 22 de Novembro de 1858	Em 24 de Dezembro de 1858			

P. 195

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Secretario	José Monteiro Coutinho de Merlo	Res. de 26 de Setembro de 1852	Em 30 de Outubro de 1852			
	Antonio Rufino da Fonseca	Res. de 14 de Novembro de 1856	Em 15 de Dezembro de 1856			
	Domingos da Silva Lima	Res. de 14 de Maio de 1870	Em 20 de Maio de 1870			Obteve passagem p. <sup>a</sup> a Reserva
	Jacinto Antonio de Jesus Mattos	Res. de 14 de Setembro de 1875	Em 12 de Janeiro de 1876			Por acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se em effeito esta nomeação

P. 196

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Francisco da	Res. de 28 de setembro de	Em 30 de Outubro de			

	Silva	1852	1852			
	Francisco José da Silva	Res. de 28 de Jan. de 1878	Em 28 de Jan. de 1878			Por acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 197

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Antonio de Mello	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 30 de Outubro de 1852			
	Manuel Ribeiro da Costa	Res. de 22 de Novembro de 1858	Em 8 de Jan. de 1859			
	Alexandrino Pires Martins	Res. de 16 de Abril de 1868	Em de 186			
	Joaquim Franc.º Pereira Ramos	Res. de 6 de Fevereiro de 1869	Em 19 de Fevereiro de 1869		Promovido a Capitão da 3ª Companhia	
	José Henrique Bourguignou	Res. de 14 de Dezembro de 1875	Em 10 de Fevereiro de 1876			Por acto de 10 de Abril de 1878, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 198

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Pereira Rodrigues Brandão	Res. de 28 de Setembro de 1852	Res. de 22 de Dezembro de 1852		Promovido a Ten. Quartel Mestre	
	Joaquim Franc.º Pereira Ramos	Res. de 22 de Novembro de 1858	Em 7 de Dezembro de 1858		Promovido a Tem. d'esta Comp. <sup>a</sup>	
	Felype Franc.º dos Santos	Res. de 24 de Março de 1863	Em 10 de Abril de 1863		Promovido a Ten. da 2ª Companhia	
	Francisco José da Silva	Res. de 4 de Março de 1869	Em 4de Março de 1869		Promovido a Ten. da 3ª Companhia	
	Franc.º José Gonçalves	Res. de 4 de Fevereiro de 1869	Em 10 de Março de 1869			
	Manuel dos Passos Martins	Res. de 6 de Fevereiro de 1871	Em 8 de Fevereiro de 1871		Promovido a Ten. da 3ª Companhia	
	Heliodoro José Gomes Pinheiro	Res. de 26 de Jan. de 1878	Em 28 de Jan. de 1878			Por Res. de 10 de Abril de 1878 – declarou-se em efeito esta nomeação

P. 199

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim Antonio de Oliveira	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 30 de Outubro de 1852			Major Graduado
	Fabiano Pires Martins	Res. de 16 de Abril de 1868	Não consta			
	Hermes José Alves Rangel	Res. de 6 de Fevereiro de 1871	Em 8 de Fevereiro de 1871			

P. 200

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Manuel Antonio Correa	Res. de 28 de setembro de 1852	Em 22 de Jan. de 1853			
	Felippe Fran.º dos Santos	Res. de 4 de Março de 1869	Em 8 de Abril de 1869			

P. 201

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Manuel Ribeiro da Costa	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 13 de Jan. de 18853		Passou a Ten. da 1ª Comp. <sup>a</sup>	
	Hermes José Alves Rangel	Em 22 de Novembro de 1858	Em 7 de Dezembro de 1858			Foi transferido p. <sup>a</sup> a 3ª Comp. <sup>a</sup>
	Alexandrino Pires Martins	Res. de 24 de Março de 1853	Em 11 de Abril de 18863		Promovido a Ten. da 1ª Companhia	
	José Ignácio de Sena	Res. de 16 de Abril de 1868	Patente de de			
	José Henrique Bourguignou	Res. de 16 de Abril de 1868	Em de de		Promovido a Ten. da 1ª Comp. <sup>a</sup>	
	Herculano ferreira Rangel	Res. de 14 de Dezembro de 1875	Em 15 de Dezembro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878 – declarou-se sem effeito esta nomeação

P. 202

Officiais da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Ignacio de Loyolla e Silva	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 31 de Dezembro de 1852			

	Joaquim Franc. <sup>o</sup> Pereira Ramos	Res. de 26 de Jan. de 1875	Em 16 de Fevereiro de 1875			Por acto de 10 de Abril de 1878 declarou-se sem efeito esta nomeação.
--	---	----------------------------	----------------------------	--	--	---

P. 203

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Fabiano Pires Martins	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 30 de Outubro de 1853		Promovido a Cap. da 2 <sup>a</sup> Companhia	
	Hermes José Alves Rangel	Res. de 16 de Abril de 1868	Em de de		Promovido a Cap. da 2 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Francisco José da Silva	Res. de 6 de Fevereiro de 1871	Em 8 de Fevereiro de 1871		Promovido a Cap. da 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Manuel dos Passos Martins	Res. de 26 de Jan. de 1868	Em 28 de Jan. de 1878			Por acto de 10 de Abril de 78, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 204

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim José Vieira Nunes	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 31 de Dezembro de 1852			
	Antonio Pires Martins	Res. de 24 de Março de 1863	Em 11 de Abril de 1863			
	Hermes José Alves Rangel	Res. de 27 de Julho de 1867	Apostilla de			
	Ignacio Antonio Cardoso	Res. de 3 de Março de 1868	Em de			Transferido da 2 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> deste B.
	Joaquim Marques Baptista	Res. de 16 de Abril de 1868	Em de			

P. 205

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim Moraes da Conceição Imperial	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 22 de Dezembro de 1852			Tenente da 4 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> reformado no posto de Capitão

P. 206

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
--------	-------	--------------------	-------------------	-------------------	-----------	-------------



Tenente	Manuel da Silva Simões	Res. de 28 de Setembro de 1875	Em de _ de _			Por acto de 18 de Dezembro de 1865, foi suspenso do posto p. <sup>a</sup> responder o Conselho de Discip. <sup>a</sup>
---------	------------------------	--------------------------------	--------------	--	--	--

P. 207

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Vicente Ferreira Borges	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 22 de Dezembro de 1852			
	Joaquim Furtado de Sant'Anna	Res. de 28 de Setembro de 1853	Em 13 de Jan. de 1853			
	José Manuel de Oliveira	Em 22 de Outubro de 1869	Em 24 de Novembro de 1869			

P. 208

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim Ramalhette Maria	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 18 de Novembro de 1852			

P. 209

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	José Marcellino Pereira de Vasconcellos	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 18 de Novembro de 1852			Foi addido ao Bat. <sup>o</sup> de Reserva da Cap. <sup>a</sup>
	Joaquim José Simões	Res. de 14 de Novembro de 1856	Em 8 de Jan. de 1857			

P. 210

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
(...)	Joaquim José Simões	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 22 de Dezembro de 1852		Promovido a Ten. desta Comp. <sup>a</sup>	
	José Rangel Gusmão	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 3 de Jan. de 1853			
	José Sebastião da Rocha Tavares	Res. de 2 de Fevereiro de 1857	Em 3 de Fevereiro de 1857			

	José Pedro Simões	Res. de 26 de Maio de 1862	Em 2 de Julho de 1862			
	Olimpio Joaquim de Moraes	Res. de 23 de Abril de 1875	Em 11 de Maio de 1875			Por acto de 10 de Abril de 78, declarou-se sem efeito esta nomeação

P. 211

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Joaquim Ferreira	Res. de 14 de Novembro de 1856	Apostilla de 17 de Novembro de 1856			Da antiga Guarda Nacional

P. 212

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Major Com. do Esquadrão	Caetano Dias da Silva	Decreto de 28 de Fevereiro de 1852	Em 30 de Maio de 1852			
	Bel. Manuel Joaquim de Lemos Jr.	Decreto de 10 de Junho de 1868	Em 16 de Julho de 1868			
	Caetano Dias da Silva Jr.	Decreto de 15 de Setembro de 1869	Em 7 de Outubro de 1869			
	Virgilio Francisco da Silva	Decreto de 17 de Junho de 1880				Nomeado pela nova Reforma na conformidade do Decreto n.º 7733 de 16 de Janeiro de 1880

P. 213

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes Porta Estandarte	Antonio Pinto Vellasco	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 13 de Jan. de 1853			
	João da Silva Santos	Res. de 24 de Março de 1863	Em 14 de Abril de 1863			

P. 214

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Franc.º Gomes Bittencourt	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 30 de Outubro de 1852			Obteve passagem p.ª a 1ª Comp.ª do 5º Batalhão do Sul
	Firmino Borges	Res. de 11 de	Em 30 de Maio			Obteve

	da Silva	Março de 1859	de 1859			passagem p. <sup>a</sup> a 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> do 5 <sup>o</sup> B. do Sul
	Joaquim Marcellino da Silva Lima	Res. de 26 de Fevereiro de 1868	Em 14 de Fevereiro 1868 (apostilla)			Transferido da Comp. <sup>a</sup> avulsa do Alegre
	José Gomes Meirelles	Res. de 29 de Novembro de 1870	Em 6 de Dezembro de 1870			

P. 215

Província do Espírito Santo

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Galdino de Salles Cordeiro	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 24 de Dezembro de 1852			Promovido a Cap. da Comp. <sup>a</sup> avulsa da Reserva
	Firmino Borges da Silva	Res. de 27 de Outubro de 1857	Em 18 de Dezembro de 1857			Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>
	Franc. <sup>o</sup> Martins d'Azambuja Meirelles	Res. de 23 de Julho de 1867	Apostilla de 23 de Julho de 1867			A Coronel Com. Superior da G.N. do Sul por Dec. de 14 de Junho de 1879

P. 216

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	João Gomes Meirelles	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 24 de Dezembro de 1852		Promovido a tem. da 2 <sup>o</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Caetano Dias da Silva Junior	Res. de 13 de Outubro de 1856	Em 14 de Nov. <sup>o</sup> de 1856		Promovido a Ten. da 2 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Antonio Borges de Athayde	Res. de 6 de Março de 1862	Em 3 de Abril de 1862		Promovido a Ten. da 2 <sup>a</sup> Companhia	
	José Luiz Alves da Silva	Res. de 13 de Março de 1871	Em 13 de Março de 1871			

P. 217

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Aurelio Jorge da Silva Quintaes	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 28 de Outubro de 1852			
	Eduardo Bello de Araujo	Res. de 11 de Maio de 1859	Em 13 de Agosto de 1859			

P. 218

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Eduardo Bello de Araujo	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 24 de Dezembro de 1852		Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>	
	Caetano Dias da Silva Junior	Res. de 11 de Maio de 1859	Em 10 de Junho de 1859		Promovido a Cap. Quartel M. Geral	
	Umbelino Gonçalves Vianna	Em 17 de Jan. de 1862	Em 21 de Jan. de 1862			
	José Gomes Meirelles	Res. de 5 de Jan. de 1863	Em 15 de jan. de 1863		Promovido a Cap. da 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>	
	Franc. <sup>o</sup> Martins de Azambuja Meirelles	Res. de 23 de Agosto de 1865	Em 23 de Novembro de 1865			Transferido p. <sup>a</sup> a 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>
	Antonio Borges de Athayde	Res. de 29 de Novembro de 1870	Em 23 de Dezembro de 1870			

P. 219

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Vicente Luiz da Silva	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 24 de Dezembro de 1852			
	José Gomes Meirelles	Res. de 11 de Março de 1859	Em 28 de Março de 1859		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	
	Umbelino Gonçalves Vianna	Res. de 11 de Maio de 1859	Em 2 de Julho de 1859		Promovido a Ten. d'esta Companhia	
	Franc. <sup>o</sup> Moreira da Silva Lima	Res. de 5 de Jan. de 1863	Em 15 de Jan. de 1863			

P. 220

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Franc. <sup>o</sup> de Salles Pinheiro e Souza	Res. de 12 de Março de 1859	Apostilla de 13 de Março de 1859			Da 3 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup> do 1 <sup>o</sup> Corpo de Cavallaria de Vallença

P. 221

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Deslindo Jorge de Castro	Res. de 14 de Novembro de 1856	Não consta			Da antiga G. Municipal
	Firmino Borges da Silva	Res. de 14 de Novembro de 1856	Em 10 de Fevereiro de 1857			Passou a Ten. da 1 <sup>a</sup> Comp. <sup>a</sup>

P. 222

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Decreto n.º 2739 de 3 de Fevereiro de 1871

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim Marcellino da Silva Lima	Res. de 19 de Agosto de 1861	Em 23 de Agosto de 1861			
	Raymundo Pires de Amorim	Res. de 26 de Novembro de 1867	Em 26 de Dezembro de 1867			

P. 223

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Raymundo Pires de Amorim	Res. de 19 de Agosto de 1861	Em 29 de Outubro de 1861			Promovido a Cap. desta Comp. <sup>a</sup>

P. 224

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	José Antonio de Abreu	Res. de 19 de Agosto de 1861	Não consta			Por acto de 2 de Maio de 1862 foi privado do posto, por não ter dentro do prazo legal solicitado a respectiva Patente

P. 225

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Manuel Germano Henrique	Res. de 19 de Agosto de 1861	Em 30 de Outubro de 1861			
	Franc.º de Paula de Oliveira Castro	Res. de 22 de Dezembro de 1862	Em 30 de Março de 1863			

P. 226

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	Bento José da Silveira	Res. de 19 de Agosto de 1861	Não consta			Por acto de 2 de Maio 1862 foi privado d'este posto por não ter na forma da lei solicitado a resp. <sup>a</sup> patente

	Antonio Moreira de Faria	Res. de 20 de Maio de 1863	Em 30 de Março de 1864			
--	--------------------------------	-------------------------------	---------------------------	--	--	--

P. 227

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Antonio Moreira de Faria	Res. de 19 de Agosto de 1861	Em 30 de Outubro de 1861		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	

P. 228

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim José Gomes da Silva	Res. de 28 de Setembro de 1852	Não consta			
	Galdino de Salles Cordeiro	Res. de 28 de Maio de 1858	Em 25 de Agosto de 1858			

P. 229

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Tenente	João Ribeiro d'Almeida	Res. de 28 de Setembro de 1852	Em 8 de Fevereiro de 1853			
	Joaquim José Gomes da Silva Netto	Res. de 3 de Maio de 1859	Em 4 de Junho de 1859			
	José Luiz da Silva Cordeiro	Res. de 31 de Outubro de 1870	Em 30 de Novembro de 1870			

P. 230

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Joaquim Borges de Athayde	Res. de 28 de Setembro de 1852	Não consta			
	Joaquim José Gomes da Silva Netto	Res. de 28 de Maio de 1858	Em 13 de Setembro de 1858		Promovido a Ten. d'esta Comp. <sup>a</sup>	
	José Gonçalves Vianna	Res. de 3 de Maio de 1859	Em 6 de Junho de 1859			
	José Feliciano da Silva Carrier	Res. de 3 de Maio de 1859	Em 7 de Julho de 1859			
	José Luiz da Silva Cordeiro	Res. de 16 de Dezembro 1868	Em 25 de Jan. de 1869			

	Salvador José Maciel	Res. de 31 de Outubro de 1870	Em 3 de Novembro de 1870			
--	----------------------	-------------------------------	--------------------------	--	--	--

P. 231

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Capitão	Joaquim José Alves Silva	Res. de 27 de Setembro de 1873	Apostilla de 3 de Dezembro de 1873			Da 2ª Comp.ª do 5º Bat. do Sul

P. 232

Officiaes da Guarda Nacional do Comando Superior do Sul

Postos	Nomes	Data das Nomeações	Data das Patentes	Juramento e Posse	Promoções	Observações
Alferes	Domingues da Silva Lima	Res. de 31 de Outubro de 1873	Apostilla de 21 de Novembro de 73			Secretario do 6º B. do Sul

Contém este Livro trezentas e trez folhas todas rubricadas por mim com a rubrica – Seb.º Pinto – de que reza.  
3ª Secção da Secretaria do Governo do Espirito Santo, em 1º de Agosto de 1878.

Chefe  
Sebastião Pinto Homem.